



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
(MESTRADO) – UEPB/UFCG

EMMANUELLA FAISSALLA ARAÚJO DA SILVA

ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS SURDAS NO DESENVOLVIMENTO DE
CAMPINA GRANDE-PB

Campina Grande
2019

EMMANUELLA FAISSALLA ARAÚJO DA SILVA

ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS SURDAS NO DESENVOLVIMENTO DE
CAMPINA GRANDE-PB

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Desenvolvimento Regional, curso de Mestrado da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo de Araújo e
Mota

CAMPINA GRANDE
2019

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586a Silva, Emmanuella Faissalla Araújo da.
Acessibilidade para pessoas surdas no desenvolvimento de Campina Grande - PB [manuscrito] / Emmanuella Faissalla Araujo da Silva. - 2019.
173 p.
Digitado.
Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2020.
"Orientação : Prof. Dr. Prof. Dr. Leonardo de Araújo e Mota, COORDENAÇÃO DO CURSO DE SOCIOLOGIA - CEDUC."
1. Língua Brasileira de Sinais. 2. Desenvolvimento regional. 3. Acessibilidade. 4. Surdos. 5. Campina Grande/PB.
I. Título

21. ed. CDD 419

EMMANUELLA FAISSALLA ARAÚJO DA SILVA

ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS SURDAS NO DESENVOLVIMENTO DE
CAMPINA GRANDE-PB

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Desenvolvimento Regional, curso de Mestrado da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Regional.

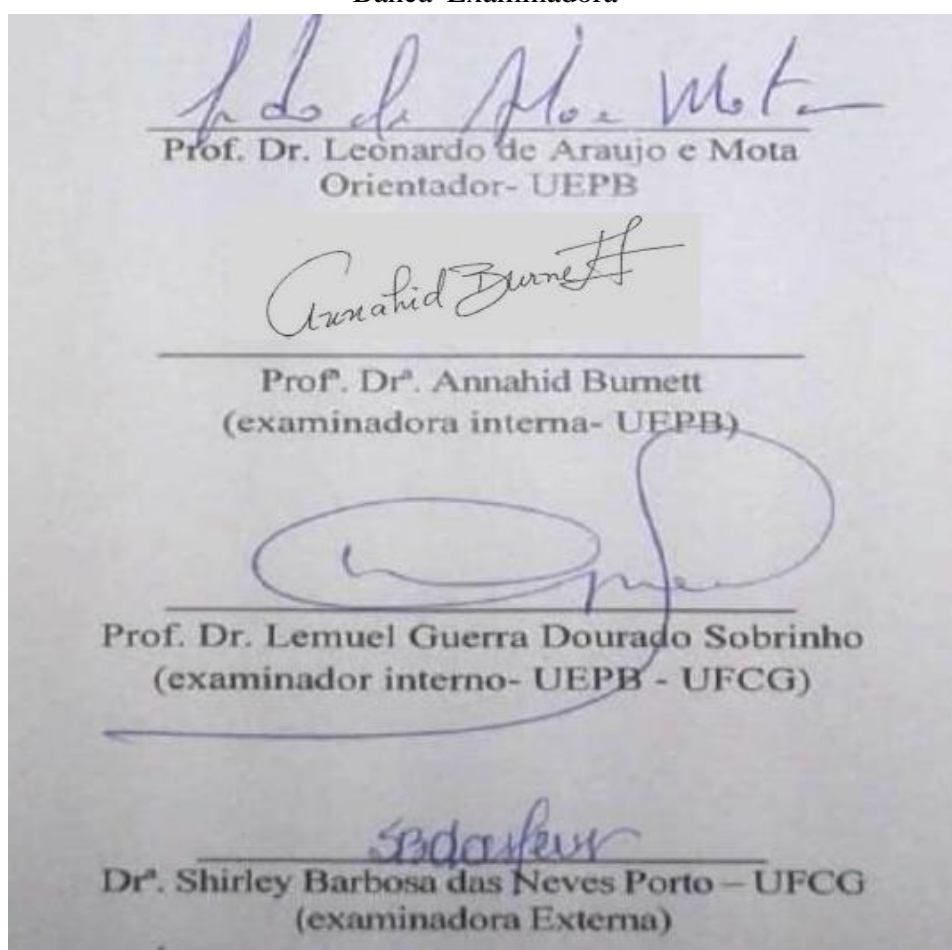
Área de concentração: Desenvolvimento Regional

Subárea: Estado, Planejamento, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo de Araújo e Mota

Aprovado em: 21/08/2019

Banca Examinadora



AGRADECIMENTOS

Aproveitar o presente espaço para demonstrar a minha enorme gratidão ao meu orientador: Dr. Leonardo de Araújo e Mota. Salientar a todos os leitores que o mencionado docente aceitou generosamente realizar a minha orientação, após outro orientador ter se recusado em seguir-me orientando, alegando falta de tempo. O professor Leonardo, como é carinhosamente conhecido pelos seus alunos, aceitou-me orientar mesmo já possuindo vários outros orientandos, se sobrecarregando, de modo para evitar um possível prejuízo para mim. Serei eternamente grata a esse gesto de muita compaixão exercida pelo orientador.

Momento, também, oportuno para deixar registrado o meu profundo agradecimento à professora doutora Annahid Burnett que aceitou, também de última hora, compor a minha banca. Com muita generosidade formou a banca da qualificação e acrescentou muito aos meus estudos com suas ideias inovadoras que estimularam para que a pesquisa de campo se realizasse por meio de entrevistas livres com os surdos. Explicando o quanto importante seria dar voz a quem muitas vezes é silenciado. Além disso, me acompanhou na entrevista com muito entusiasmo e paixão. Minha gratidão eterna.

Quero agradecer ao mestrado por ter me proporcionado a oportunidade de conhecer uma das pessoas com o coração mais belo e puro: Lemuel Dourado Guerra. Essa é a única “guerra” que eu vi promover a paz. Muito obrigada por ser mais que um educador em sala de aula, ser um entusiasta fervoroso pelo diálogo e pelo exercício diário, de ouvir o outro, de dar espaço para o outro falar. Bem como agradecer a professora Shirley das Neves Porto que gentilmente aceitou participar da banca.

Além disso, quero expor os meus agradecimentos à secretária Fabrícia, que nos acompanhou na jornada acadêmica, bem como agradecer a todos os colegas de turma de 2017, aprendi muito com todos. Cada um me ensinou algo que eu precisava aprender, por isso estou saindo do mestrado melhor do que entrei. Fiz grandes amigos e por cada um deles serei eternamente grata. Agradeço também aos meus familiares que sempre me acompanharam na longa trajetória de vida e de estudos.

Agradecer principalmente a minha mãe Wilma e a minha avó Floraci que são duas mulheres incríveis no enfrentamento das dificuldades diárias se tornando em meus referenciais como mulher e como pessoa. Agradeço a Deus todos os dias por vocês duas existirem. Sei que sem a presença de vocês, diariamente ao meu lado, me fortalecendo e me incentivando tudo teria sido mais difícil. Por fim, quero agradecer a todos os amigos que me animaram e estimularam na caminhada, torcendo pelo meu sucesso.

AGRADECIMENTO ESPECIAL

A Ti, ó Senhor Jesus Cristo, toda honra e toda glória seja dada no céu e na terra! Muito obrigada! Grande Deus, maravilhoso Pai, por tudo o que tens feito por mim.

“Senhor, Tu me sondas e *me* conheces. Tu conheces o meu sentar e o meu assentar e meu levantar; de longe entendes o meu pensamento. Cercas o meu andar e o meu deitar; e conheces todos os meus caminhos. Sem que haja uma palavra na minha língua, sei que, ó Senhor, tudo conheces. Tu me cercastes em volta e puseste sobre mi a tua mão. *Tal* ciência é para mim maravilhosíssima; tão alta, que não o posso *atingir*. Para onde me irei do teu Espírito ou para onde fugirei da tua face? Se subir ao céu, tu ai *estás*; se fizer no Sol a minha cama, eis que tu ali *estás também*; se tomar as asas da alva, se habitar nas extremidades do mar, até ali a tua mão me guiará e a tua destra me sustentará. Se disser: decerto que as trevas me encobrirão; então, a noite *será* luz a roda de mim. Nem ainda as trevas me escondem de ti; mas a noite resplandece como o dia; as trevas e a luz *são para ti* a mesma coisa. Pois possuíste o meu interior; entreteceste-me no ventre de minha mãe. Eu te louvarei, porque de um modo terrível e tão maravilhosos fui formado; maravilhosas são as tuas obras, e a minha alma o sabe muito bem. Os meus ossos não te forma encobertos, quando no oculto fui formado e entristecido como nas profundezas da terra. Os teus olhos viram o meu *corpo* ainda informe, e no teu livro todas estas coisas foram escritas, as quais iam sendo dia a dia formadas, quando nem ainda uma delas *havia*. E quão preciosos são para mim, ó Deus, os teus pensamentos! Quão grande é a soma deles! Se os contasse, seriam em maior número do que a areia; *quando* acordo ainda estou contigo. Ó Deus! Tu matarás, decerto, o ímpio! Apartai-vos, portanto, de mim, homens de sangue. Pois falam malvadamente contra ti; e os teus inimigos toma o *teu nome* em vão. Não aborreço eu, ó Senhor, aqueles que te aborrecem, e não me aflijo por causa dos que se levantam contra ti? Aborreço-os com ódio completo; tenho-os por inimigos. Sonda-me, ó Deus, e conhece o meu coração; prova-me e conhece os meus pensamentos. E vê se *há* em mim algum caminho mau e guia-me pelo caminho eterno” (Salmo: 139).

RESUMO

Segundo dados coletados pelo IBGE, no ano de 2010, foram registrados em Campina Grande/PB mais de 20 mil pessoas que apresentam algum tipo de deficiência auditiva. Vislumbrando analisar a postura da sociedade diante dos desafios encontrados pela comunidade surda inserida nesse município, essa pesquisa se propõe investigar a legislação atual sobre a acessibilidade e em que medida os órgãos públicos vêm se moldando para prestar um atendimento mais inclusivo aos surdos. Nessa perspectiva, o estudo objetivou compreender o conceito de desenvolvimento vinculado a acessibilidade de surdos aos serviços públicos através da Língua Brasileira de Sinais-Libras. Em seguida, traçou as avaliações que a comunidade surda vivencia nos órgãos públicos situados no município em análise. Para tanto, foi empregado o método indutivo, utilizadas obras literárias, sobretudo a legislação pátria como pesquisa bibliográfica para entender os fenômenos aqui perpetrados. A abordagem foi desenvolvida através de pesquisa qualitativa e quantitativa. Quanto aos objetivos, a pesquisa se apoiou na investigação exploratória. O grupo focal foi a técnica de pesquisa empregada para coletar as informações necessárias. A entrevista livre foi realizada com a presença de alguns membros da comunidade surda que relataram suas experiências ao recorrer aos serviços públicos fornecidos na cidade de Campina Grande/PB. Nas falas dos participantes, ficou demonstrado que as leis de acessibilidade estão sendo ignoradas pelas autoridades campinenses, que negam aos surdos a inclusão ao atendimento acessível à informação pela Língua Brasileira de Sinais, afrontando o ordenamento legislativo brasileiro.

Palavras-chave: Língua Brasileira de Sinais. Desenvolvimento. Acessibilidade. Surdos. Campina Grande/PB.

ABSTRACT

According to data collected by IBGE, in 2010, it was registered that, in Campina Grande / PB, more than 20 thousand people have some type of hearing impairment. Looking to analyze the posture of society in the face of the challenges faced by the deaf community in this municipality, this research aims to investigate the current legislation on accessibility and the extent to which public agencies have been shaping to provide a more inclusive service to the deaf. In this perspective, the study aimed to understand the concept of development linked to the accessibility of deaf people to public services through the Brazilian Sign Language-Libras. Then, he outlined the assessments that the deaf community experiences in public agencies located in the municipality under analysis. For this purpose, the inductive method was used, using literary works, especially national legislation as a bibliographic research to understand the phenomena perpetrated here. The approach was developed through qualitative and quantitative research. As for the objectives, the research was based on exploratory research. The focus group was the research technique used to collect the necessary information. The free interview was carried out with the presence of some members of the deaf community who reported their experiences using public services provided in the city of Campina Grande / PB. In the speeches of the participants, it was demonstrated that the accessibility laws are being ignored by the Campinas authorities, who deny the deaf the inclusion of accessible access to information by the Brazilian Sign Language, affronting the Brazilian legislative system.

Key words: Brazilian Sign Language. Development. Accessibility. Deaf. Campina Grande/PB.

LISTA DE SIGLAS

AIPD – Ano Internacional das Pessoas Deficientes
CC/02 – Código Civil de 2002
CF/88 – Constituição da República Federal do Brasil
CIL – Central de Interpretação de Libras
CNJ – Conselho Nacional de Justiça
EDAC– Escola Estadual de Audiocomunicação de Campina Grande
FENEIDA - Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos
FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos
FUNAD – Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFPB – Instituto Federal da Paraíba
LIBRAS – Língua brasileira de sinais
LS - Língua de sinais
LSF – Língua de sinais francesa
MEC – Ministério da Educação e Cultura
ONU – Organização das Nações Unidas
PB – Paraíba
PIB – Produto Interno Bruto
PNB – Produto Nacional Bruto
UEPB – Universidade Estadual da Paraíba
UFCEG – Universidade Federal de Campina Grande
UFPB – Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
Objetivos.....	18
Objetivo geral.....	18
Objetivos Específicos.....	18
Problema de pesquisa.....	19
Justificativa	20
Metodologia.....	22
1 PERSPECTIVA TEÓRICA SOBRE O DESENVOLVIMENTO	24
1.1 Interfaces do termo desenvolvimento	25
1.2 Repercussões conceituais sobre o desenvolvimento	26
1.3 Desenvolvimento sob a perspectiva de Amartyan Sen.....	27
1.4 Os impactos sociais do desenvolvimento	31
1.5 O Estado como formulador de Políticas Públicas	33
1.6 Políticas Públicas como fomentadoras de desenvolvimento	37
1.6.1 Breve Análise das implementações das Políticas Públicas	40
1.6.2 Atuação da Central de Interpretação de Libras como Política Pública.....	44
1.6.3 Instituições Públicas promotoras de Políticas Públicas	45
2 RELATOS DA CONCEPÇÃO SÓCIO ANTROPOLÓGICA DOS SURDOS	49
2.1 O estigma social enfrentado pelas pessoas surdas.....	55
2.2 Reflexões sobre o conceito de cultura	58
2.3 Aspectos essenciais da cultura surda.....	61
2.3.1 A cultura surda numa sociedade de ouvintes.....	66
2.4 Comentários a respeito da identidade surda.....	68
2.4.1 Identidade surda e o uso da língua de sinais	72
2.5 A vertente social da comunidade surda.....	73
3 ASPECTOS HISTÓRICOS E SOCIOCULTURAIS DOS SURDOS	78
3.1 contexto histórico da expansão da língua de sinais	79
3.2 Interfaces da língua de sinais no cenário brasileiro	85
3.3 As práticas utilizadas para o ensino de surdos	91

3.4 Sinóptico ensaio acerca dos movimentos sociais	94
3.4.1 Os impactos sociais dos movimentos surdos	102
3.5 Acessibilidade isonômica do surdo ao desenvolvimento social.....	107
3.6 Conquistas legislativas para os surdos na conjuntura social atual.....	112
4 PERCURSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	123
4.1 Coleta e análise de dados populacionais.....	123
4.2 Método adotado para a pesquisa	129
4.3 Análise dos resultados coletados no grupo focal	135
4.4 Reflexões proporcionadas pelos dados coletados	148
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	153
REFERÊNCIAS	161

INTRODUÇÃO

O Direito de fala dos surdos é um tema que sempre me chamou atenção, desde a época em que tive os primeiros contatos com a comunidade surda. Com respaldo nisso e seguindo a orientação da banca de qualificação, inicio o presente trabalho explicando, previamente, o surgimento do meu interesse em relação à temática em apreciação.

Meu primeiro contato com as vozes dos surdos se deu quando eu atuava como voluntária num abrigo de crianças em situação de risco social no ano de 2008, em Campina Grande/PB. Na ocasião, o abrigo recebeu uma criança que foi diagnosticada com surdez e para conseguir uma efetiva comunicação com ela, foi necessário que voluntários frequentassem o curso de língua de sinais.

Até aquele momento, eu não sabia nada sobre a comunidade surda, e tampouco sobre as dificuldades que os surdos enfrentavam. Naquele período, eu apenas admirava a comunicação realizada através de sinais, por meio dos quais parecia que as mãos valsavam pelo ar, o que me encantava muito pela beleza de ver ‘vozes dançando’.

Por conseguinte, fiz a inscrição para um curso de Língua Brasileira de Sinais — Libras, que se iniciaria dias depois, e foi nesse instante que comecei a conhecer o mundo mágico de emoções da comunidade surda. Confesso: foi amor à primeira vista. Cada vez mais fui me interessando sobre o assunto e pesquisando intensamente sobre ele. Poucos meses depois de eu ter ingressado no curso, a criança com surdez foi adotada por uma família e recebeu um novo lar, ao mesmo tempo em que fui adotada pela comunidade surda e ganhei uma nova história: pesquisadora de língua de sinais.

Após o ingresso na graduação de Bacharel em Direito, percebi a vastidão de leis que garantiam acessibilidade e inclusão nos setores da sociedade, para as pessoas surdas. Entretanto, além de pouco difundidas, tais disposições normativas também não possuíam o destaque necessário nas políticas públicas que objetivavam minimizar as barreiras impostas às minorias. Ao ingressar na pós-graduação em Desenvolvimento Regional, tive a oportunidade de colocar em prática as pesquisas que já tinham sido iniciadas há anos atrás sobre esse assunto.

Nesse contexto, tive a oportunidade de pesquisar sobre a acessibilidade de pessoas surdas na região de Campina Grande/PB utilizando a língua de sinais, conforme determina a legislação brasileira. Além de viabilizar o tema de desenvolvimento com os parâmetros protetivos mínimos que garantem o direito de fala aos surdos, que mesmo

assim não são respeitados, tive o privilégio de escrever sobre o assunto com o qual tenho mais afinidade: legislação e língua de sinais.

Para entender as normas jurídicas que asseguraram aos surdos o direito de fala por meio da Libras, é primordial destacar que as leis são formuladas, em sua grande maioria, pelo conjunto de indivíduos que serão os agentes sobre os quais os efeitos das normas incidirão. Muitas vezes, essas leis são criadas em decorrência da atuação desses ativistas em movimentos sociais. Essas normas, sobretudo, estão a cargo do Estado que as promove com vários intuitos sociais e econômicos.

Mediante tantos desafios, segue o presente questionamento: é possível, ao sujeito surdo, exercer a cultura surda na cidade de Campina Grande/PB? Há acessibilidade para as pessoas surdas na conjuntura social contemporânea campinense? A estrutura e os mecanismos disponibilizados para as pessoas surdas são viáveis nesse espaço social para permitir que o sujeito surdo, de fato, exerça sua cultura surda e represente a sua identidade conquistada? Desse modo, é de suma importância o estudo do desenvolvimento para compreender as conquistas legislativas advindas, e que estão voltadas a minimizar as barreiras impostas à comunidade surda.

Todavia, antes de iniciar o debate, devemos refletir sobre o que é o desenvolvimento, para quem e a quem ele é destinado. Ademais, é possível afirmar que o desenvolvimento é um conceito amplo, por isso subjetivo, uma vez que determinado fato pode ser considerado progresso ou retrocesso para pessoas distintas. Após concluir o que poderia ser considerado desenvolvimento e se o seu alcance foi atingido, necessita buscar-se a finalidade dessa evolução: para quem e para quem interessa o desenvolvimento.

Diante disso, parto do pressuposto da compreensão do desenvolvimento a partir de três esferas: movimentos sociais, base econômica e Estado. O presente trabalho se propõe a traçar um breve debate acerca das implicações do aspecto de desenvolvimento regional na vida social do surdo a partir desses três campos de concentração (movimentos sociais, base econômica e Estado). Para tanto, utilizará conceitos consagrados na literatura brasileira bem como bibliografia legislativa.

Nesse âmbito, a terminologia de desenvolvimento pode ser entendida sobre vários parâmetros. Na perspectiva do trabalho em análise, utilizará o termo defendido por Amartya Sen (2010), o qual elenca que a privação na liberdade de participação na vida social afronta a idealização de um desenvolvimento pleno.

Em linhas gerais, o desenvolvimento que será retratado nessa pesquisa se fundamenta nas obras: “Desenvolvimento como liberdade”, “Ideia de justiça” e “as pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento, e os problemas do mundo globalizado”, todas de autoria de Amartya Sen.

Cumprido destacar que o autor cujo qual dará apoio bibliográfico a este trabalho, destaca-se por ser um teórico bastante conhecido no campo do desenvolvimento. Mediante isso, contribuiu para a reflexão do bem-estar de comunidades vulneráveis e pelos avanços das implantações das políticas socioeconômicas aplicadas no intuito de eliminar a fome causada pela escassez de alimentos.

Lastreada no conceito do desenvolvimento como forma de exercer a liberdade, a pesquisa comunga-se a proposta de Sen, cujo teor se alinha ao tema da acessibilidade de pessoas surdas, ao utilizar o atendimento em órgãos públicos. Inspirado nas ideias de privação de liberdade, o autor vincula a esse tema à carência de serviços públicos específicos para os surdos, ou seja, mediante uso da língua de sinais (SEN, 2009, p. 18).

Nessa sistemática, o autor enseja que a falta de liberdade e, conseqüentemente, a ausência no alcance ao desenvolvimento, dificulta o alargamento das capacidades políticas, sociais e econômicas do indivíduo. Em presença disso, a ideia de desenvolvimento social está alinhada ao direito de reivindicar por melhorias aos poderes públicos, principalmente em razão de se organizar em movimentos sociais dentro de uma sociedade instituída que remedia os conflitos apresentados.

Na perspectiva instrumental exposta por Sen (2009), quando classificou cinco tipos distintos de liberdades - liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora- formulou ainda que “cada um desses tipos distintos de direitos e oportunidade ajuda a promover a capacidade geral de uma pessoa” (SEN, 2009, p. 25). Para embasamento teórico do estudo em tela, a pesquisa se fundamentará apenas nos três primeiros: liberdades políticas, facilidades econômicas e oportunidades sociais, os quais serão respectivamente estudados nos tópicos que tratarão do Estado, da base econômica e dos movimentos sociais.

Diante desse cenário, a pesquisa sugere uma reflexão sobre as posturas adotadas pela definição de desenvolvimento descrita por Amartya Sen, o qual descreve como sendo uma condição que promove avanços significativos na qualidade de vida do indivíduo e da coletividade. As obras de Sen serão utilizadas na perspectiva teórica

como embasamento para explicar alguns fenômenos do desenvolvimento e da sociedade.

Neste embate acadêmico, a atual pesquisa emana com o escopo de abordar questões pertinentes à comunidade surda e de interesse público e que são afeitas às disposições legislativas. No seio literário, a abordagem será efetivada nos elementos sociais e culturais elencados na literatura brasileira e bibliografia legislativa.

Ocorre que o ganho expressivo de direitos inerentes aos surdos, reivindicados pela militância através do movimento surdo, repercutirá na transformação da garantia ao acesso isonômico no ambiente público. Com isso, o modo de transformação social nos convida a refletir sobre as condutas culturais do sujeito surdo à mobilização da sociedade civil em exigir do Estado parâmetros mínimos de proteção.

Acerca da evolução legislativa que incorpora a língua de sinais nos espaços de ensino brasileiro, tem-se que ela normatizou as reivindicações exercidas pelo movimento surdo, todavia é perceptível que ainda há entraves na sociedade e que precisam ser corrigidos.

Dito isto, prevalece o direcionamento da proteção legal nos casos em que o surdo goza da garantia jurídica de obter informações em órgãos e espaços públicos por agentes capacitados para atender em Libras. No entanto, esses regramentos legislativos têm sido desrespeitados, e a oferta para os surdos se comunicarem em Libras, tolhido.

Com efeito, por muito tempo os surdos foram condenados ao isolamento social, e a Constituição da República Federativa do Brasil, por intermédio das manifestações realizadas pelos movimentos sociais nas décadas de 1970 e 1980, inaugurou uma proteção jurídica que resguardasse igualdade de direitos para todos. Através do princípio da isonomia, previsto no art. 5º, *Caput* da Constituição Federal: “[...] Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”, iniciou-se um atendimento aos interesses de grupos minoritários, e que posteriormente assegurassem, por leis infraconstitucionais, a comunicação de surdos por intermédio da língua de sinais.

Após a eclosão dos movimentos sociais no Brasil, percebeu-se que, à medida que as minorias conquistavam os direitos reivindicados, elas influenciavam a promoção de outros grupos em situações semelhantes, de modo que pudessem exigir do Estado um tratamento diferenciado, para muitos, isonômico.

Sancionadas algumas leis direcionadas para as pessoas com deficiências, ressaltava-se o valor para a comunidade surda, a qual padece da condição de vulnerabilidade. Em virtude disso, passou a exigir do Estado um disciplinamento legal

que fosse pautado nas reivindicações do movimento surdo, haja vista a necessidade de se considerar a cultura, a identidade e a língua de sinais como ferramentas de pertencimento do grupo ao meio social.

Com a publicação da lei 10.436 de 2002, o surdo adquire alternativa para buscar informações nos órgãos públicos mediante a língua de sinais. A lei em análise reconhece a Língua Brasileira de Sinais–Libras como meio de comunicação e expressão, garantindo seu exercício aos surdos – que assim desejarem –, e impactando as relações sociais das pessoas surdas tendo em vista que, ao recorrer aos órgãos públicos, terão autonomia para adquirir as informações desejadas em Libras.

Em plena harmonia com tudo o que já foi debatido até aqui, a norma que regulamenta um marco na história de pessoas com necessidades especiais é, sem dúvida, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, lei 13.146 de 2015. Essa lei foi influenciada pela Convenção de Nova Iorque em 2007 e recepcionada pelo Brasil com o Decreto legislativo 186 de 2008, onde ganhou *status* de emenda à Constituição e, por isso, foi reconhecida como mandamento supremo.

O novel estatuto garante aos surdos, na seara jurídica, o acesso à informação e à comunicação em órgãos públicos por meio da língua brasileira de sinais. O regulamento incorpora, ao mundo legislativo, adaptações necessárias para o convívio de pessoas surdas na sociedade em eventos esportivos, cinemas e teatros, além de lugares que forneçam lazer.

Aliado a isso, a presente pesquisa se divide em quatro capítulos, os quais se complementam nas informações e interação acerca dos objetos sugeridos pelo assunto. Após este espaço introdutório, sobrevém o referencial teórico, que traz o embasamento de estudo, cujo teor apresenta a construção do conceito de desenvolvimento, discorre acerca de uma releitura sobre os aspectos de Estado e políticas públicas. Enquanto isso o segundo capítulo descreve as especificidades utilizadas pela comunidade surda, a exemplo da cultura e identidade das pessoas visuais, além de pontuar relatos da concepção socioantropológica dos surdos.

O terceiro capítulo traz um embate na esfera legislativa que, na atual conjuntura social, implanta normas que asseguram impactos de ações para viabilizar a vida da pessoa surda em sociedade. Esse pressuposto acadêmico reconfigura a relevância do tema acessibilidade na formulação do diálogo que disponibiliza uma comunicação mais eficiente com o surdo, proporcionando instrumentos capazes de abranger um acesso igualitário à informação.

Cunhada nos avanços das legislações destinadas para os surdos, a presente pesquisa expõe as implicações acerca do convívio social sob o amparo normativo para pessoas com perdas auditivas (sejam sujeitos surdos, que se reconhecem como tal, ou os indivíduos que apresentam deficiência auditiva de grau leve, moderada, severa e profunda). Alinhando as balizas emanadas da previsão legal com as ações dos poderes e atores estatais, o estudo proporciona uma reflexão no sentido de abordar as contradições desenhadas no arcabouço jurídico com a prática dos órgãos públicos no cotidiano.

As garantias da Carta Magna vigente não surgiram no universo jurídico de modo isolado, as manifestações ocasionadas pelas pessoas com deficiência e seus familiares tiveram grande impacto no sentido de reconhecer, na pessoa com necessidades especiais, como sujeitos constituídos de direitos.

Em suma, é no terceiro capítulo que serão encontrados o contexto histórico do uso e da difusão da Língua Brasileira de Sinais – Libras, bem como a repercussão no âmbito social e educacional dos sujeitos surdos no Brasil. Nesse espaço, serão pontuados os métodos de ensino voltados para a educação de surdos, as influências dos movimentos sociais, além de analisar a legislação brasileira que regulamenta os avanços no uso da língua de sinais.

A educação do surdo não é o objeto desse trabalho, contudo, se faz necessário explicar a evolução de métodos educacionais, uma vez que esse tema está relacionado ao uso da língua de sinais e, em razão disso, são assuntos indissociáveis. Para explicar o surgimento do uso da língua visual e sua introdução na vida social dos surdos, é indispensável a reflexão da influência educacional da pessoa surda em relação aos aspectos linguísticos e sociais.

Oportuno destacar que o Congresso realizado em Milão, no ano de 1880, influenciou diretamente a vida social e educacional da pessoa surda. À medida em que novas abordagens de ensino para os surdos foram sendo introduzidas refletia-se nas formas de comportamentos linguísticos e sociais de indivíduos inaudíveis. Nesse entendimento, pode-se inferir que os impactos alcançados na educação dos surdos também repercutiram na vida social das pessoas surdas.

Delimitado o espaço geográfico que compreende a região de Campina Grande/PB, o último capítulo apresenta dados estatísticos acerca da população surda desse município. Os dados foram disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), de modo que os números revelam a concentração de um expressivo número de pessoas que se consideram surdas.

Para verificar se essa expressiva população de surdos está recebendo um tratamento isonômico com o uso da língua de sinais, foi realizada uma entrevista livre no grupo focal com participantes da comunidade surda, no intuito de compreender a acessibilidade aos órgãos públicos situados na região de Campina Grande/PB.

Neste ínterim, é oportuno salientar que a região de Campina Grande compreende 19 municípios, contudo o estudo delimitará o universo a ser pesquisado apenas na cidade de Campina Grande, tendo em vista que a maior concentração de surdos em serviços essenciais concentra-se nessa urbe.

Art. 1º Fica instituída a Região Metropolitana de Campina Grande, integrada pelos municípios de Lagoa Seca, Massaranduba, Alagoa Nova, Boqueirão, Queimadas, Esperança, Barra de Santana, Caturité, Boa Vista, Areial, Montadas, Puxinanã, São Sebastião da Lagoa de Roça, Fagundes, Gado Bravo, Aroeiras, Itatuba, Ingá, Riachão de Bacarnarte, Serra Redonda, Matinhas e Pocinhos¹.

À vista disso, a pesquisa se propõe a destacar alguns aspectos relevantes integrados diretamente ao objeto de estudo dessa investigação. Desta maneira, não se tenciona em aprofundar nas questões de ordem econômica, social, histórico e cultural da cidade.

Além do mais, a presente análise observa que algumas cidades da região metropolitana Campinense possuem escolas destinadas para a educação de pessoas surdas, a exemplo dos municípios de Aroeira e de Gado Bravo, ambas pertencentes ao Estado da Paraíba. Contudo, essa investigação reconhece a importância dessas unidades educacionais para as pessoas que utilizam de seus serviços, mas por delimitação de espaço e de tempo, o estudo se apoiará apenas no município de Campina Grande/PB.

A busca para uma melhor compreensão da relação social do surdo é crucial para que se possam destacar alguns termos de suma importância para a percepção dos impactos sociais e observando que algumas medidas merecem ser adotadas. Para isso, será efetuada uma análise numérica das pessoas surdas na região campinense, utilizando como fonte de pesquisa dados retirados do IBGE (2010) e uma cartilha do censo que aferiu a vida social dos deficientes do Brasil, com fundamento no último recenseamento levantado.

¹ As cidades que compreendem a região de Campina Grande estão descritas na Lei Complementar Nº. 92 de 11 de dezembro de 2009. Institui a Região Metropolitana de Campina Grande e dá outras providências. O Governador do Estado da Paraíba.

Confrontando as duas estatísticas realizadas, constata-se que, no estado da Paraíba, um quarto dos habitantes apresenta algum tipo de deficiência. A cidade de Campina Grande, situada no Estado paraibano, concentra quase que oitenta e oito mil pessoas que se declaram com deficiências: visual, auditiva, intelectual/mental ou motora. Segundo o levantamento censitário, a deficiência auditiva reúne quase vinte e uma mil pessoas que apresentam perda na audição de nível leve, moderada, severa ou profunda.

Em consonância a tudo o que já foi dito, a análise se apoiará na literatura pátria e estrangeira, sobretudo na legislação brasileira que assegura igualdade no atendimento ao surdo e tratamento isonômico por meio da língua de sinais. Além disso, o trabalho delimitou, como amostragem, a comunidade surda e os surdos que possuem uma vida social na região de Campina Grande/PB, haja vista que a cidade em tela é destaque regional pela importância geográfica que se apresenta.

Convém ressaltar que os resultados obtidos na pesquisa se deram através de entrevista livre utilizando a metodologia de grupo focal, a qual teve como fundamento conhecer a opinião dos participantes sobre a acessibilidade campinense. O enfoque principal foi direcionado para as pessoas surdas com vistas a permiti-las a se expressassem como membros de uma sociedade na qual se tornam vítimas do cerceamento do direito de fala. Após avaliar o arcabouço legislativo brasileiro e confrontar com a realidade contada pelos surdos em Campina Grande, verificou-se que muito ainda falta a ser feito pelos órgãos públicos para que as pessoas surdas se sintam parte ativa do desenvolvimento campinense. Dessa forma, os objetivos do trabalho se limitam ao exame legislativo, analisando se as posturas dos entes públicos na região de Campina Grande estão em harmonia com as normas legais.

Objetivos

Com o intuito de responder à problemática apresentada, definiram-se os seguintes objetivos para a pesquisa:

Objetivo geral

A presente pesquisa tem como objetivo examinar a acessibilidade para pessoas surdas no desenvolvimento de Campina Grande-PB. A análise se propõe a investigar se há o cumprimento da legislação vigente, que assegura tratamento isonômico aos surdos por meio da Língua Brasileira de Sinais - Libras, nos órgãos públicos do município em estudo.

Para alcançar os objetivos traçados nessa pesquisa, o fluxo metodológico se propõe nas análises teóricas acerca do desenvolvimento, os avanços alcançados pela Língua Brasileira de Sinais — Libras e o engajamento de órgãos públicos campinenses em proporcionar um atendimento isonômico às pessoas surdas.

Com base nisso, o estudo se propõe a realizar um afinamento de informações estatísticas até alcançar o público alvo da pesquisa que se trata da população surda da cidade de Campina Grande. Conseqüentemente, dissertar sobre a importância da difusão da Libras para os setores públicos da sociedade campinense, a fim de que haja a inclusão da comunidade surda na esfera socioeconômica.

Objetivos Específicos

Definidas as etapas do trabalho que foram realizadas para que se alcançasse o objetivo geral, partiu-se para a execução dos seguintes objetivos específicos:

- Explicar algumas interfaces do termo desenvolvimento com vistas a, posteriormente, aplicá-las às questões relacionadas ao alargamento das capacidades sociais dos surdos;
- Compreender a realidade social das pessoas surdas, quando essas precisam de atendimento em órgãos públicos;
- Coletar, a partir do diálogo e do debate, as informações necessárias sobre a inclusão social de pessoas surdas no desenvolvimento regional de Campina Grande;

- Obter uma visão da realidade social em que os surdos estão submetidos, no cotidiano da cidade campinense;
- Traçar os pontos de vista da comunidade surda em relação à acessibilidade nos órgãos públicos de Campina Grande/PB.

Problema de pesquisa

Os surdos, por muito tempo, foram estigmatizados e rotulados na sociedade como sujeitos sem direitos. Acontece que alguns estudiosos se dedicaram aos ensinamentos de pessoas que perderam a audição, e verificaram a falta de relação entre a capacidade intelectual do indivíduo e o aparelho auditivo fragilizado da pessoa com surdez.

Nessa conjuntura, os direitos começaram a ser conquistados pela comunidade surda, e a possibilidade do aprendizado por meio da comunicação do surdo com base em língua de sinais passa a ser uma realidade. Consequentemente, após várias outras tentativas com diversos métodos, estudiosos se dedicaram para o ensino de pessoas surdas por via da língua de sinais e constataram a evolução instrutiva dos surdos frente aos modelos anteriormente tentados.

Com fulcro nisso, a metodologia de ensino oralista passa a ser defendida por alguns estudiosos famosos e influentes da época, o que levou à proibição do uso da língua de sinais difundida no Congresso de Milão de 1880, a qual foi consagrada pelos docentes e pesquisadores ouvintes, desprezando, assim, a opinião dos sujeitos surdos. A partir do Congresso de Milão, as pessoas inaudíveis que fossem flagradas usando a língua de sinais, seriam submetidas a castigos e repreensões, uma vez que deveria ser usada a abordagem oralista para a comunicação entre pessoas visuais e entre surdos e ouvintes.

Diante da proibição do uso da língua de sinais até a década de 1970, observa-se um vácuo histórico na relação dos surdos com a língua de sinais. Frise-se que houve ausência de leis e escassas ações estimulantes por parte do governo, da família, da sociedade e de organismos no sentido de incentivar a promoção social e o desenvolvimento educacional do indivíduo surdo por meio da língua de sinais, nesse período, já que prevalecia a abordagem oralista.

Com efeito, pôde-se vislumbrar um ganho imensurável, a partir da década de 1970, por influência dos movimentos sociais, com vista à proteção das garantias de vida digna para os surdos. Nesse sentido, são consagradas diretrizes a serem seguidas por todos, inclusive no âmbito dos poderes: Executivo; Legislativo e Judiciário. Bem como nas três esferas Federais, Estaduais, Municipais.

No embate legislativo, os surdos conquistaram o direito de se comunicar por intermédio da Língua Brasileira de Sinais – Libras, a qual foi avalizada pela lei 10.436/02, que garante que o uso e difusão da língua de sinais alcance os serviços de atendimento ao público. Além disso, o decreto 5.626/2005 institui que os órgãos públicos devem reservar, no mínimo, cinco por cento dos funcionários para se comunicarem com os surdos utilizando a língua de sinais.

Ocorre que o avanço legislativo necessita de atuação de todos os poderes para que, de fato, a lei possa ser cumprida. No caso em debate, os atores estatais que deveriam funcionar como fiscalizadores da lei se recusam a reivindicar posturas mais eficazes dos órgãos no que tange ao atendimento de pessoas visuais, os surdos.

Diante disso, em que medida as leis para os surdos estão sendo cumpridas em Campina Grande e qual a sua conexão com o desenvolvimento regional? Essa será uma questão abordada ao longo de todo o trabalho a partir de pesquisas em bibliografias, legislação e entrevistas livres em grupo focal.

Assim sendo, buscou-se reunir dados do IBGE e informações diretamente da comunidade surda com o propósito de responder ao seguinte problema de pesquisa: de que forma a análise da acessibilidade para pessoas surdas no desenvolvimento de Campina Grande-PB contribui para um atendimento isonômico nos estabelecimentos públicos do município em conformidade com a legislação vigente.

Justificativa

Os desafios em relação à acessibilidade aos órgãos públicos por meio da comunicação em língua de sinais, é uma realidade presente no cotidiano de pessoas surdas no município de Campina Grande/PB. Além disso, o tema possui importância no contexto atual por apresentar mecanismos de promoção no atendimento isonômico direcionado para os surdos.

A agenda de políticas públicas municipais indica não refletir o arcabouço legislativo Federal vigente, o qual assegura tratamento isonômico nos estabelecimentos públicos. A estigmatização ao considerar o surdo como uma pessoa incapaz os exclui das atividades de âmbito social e de debates públicos. Em contrapartida, a administração pública campinense relaciona a cultura surda a um ambiente de segregação em que é composta por servidores, majoritariamente ouvintes desconhecedores, muitas vezes, da língua de sinais, cuja ferramenta proporciona acessibilidade das informações para muitos surdos.

Nesse sentido, a pesquisa se propõe a apresentar que a alternância de posturas nos órgãos públicos promove o bem-estar de pessoas surdas e conforto linguístico quando necessitam de atendimento, além de proporcionar acessibilidade aos surdos nos ambientes coletivos de Campina Grande/PB.

Os motivos de ordem prática que fazem a pesquisa ser relevante, são a garantia da isonomia de tratamento nos órgãos públicos da cidade. O tema possui relevância social bastante expressiva e impactante para os membros da comunidade surda. Esse assunto justifica-se pelo fato de que a acessibilidade em língua brasileira de sinais está assegurada na legislação há mais de uma década, mas ainda há muitos obstáculos a serem removidos na esfera pública.

Em razão disso, a justificativa fundamenta-se, principalmente, nos direitos sociais elencados na legislação pátria vigente, sobretudo o direito a comunicação em igualdade de oportunidade com os ouvintes nas várias esferas da vida social, consoante ao regramento do princípio da isonomia inaugurada na Carta Magna de 1988. Em suma, o respeito e valorização desses direitos repercute no atendimento de pessoas surdas com o auxílio de intérprete em serviços públicos ditos como essenciais.

A justificativa, ainda, prisma sobre três pilares fundamentais para a compreensão da importância do tema: a inserção da língua de sinais como meio de comunicação pelos surdos em órgãos públicos; a pouca oferta de cursos de qualificação em Libras fornecida pela gestão municipal campinense e a falta de contratação de intérpretes para atuação nos ambientes coletivos que prestam serviços essenciais.

Sendo assim, a principal motivação para sustentar o presente projeto de pesquisa, reside na importância que o tema possui para a sociedade atual, especialmente para a comunidade surda.

Podemos afirmar que analisar a influência das leis na acessibilidade para os surdos no desenvolvimento de Campina Grande-PB aprofunda a compreensão das

estruturas sociais mais recentes e resgata a valorização e o respeito da cultura surda. Além disso, proporciona a capacidade de relativizar os conhecimentos acerca do coletivo e do indivíduo. Ademais, a pesquisa promove o desenvolvimento do pensamento crítico em relação à inclusão social e conduz, assim, a sociedade a questionar a sua capacidade de aperfeiçoar as relações sociais à sua volta de forma consistente.

Desse modo, conscientizar os ouvintes e os gestores públicos municipais sobre as barreiras desafiadas cotidianamente pelos surdos frente ao atendimento público pode funcionar como um catalisador para mudanças, garantindo assim uma sociedade mais inclusiva no futuro.

Metodologia

Para a compreensão do assunto em comento, serão utilizadas as modalidades de pesquisa de campo e elaboração de grupo focal com integrantes da comunidade surda, as quais se darão através de entrevista livre e buscarão a opinião dos participantes sobre a acessibilidade para os surdos no desenvolvimento de Campina Grande-PB.

Nessa perspectiva, o presente tópico apresentará o lineamento do percurso metodológico utilizado na pesquisa para alcançar os objetivos propostos, e as ferramentas que foram utilizadas como mecanismo de coleta de dados, bem como as interpretações das informações adquiridas.

O estudo foi desenvolvido com o desígnio de atingir os objetos traçados, utilizando-se de pesquisa bibliográfica, exploratória, pesquisa de campo e grupo focal. O tempo delimitado foi de dois anos para a descrição e pesquisa teórica sobre o assunto, reunindo as informações necessárias para acrescentar na pesquisa, bem como coletando dados do IBGE e utilizando instrumentos para a coleta das informações: entrevistas; formulários; legislação; banco de dados, etc.

Além disso, a análise se pauta nos conceitos relativos à vida social da pessoa surda. Nesse ínterim, considera o surdo como sendo a pessoa que se entende como visual e compreende o mundo pelas experiências visuais possuindo o direito à aquisição da língua de sinais e por meio dela estabelecer laços de comunicação e expressão.

A amostra da pesquisa se deu na região de Campina Grande, na Paraíba, em razão do espaço e importância geográfica que ela ocupa. Ao mesmo tempo, concentra

mais de vinte mil habitantes com algum tipo de deficiência auditiva: leve, moderada, severa e profunda.

Assim, foi empregada como instrumento de coleta de dados a pesquisa bibliográfica, bem como a legislação pátria, as bases estatísticas disponíveis pelo IBGE e às entrevistas livres do grupo focal, realizado com o propósito de ouvir a comunidade surda às respostas das indagações formuladas no início do trabalho. Há uma base teórica pautada em autores consagrados no tema de desenvolvimento, inclusão da pessoa surda, além da legislação vigente.

Quanto à abordagem utilizada para explicar os fenômenos aqui pesquisados, podemos classificá-la como sendo mista. Uma vez que se utiliza dos métodos quantitativo e qualitativo, de tal modo que consiste na primeira etapa, a utilização da coleta de dados como levantamentos colhidos pelo censo de 2010 do IBGE, podendo ser considerados como fonte de ordem secundária.

A metodologia que foi aplicada também pode ser considerada como qualitativa, já que usou as entrevistas coletadas no grupo focal, ocasião em que alguns membros da comunidade surda puderam expressar os suas opiniões, para descrever a realidade do atendimento em órgãos públicos quando o usuário é uma pessoa surda. Tal material pode ser considerado como fonte primária, pois busca pesquisar o julgamento de membros da comunidade surda a respeito do assunto por meio de entrevista em grupo focal.

Os participantes do grupo focal foram selecionados a partir da sua relação com a comunidade surda de Campina Grande/PB. Essa correspondência dos membros com o referido grupo se torna significativa pelo fato de conhecer as peculiaridades da cultura surda e compreender as repercussões negativas da ausência de comunicação em Libras para os surdos nos serviços públicos básicos.

Dessa forma, procura traçar a convivência dos órgãos públicos campinenses frente à acessibilidade de informações para as pessoas surdas. Assim, a atividade de campo pretende adquirir informações alinhadas a essa realidade a qual está inserida nos espaços a serem analisados para a vida social de qualquer pessoa seja surdo, seja ouvinte.

1 PERSPECTIVA TEÓRICA SOBRE O DESENVOLVIMENTO

A presente pesquisa tem por escopo empreender uma breve análise acerca da acessibilidade de pessoas surdas nos órgãos públicos localizados na região de Campina Grande - Paraíba e redirecionar as respostas encontradas nos ensinamentos de Amartyan Sen sobre o desenvolvimento, o qual está intimamente ligado ao processo de escolhas do indivíduo.

Para tanto, o estudo se apoia em dois pilares fundamentais para a compreensão do estudo: o desenvolvimento sob a ótica de Sen e as políticas implantadas nos órgãos públicos. Em função disso, a investigação analisa a contribuição do desenvolvimento regional para os surdos a partir de políticas públicas destinadas à inclusão e à acessibilidade em instituições não privadas.

Antes de debruçar sobre o tema desenvolvimento, é necessário explicar que o termo além de amplo se torna também subjetivo. Nesta situação, a terminologia desenvolvimento pode ser empregada em diversos contextos, e para diferentes situações da vida social. Concernente a isso, é necessário enfatizar que a expressão desenvolvimento possui variações e conceitos divergentes.

Nessa análise, o termo desenvolvimento será empregado como sinônimo de progresso, crescimento e evolução. Por conseguinte, a presente pesquisa se apoiará no conceito estabelecido por Amartyan Sen, que considera o desenvolvimento na mesma perspectiva de promoção social. Para o autor, o desenvolvimento está vinculado à expansão da liberdade, e relacionado ao alargamento das capacidades.

É oportuno destacar que a terminologia aqui perseguida é a mesma defendida por Sen, quando justifica o alcance do desenvolvimento na mesma medida em que a liberdade abrange os métodos que viabilizam a autonomia de ações e de decisões, sobretudo as oportunidades dadas às condições pessoais e sociais (SEN. 2010, P. 32).

Neste capítulo, a pesquisa se deterá a elucidar a revisão bibliográfica sobre o desenvolvimento aliado aos ensinamentos das políticas públicas redigidas na literatura de âmbito nacional e estrangeira, do mesmo modo que serão destacadas algumas ações realizadas para a promoção da identidade linguística do sujeito surdo. Além disso, discorrer-se-á que a criação de escolas para surdos é uma política pública estrutural e, portanto, merece ser examinada.

1.1 Interfaces do termo desenvolvimento

Nas ciências sociais, a definição sobre desenvolvimento tangencia várias interfaces, contudo possui semântica no sentido de relacionar a um crescimento, a um progresso ou mesmo a uma evolução. Diante disso, a expressão é utilizada em várias áreas das ciências sociais, humanas e econômicas ou mesmo no setor tecnológico, de modo que, muitas vezes, é-lhe atribuída a noção sinonímia de criação. Em suma, o termo desenvolvimento passou por algumas adaptações sociais e adquiriu diversos vocábulos, sendo utilizado em vários campos da ciência.

A palavra desenvolvimento está denominada no dicionário Aurélio² como sendo um ato ou efeito de desenvolver, possuindo sinônimos de crescimento e progresso. O termo é bastante usado para caracterizar que um determinado fenômeno esteja em ascensão. Por muito tempo, essa expressão foi utilizada como sinônimo de evolução, sendo substituída posteriormente pela nomenclatura progresso que, em seguida, foi substituído pelo termo desenvolvimento.

Em virtude disso, foi adjetivada como menção ao crescimento econômico, todavia, era considerada por muitos estudiosos como uma espécie de mito, uma ilusão ou mesmo uma crença, já que se idealiza um fato futuro com referência aos eventos passados. Nessa sistemática, o termo desenvolvimento foi abrindo espaço para outras áreas alheias à economia e, posteriormente, também foi atribuído ao fenômeno desenvolvimento, setores da vida social a exemplo do desenvolvimento humano, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento infantil, entre tantos outros.

Neste contexto, verifica-se que o termo desenvolvimento é bivalente, haja vista que repercute em esferas que, para alguns autores diante de algum fato específico possui o sinônimo de avanço, enquanto que, para outros, o mesmo fato poderá ser considerado como retrocesso. Todavia, Dupas (2006) atribui ao termo a ideia de uma utopia, ou seja, algo desejado, mas distante de acontecer.

Contrariamente à teoria do desenvolvimento narrado por Sen (2010), Celso Furtado esclarece que o termo está associado à ideia de “mostrar a natureza das variáveis não econômicas que determinam, em última instância, a taxa de crescimento da produção de uma economia” (FURTADO, 2000, p. 341). Perante esse contexto, o autor sublinha que estão sendo construídos vários modelos de desenvolvimento.

² Dicionário escrito por Ferreira, 2001, p. 222.

1.2 Repercussões conceituais sobre desenvolvimento

Nessa sistemática, Dupas (2006) ilustra que algumas áreas da sociedade foram afetadas com a evolução do conhecimento e de ferramentas de produções inovadoras que, juntas, tiveram grande influência na conceituação do que o autor chama de progresso. A partir das inovações de produção tecnológica, o autor relata que foram os direcionamentos dados pela tecnologia que inauguraram a modernidade por meio da revolução científica.

Dupas ainda pontua que foi a partir dos anos 1990 que a política e a economia foram dominadas pela globalização, e assinala que esse momento histórico foi responsável pelo individualismo na vida em sociedade e nas relações sociais. Ademais, mostra que, com esse processo da globalização, apenas os donos do capital são agraciados com o fenômeno, em detrimento do crescimento da pobreza.

Mesmo com todos os avanços da tecnologia e dos meios de produções, assim como a globalização, a humanidade não conseguiu alcançar a definição de progresso. Deste modo, o conceito de progresso é muito subjetivo informando que o que pode ser um avanço progressista para alguns, para outros trata-se de retrocesso. Dupas (2006) explica esse posicionamento apresentando exemplos como a fábrica de cigarros e os armamentos utilizados para guerras.

Outro ponto de fundamental importância que o autor destaca diz respeito à área da felicidade que também repercute como uma análise subjetiva, em que a sociedade de posse de expressivos avanços tecnológicos é incapaz de conceituar pessoas felizes. Muitos indivíduos estão atingidos pela exclusão social ou pela pobreza e, além disso, o autor contextualiza que o sentimento de felicidade juntamente com a paz e a alegria são palavras que estão desassociadas da ideia de progresso.

Destarte, é possível compreender que o conceito de progresso, além de muito subjetivo, não conseguiu alcançar uma definição que precisasse com mais exatidão o que a terminologia propõe. Assim, o termo progresso representa algo inalcançado haja vista o processo de evolução presente na sociedade e por meio de novas formas de tecnologias a sociedade está sempre se reinventando.

Dessa forma, igualmente como a sociedade se reinventa, o próprio nome progresso também se modifica, haja vista que no passado o termo desenvolvimento possuía a mesma expressão de evolução e, logo em seguida, foi incorporada a ideia de progresso alcançando, nos dias atuais, o mesmo significado de desenvolvimento, o que

originou o vocábulo subdesenvolvimento. Como o termo não é estático e muda com a evolução da sociedade, provavelmente no futuro, esses termos poderão sofrer alterações e ser referenciados recorrendo de outras nomenclaturas.

1.3 Desenvolvimento sob a perspectiva de Amartya Sen

O desenvolvimento sob o ponto de vista de Sen (2009), na obra “Desenvolvimento como Liberdade”, é vislumbrado como um meio de dilatar as liberdades que o indivíduo pode usufruir. Nesses moldes, o autor explica que o desenvolvimento se compõe da eliminação de restrições da liberdade em que consiste na proporção de poucas escolhas e, em função disso, escassas oportunidades para que se possa exercer a ação racional.

No caso em debate, Sen³ ainda ilustra que “[...] se a liberdade é o que o desenvolvimento promove, então existe um argumento fundamental em favor da concentração nesse objetivo abrangente, e não em algum meio específico” (SEN, 2009, p. 17). Em razão disso, o autor propõe em sua análise que o principal objeto do desenvolvimento consiste na identificação da liberdade e a remoção dos entraves que impossibilitam o usufruto dessa autonomia⁴.

Perante isso, Sen descreve que o desenvolvimento promove a remoção das principais fontes de privação de liberdade, as quais ele pontua como sendo: pobreza e tirania; carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática; negligências nos serviços públicos essenciais e intolerância ou interferências excessivas de Estados repressivos. Acerca disso, o autor pontua que o atual mundo nega a vários indivíduos as liberdades básicas e fundamentais.

Nesta esteira, o escritor aponta que a negligência nos serviços públicos é uma das formas de promover a privação de liberdade entre os indivíduos. Com relação a isso, no momento em que o Estado se abstém de capacitar os seus agentes públicos para atender com zelo e eficiência aos surdos através da língua de sinais tem-se, flagrantemente, uma forma de privação dos direitos das pessoas surdas. Isso acontece em razão de estar sendo negligenciado o acesso aos serviços públicos essenciais, notadamente no que tange ao direito de comunicação e da informação.

³ *Op. Cit.*

⁴ A palavra autonomia usada como sinônimo de liberdade.

Ao abordar a privação de liberdade, vinculada à carência de serviços públicos e assistência social, bem como a restrição da liberdade de participação na vida social, o autor esclarece que resulta em implicações de ordens sociais que dificultam o acesso do indivíduo ao desenvolvimento. Diante disso, recai-se nos entraves ao desenvolvimento, uma vez que a liberdade de se comunicar e de se expressar nos órgãos públicos é suprimida.

Segundo os ensinamentos Seniano a liberdade é fundamental para o procedimento de desenvolvimento, uma vez que o agente, estando livre e sustentável, perpassa pelo pressuposto principal do desenvolvimento, já que a transação da realização de desenvolvimento social e a liberdade individual ultrapassa o liame constitutivo. Destarte, infere que a liberdade é o principal fim do desenvolvimento.

O autor explica que as ações desfrutadas no “[...] exercício da liberdade é mediado por valores que, porém, por sua vez, são influenciados por discussões públicas e interações sociais, que são elas próprias, influenciadas pelas liberdades e participação” (SEN, 2010, p. 24). A par disso, elucida que diante de oportunidades sociais adequadas, as pessoas tendem a moldar seu próprio destino, além de ajudar-se mutuamente.

Dias e Devides (2018, p. 218) explicam que Amartyan Sen inspirou setores da economia com a teoria de desenvolvimento, de modo que se tornou um forte influenciador para a elaboração do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o qual se distanciou das ferramentas exclusivamente econômicas e incorporou fatores relativos a setores sociais, *vg.* educação, expectativa de vida, taxa de natalidade e renda *per capita*.

Os autores ainda relatam que há outros indicadores mais relevantes para indicar o crescimento econômico de um país do que simplesmente a análise do Produto Interno Bruto (PIB) e do Produto Nacional Bruto (PNB).

Zanatta (2011, p. 15) referenciou as teses de Sen como sendo de forte prestígio. Impulsionados pelos pensamentos progressistas do teórico, “[...] o direito deixou de ser visto somente como um meio para atingir o desenvolvimento e passou a ser visto também como um fim em si mesmo” (ZANATTA, 2011, p. 9).

O autor ainda esclarece que o direito surge com o objetivo de fomentar comportamentos advindos do fenômeno do desenvolvimento. Para tal finalidade, “[...] o direito pode ser um instrumento utilizado pelo Estado desenvolvimentista para promover crescimento.” (ZANATTA, 2011 p. 10).

Assim, Zanatta (2011) ilustra que o direito e o desenvolvimento, no período que compreende as décadas de 1950-70, foram influenciados pela teoria da modernização, pela qual o uso primário do direito nesse modelo de Estado desenvolvimentista se dava como uma ferramenta para remover barreiras e modificar o comportamento econômico.

Sobre o assunto em comento, Trebilcock (2009, p. 221) destaca que, nos Estados Unidos “[...] o ponto de vista otimista mais conhecido sobre a relação entre direito e desenvolvimento é aquele que surgiu na década de 1960 e é conhecido simplesmente como o ‘Movimento Direito e Desenvolvimento’”. O autor, além disso, descreve que a teoria da modernização sendo utilizada como relevância pelos teóricos que inauguraram literaturas sobre direito e desenvolvimento consideravam que a divulgação para o Terceiro Mundo do Direito Ocidental poderia proporcionar esse progresso.

Acerca das ações desenvolvimentistas aliadas ao direito no século XXI, Zanatta (2011) defende um novo Estado desenvolvimentista, apresentando os seguintes aspectos: confiança no setor privado, aceitação das atribuições estatais, colaboração entre setores públicos e privados, fortalecimento da exportação, desenvolvimento de novos produtos, além de outras. Todavia, para executar as ações, o autor esclarece a necessidade de implantação de novas políticas públicas.

No capítulo primeiro da obra “Desenvolvimento como Liberdade”, Amartya Sen (2009) defende que as restrições da liberdade política ou mesmo aos direitos civis resultam de uma privação de liberdades fundamentais para a construção da vida em sociedade, as quais esbarram na renúncia da vontade de se envolver nas decisões relativas ao interesse público.

Além disso, Sen (2009) esclarece que não é cabível afirmar que existe apenas um critério exato para definir o desenvolvimento, posto que as diretrizes apontam para vários tipos de liberdade. Apesar disso, infere-se que a perspectiva da liberdade esteja no centro das atenções, já que são consideradas elementares para os fins e os meios do desenvolvimento.

Por conseguinte, em capítulo posterior, o autor (2009) enfatiza a promoção dos direitos humanos como parte essencial para a literatura sobre o desenvolvimento. Diante de tal posicionamento, é de extrema importância destacar os avanços dos direitos humanos no cenário da acessibilidade de pessoas surdas quanto ao atendimento inclusivo nos setores públicos. Além do mais, a influência legislativa garante o exercício dos atos da vida civil mediante norma protetora, e a implementação de

políticas públicas destinadas a eliminar os entraves encontrados na comunicação dos surdos com setores da sociedade.

Sob a ótica Seniana os direitos humanos estão embasados em três críticas: da legitimidade, da coerência e da cultura. A primeira estaria pautada na falta de legitimidade dos direitos humanos, segundo a qual as pessoas não nascem com direitos, elas os adquirem por intermédio de leis; a segunda questiona que o direito só é ofertado a um indivíduo se tiver uma instância superior para garantir o exercício desse direito; e a terceira crítica assevera que os direitos humanos seriam universais, entretanto, os críticos dessa corrente afirmam a inexistência de valores universais.

O autor discorre, sobre isso, que os direitos humanos devem ser analisados numa conjuntura ética, evitando o embate jurídico do direito estabelecido por meio de leis (SEN, 2009). Com efeito, alega que os direitos humanos precisam ser usufruídos por todos, sem restrições, já que são considerados como habilitações e imunidades concedidas a todos os indivíduos.

Ao tratar sobre os direitos humanos, é pertinente argumentar que o tema desenvolvimento esteve presente na terceira geração dos Direitos Humanos no século XX. Segundo Tosi e Ferreira (2014, p. 57), as gerações se dividem em quatro⁵, sendo que o desenvolvimento se destaca ao lado de direitos ao meio ambiente e à paz, em que o valor a ser perseguido é o de fraterna solidariedade internacional, proposto pelo cristianismo social. Os citados autores apontam que os sujeitos inerentes a tais direitos são os indivíduos e o Estado, e que os poderes se submetem aos organismos internacionais e à ONU, cuja base garantista está amparada na Carta da ONU de 1945.

Para os autores, as gerações dos direitos humanos são originadas a partir de quatro gerações de direitos que incluem, como processo de conquistas e de lutas, a primeira geração de direitos civis e políticos. Tosi e Ferreira (2014, p. 41) advertem que a primeira geração busca o direito à vida, à liberdade, à segurança pública e à propriedade. Colacionam que a segunda geração inclui os direitos de ordem econômica, social e cultural. A terceira⁶ geração (meio ambiente, paz, desenvolvimento) já foi delineada no parágrafo anterior, ao passo que a quarta geração seria considerada como

⁵ Para Tossi e Ferreira (2014, p. 57) as gerações se dividem em quatro e estabelecem os direitos a serem requeridos por cada uma delas: “[...] 1ª Geração Sec. XVII –XVIII: Direitos Civis e Políticos; 2ª Geração Sec. XIX-XX: Direitos econômicos, Sociais e Culturais; 3ª Geração Sec. XX: A uma nova ordem internacional (meio ambiente, paz e desenvolvimento); 4ª Geração Sec. XXI; direitos e responsabilidades para com ‘os outros’”.

⁶ Segundo Tosi e Ferreira (2014, p. 57) a terceira geração compreende na “nova ordem internacional (meio ambiente, paz e desenvolvimento)” possuindo o valor ético de “Fraternidade Solidariedade Internacional Cristianismo Social”, tendo como sujeitos: “Indivíduos e Estados”.

sendo uma nova classe de garantias alusivas a direitos destinados às futuras gerações: “direitos e responsabilidades para com os outros” (TOSI; FERREIRA, 2014, p. 57).

Sobre as dimensões conceituadas pelos autores, diz-se que “[...] não se trata simplesmente de ‘direitos’ no sentido estritamente jurídico da palavra, mas de um conjunto de ‘valores’ que implica várias dimensões”. Com fulcro nisso, assinala que as dimensões são: ética; jurídica; política; econômica; social; cultural e educativa.

No tema em análise, os autores sublinham que após as duas guerras mundiais, surgiram novas necessidades de garantias aos direitos naturais dos homens, evitando uma terceira guerra e proporcionando uma possível paz entre as nações. O instrumento normativo aparece na Carta de São Francisco (26 de junho de 1945, em São Francisco, Estados Unidos) e, em seguida, no ano de 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, como pontuam os autores (TOSI; FERREIRA, 2014, p. 38).

Dessa forma, é possível inferir que a base da institucionalização do desenvolvimento é o requisito liberdade. Contudo, é viável afirmar que, para adquirir melhorias na qualidade de vida, os direitos humanos devem ser respeitados e garantidos ao indivíduo conforme aponta Sen (2010).

1.4 Impactos sociais do desenvolvimento

Sen (2009), ao explicar o alargamento como expansão das capacidades, mostra o desenvolvimento a partir de uma posição que permite aperfeiçoamento na qualidade de vida. Para o autor, a qualidade de vida está intrinsecamente vinculada à situação de vulnerabilidade⁷.

Em função disso, o autor infere que, à medida que a qualidade de vida de uma pessoa aumenta, a sua vulnerabilidade diminui. Sen (2009) defende que a qualidade de vida está intrinsecamente vinculada à situação de vulnerabilidade: se a qualidade de vida aumenta, conseqüentemente diminuem os riscos da vulnerabilidade.

⁷ Castro e Abramovay (2004, p. 03) explicam a concepção de vulnerabilidade pontuando que a definição “[...] Parte-se do conceito corrente de debilidades ou fragilidades para elaborações que fogem do sentido de passividade que sugere tal uso. Vulnerabilidade é conceito que pede recorrência a diversas unidades de análise — indivíduos, domicílios e comunidades —, além de recomendar que se identifiquem cenários e contextos (Vignoli, 2001, Arriagada, 2001 e Filgueira, 2001, entre outros). Pede portanto, diferentemente do conceito de exclusão, olhares para múltiplos planos e, em particular, para estruturas sociais vulnerabilizantes ou condicionamentos de vulnerabilidades”.

Para contribuir com o conceito de vulnerabilidade, Adorno (2001, p. 12) explica que a terminologia busca entender os aspectos da qualidade de vida dos sujeitos e a que medida essas pessoas têm acesso a serviços essenciais como educação, saúde, lazer, cultura e formação profissional.

Ele representa, portanto, não apenas uma nova forma de expressar um velho problema, mas principalmente uma busca para acabar com velhos preconceitos e permitir a construção de uma nova mentalidade, uma nova maneira de perceber e tratar os grupos sociais e avaliar suas condições de vida, de proteção social e de segurança. É uma busca por mudança no modo de encarar as populações-alvo dos programas sociais (Adorno, 2001, p.12).

O teórico, na obra “Desenvolvimento como Liberdade”, pontua que a qualidade da vida humana é um assunto que instiga muitas indagações. Sobre isso, ele explicou que a abordagem da capacidade de realizar escolhas idealiza a vida humana como um conjunto de ações e de modos de ser caracterizados por efetivações.

Por tais razões, é imperiosa a compreensão do desenvolvimento desprendido da ideia econômica que seja vinculada, tão somente, à renda dos indivíduos. Para tanto, Sen (2009) ensina que a qualidade de vida do indivíduo ou da coletividade pode ser mensurada a partir do nível de capacitação dos indivíduos, o que pode ser minorado. Podemos citar como exemplo, na oportunidade de escolha para os surdos quanto ao modo utilizado para a comunicação em que a pessoa visual escolherá se prefere o diálogo pela língua de sinais ou de forma escrita.

Nesse sentido, Sen (2009, p. 105) dirige uma crítica à literatura acerca do desenvolvimento, pontuando que “[...] relaciona-se às diversas modalidades de argumento utilizadas pela teoria do bem-estar por um lado, e pela teoria do desenvolvimento, por outro”. O autor complementa que “[...] para fazer a ponte entre elas, temos de comparar e contrastar as características fundacionais da preocupação com a qualidade de vida, com as necessidades básicas, [sic] etc.”.

O desenvolvimento surge quando aliado a uma renda favorável as capacidades dos indivíduos se tornam plenas, de modo que seja pleno o acesso aos serviços mais básicos como alimentação adequada, educação com qualidade, moradia, segurança, transporte apropriado, aquisição de serviços de saúde e a comunicação por meio de uma linguagem clara e acessível.

Com a aquisição de bons serviços públicos, há uma evidente melhoria na qualidade de vida, haja vista que os indivíduos usufruem uma situação favorável de

liberdade para satisfazer seus anseios. Sobretudo, desenvolver as capacidades necessárias para eliminar entraves que restringem a liberdade de escolha do indivíduo. Nesse sentido, o desenvolvimento humano apenas é atingido quando os indivíduos adquirem liberdade para escolher os caminhos que podem tomar. Desse modo, Sen (2011, p. 322), ao tratar da ideia de justiça social, relata que mais importante que o bem-estar é a liberdade do indivíduo.

1.5 O Estado como formulador das Políticas Públicas

Segundo os ensinamentos Bresser-Pereira (2008, p. 01), o Estado é uma instituição fundamental das sociedades civilizadas, antigas e modernas. O autor reafirma que o Estado-Nação que conhecemos hoje na contemporaneidade já se encontrava estabelecido desde a antiguidade. Diferentemente disso, Weber (2004)⁸ define o Estado como o relacionamento do homem com o homem, o qual foi estabelecido pela legitimidade da violência pelo Estado, que só existe em razão da submissão dos homens às autoridades.

Na concepção teórica de Bresser-Pereira (2008)⁹, o Estado é a principal instituição das sociedades e se sustenta nas formas valorativa e normativa, e o de sistema sócio organizado. Esculpida nisso, a pesquisa em tela analisará, sob o ponto de vista de um Estado¹⁰, como sendo o sistema constitucional-legal que Bresser-Pererira defende, bem como se apoiará na ideia de Estado como um fenômeno político dominante defendido por Weber (2004), o qual alega que o Estado é o fenômeno político influente do século XX.

Conforme Bresser-Pereira sustenta, o Estado se torna um meio pelo qual a nação agencia os seus objetivos. Delineado na prerrogativa de que o Estado dispõe de normatizar condutas, e por meio delas gerir toda a nação, abrange também ações das

⁸ Para Weber, (2004, p. 62) o Estado moderno é um agrupamento de dominação que apresenta caráter institucional e que procurou (com êxito) monopolizar, nos limites de um território, a violência física legítima como instrumento de domínio e que, tendo esse objetivo, reuniu, nas mãos dos dirigentes, os meios materiais de gestão.

⁹ Segundo Bresser-Pereira “O Estado tem uma dupla natureza: é ao mesmo tempo uma instituição organizacional – a entidade com capacidade de legislar e tributar uma determinada sociedade -, e uma instituição normativa – a própria ordem jurídica ou o sistema constitucional-legal” (2008, p. 03).

¹⁰ Bresser-Pereira defende que o Estado é uma organização ou aparelho formado de políticos, burocratas e militares que têm o poder de legislar e tributar e a própria ordem jurídica que é fruto dessa atividade (BRESSER-PEREIRA, 2008, p. 03).

políticas governamentais¹¹ as quais “[...] estabelecem relações *dissimétricas* entre o Estado, que modifica o ambiente jurídico dos indivíduos, e os cidadãos, sejam estes últimos beneficiários ou ‘vítimas’ das regulamentações” (MULLER; SUREL, 2004, p.18).

Consiste em colocar em destaque o fato de que uma política governamental compreende elementos de decisão ou de alocação de recursos de natureza mais ou menos autoritária ou coercitiva. Encontra-se aqui a concepção weberiana do Estado como detentor de um monopólio da violência física legítima (...). Mais sutil, mesmo quando o uso da coerção não está previsto, como no caso das políticas redistributivas, por exemplo, a ação governamental tende a constituir detentores de direito, definindo critérios de renda para a obtenção de uma ajuda social (MULLER e SUREL, 2004, p. 18).¹²

Para Sen (2009), o Estado cumpre com a sua função de ofertar bens essenciais para o cidadão *vg.* moradia, saúde, educação, alimentação, segurança, etc. Quando o Estado oferece esses serviços, que são essenciais para o ser humano, ele está expandindo as liberdades dos indivíduos no sentido de estar ampliando as capacidades individuais. Essas capacidades se referem a realizar escolhas e ter acesso aos bens.

Diante disso, o teórico reflete que existem pilares básicos para que o indivíduo tenha possibilidade de ampliar a sua própria liberdade individual. Em outras palavras, o autor identifica liberdade como sendo capacidades de escolhas e, podemos exemplificar a convivência de pessoas surdas numa sociedade de ouvintes. Não basta apenas o Estado garantir a liberdade ao surdo de adquirir a informação que ele quiser em qualquer órgão público, por exemplo, o Estado também tem que garantir que o surdo será compreendido e poderá compreender as informações que lhe são repassadas. A liberdade para o surdo, mediante o exemplo utilizado, é o Estado promover condições

¹¹ Antes de discutir acerca de políticas públicas de governo e de estado é necessário compreender a diferença central entre o que é governo e o que é Estado, para isso Rocha (2008, p. 141) apresenta essa “[...] diferença entre Estado e governo é atualmente mais acentuada com a personalização jurídica do Estado, porque o Estado como pessoa tem vontade própria, distinta da vontade individual do governante. No Estado Democrático e de Direito há a perspectiva de reduzir a participação do governo ao máximo possível. Fazem parte deste Estado e não fazem parte do seu governo a Constituição, o conjunto de servidores públicos estáveis, o patrimônio público, a máquina burocrática pública, as forças públicas, etc. Isto porque a sociedade precisa que estas instituições sejam estáveis e impessoais, que não estejam sujeitas às mudanças de governo no processo eleitoral e que sejam republicanas – pertencente ao conjunto da sociedade e não aos interesses de quem está no poder. Diante disso, infere-se que as políticas públicas de Estado são aquelas que já estão inseridas na sociedade por meio de leis e que independente do governante elas serão realizadas enquanto que as políticas de governos estão voltadas unicamente para cumprir proposta governamental.

¹² A discussão sobre as políticas redistributiva e de reconhecimentos já foi objeto de estudo em tópico seguinte na citação da literatura de Nancy Fraser (2006), para evitar que o assunto se torne repetitivo, dar-se-á ênfase apenas ao tema em estudo: Estado.

concretas e reais para que o surdo se comunique e adquira as informações necessárias conforme emana a legislação vigente.

Em plena harmonia a tudo que já foi dito e diante do diagnóstico histórico fomentado por Aristóteles, cunhada por Montesquieu e copiosamente pontuada por Lenza (2014, p. 543) apresenta três funções exercidas pelo Estado como ente soberano. Com a evolução da sociedade, Montesquieu inspirado no Estado liberal, aprimora a teoria suscitada por Aristóteles.

Aliado a isso, Montesquieu, mediante a teoria da tripartição de poderes¹³, diverge de Aristóteles ao afirmar que as funções seriam desempenhadas por órgãos distintos, de modo que os três poderes deveriam deixar de pertencer apenas à figura do soberano, no entanto, as “[...] funções estariam intimamente conectadas a três órgãos distintos, autônomos e independentes entre si” (LENZA, 2014, p. 543). Urge mencionar que a teoria da tripartição dos poderes foi seguida de forma amena por muitos Estados que estavam se submetendo à modernização.

No que tange ao Poder Legislativo, a sua função típica seria a elaboração de leis para ser seguida por toda a sociedade; no Estado democrático de Direito, pode-se incluir o próprio legislativo como o destinatário das normas. Notadamente, fica a cargo do Poder Executivo o “[...] exercício das atividades de atos administrativos e chefe de Estado e de governo, uma das funções mais relevantes desse poder é executar as leis elaboradas pelo legislativo por meio de ações, políticas públicas e serviços públicos etc.” (LENZA, 2014, p., 547). Consoante a doutrina de Lenza, é o poder Legislativo o órgão responsável por criar as Leis. Ao Judiciário cabe “[...] julgar (*função jurisdicional*), dizendo o direito no caso concreto e dirimindo os conflitos que lhe são levados, quando da aplicação da lei” (LENZA, 2014, p., 547).

A Constituição Federal atual estabelece que cabe ao Presidente da República expedir decretos e regulamentos para a execução das leis emanadas do legislativo federal. Entre tantas outras funções do Chefe de Estado, é a ele também conferido o poder de implementar políticas públicas por meio de ações e programas para viabilizar o exercício de direitos e garantias assegurados em textos legais.

Nos dizeres de Muller e Surel (2004, p. 13), toda Política Pública “[...] constitui um quadro *normativo de ação*; ela combina elementos de *força pública* e elementos de

¹³ De acordo com essa teoria, cada Poder exercia uma função típica, inerente a sua natureza, atuando independente e autonomamente, não mais sendo permitido a um único órgão legislar, aplicar a lei e julgar, de modo unilateral, como se percebia no absolutismo (LENZA, 2014, p. 544).

competência [expertise]; ela tende a constituir uma *ordem local*". Nesse contexto, eles afirmam que, para estudar uma política pública¹⁴ os indivíduos, os grupos ou organizações – que receberão as ações do governo – devem prestar uma maior atenção.

Nesse cenário, Capella (2006, p. 25 *apud* KINGDON, 2003 [1984], n. p.) define as políticas públicas como um conjunto de ações divididas em quatro processos, sendo o primeiro “[...] O estabelecimento de uma agenda de políticas públicas”; o segundo seria “[...] a consideração das alternativas para a formulação de políticas públicas, a partir das quais as escolhas serão realizadas”; o terceiro estaria relacionada à “[...] escolha dominante entre conjunto de alternativas disponíveis”; e o quarto ficaria responsável no implemento das decisões.

Sobre o debate acadêmico acerca do assunto, Frey (2000, p. 228) articula que a implementação de políticas pode ser analisada como aquela fase *policy cycle*, a qual é definida na fase antecedente à formulação das políticas que determina os resultados e o impacto da *policy*. Para Secchi (2010, p. 33), a *policy cycle* também é conhecida como ciclo de políticas públicas e constitui-se

no esquema de visualização e interpretação que organiza a vida de uma política em fases sequenciais e interdependentes”. O teórico ainda explica que o modelo se restringe em sete fases: 1) identificação do problema, 2) formação da agenda, 3) formulação de alternativas, 4) tomada de decisão, 5) implementação, 6) avaliação, 7) extinção.

O autor justifica que a *policy* “[...] ‘refere-se aos conteúdos concretos, isto é, à configuração dos programas políticos, aos problemas técnicos e ao conteúdo material das decisões políticas’ (FREY, 2000, p. 217). Já a *policy analysis*, se refere particularmente aos resultados e impactos reais de certas políticas na fase da sua formulação.

A *Policy analysis*, traduzindo para o português, significa análise de política. Consoante aos ensinamentos de Frey (2000, p. 01), “[...] pretende analisar a inter-relação entre as instituições políticas, o processo político e os conteúdos de política com o arcabouço dos questionamentos tradicionais da ciência política”. Em suma, essa fase da política pública está destinada para avaliar os resultados obtidos.

¹⁴ Uma política pública constitui uma ordem local, isto é, um sistema concreto de ação no interior do qual os atores vão mobilizar recursos diversos (técnicos, organizacionais) a serviço de estratégias complexas de poder, que visam a realizar os objetivos mais ou menos explícitos e mais, ou menos construídos (MULLER e SUREL, 2004, p. 28/29).

Assim sendo, após o Poder Legislativo criar leis referentes à adoção de políticas públicas, o planejamento das ações destinadas à aplicabilidade das medidas fica a cargo do Poder Executivo, enquanto fica sob responsabilidade do judiciário, o controle e a fiscalização das leis.

1.6 Políticas públicas como fomentadoras de Desenvolvimento

As políticas públicas surgem com a finalidade de garantir que direitos regulamentados em leis possam ser exercidos por setores da sociedade. Nesse sentido, Rodrigues (2010, p. 13) relata que “[...] é o processo pelo qual os diversos grupos que compõem a sociedade [...] tomam decisões coletivas, que condicionam o conjunto dessa sociedade”. Para tanto, a autora explica que são necessárias várias decisões políticas, uma vez que as políticas públicas são inerentes ao exercício político e, para conquistar o objetivo da implementação das políticas, deve haver vários planos viáveis. Nessa sistemática, Rodrigues conceitua políticas públicas como sendo “[...] a intervenção do Estado no ordenamento da sociedade por meio de ações jurídicas, sociais e administrativas” (RODRIGUES, 2010, p. 19).

Secchi (2010, p. 2) define políticas públicas como sendo “[...] uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público”. Com base nisso acrescenta que uma política pública é uma direção para ações governamentais ou mesmo pela omissão estatal, uma vez que o governo escolhe se vai fazer ou deixar de fazer determinada ação.

A par disso, o autor ainda apresenta duas abordagens que divergem na literatura de políticas públicas: estatista e a multicêntrica. Diante da primeira abordagem, a estatista, “[...] considera as políticas públicas, analiticamente, monopólio de atores estatais [...] o que determina se uma política é ou não pública é a personalidade jurídica do ator protagonista” (SECCHI, 2010, p.02).

A segunda abordagem, a multicêntrica, caracteriza o termo utilizado nas políticas como sendo público quando o problema a ser enfrentado é de ordem pública, podendo considerar como implemento das políticas: organizações privadas, organizações não governamentais, organismos multilaterais, redes de políticas públicas, juntamente com atores estatais, protagonistas no estabelecimento das políticas públicas.

Em outras palavras, Secchi explica que o ciclo das políticas públicas se divide em duas fases, sendo que a primeira se relaciona com o surgimento e a identificação do problema público. A segunda fase acontece com a formação da agenda, que é

considerada como um conjunto de problemas que uma entidade busca resolver. Por conseguinte, surge a formulação de alternativas e a tomada de decisões para que posteriormente aconteça a implementação e a avaliação da política pública.

Rodrigues (2010, p.45) destaca a arena distributiva como sendo as que não possuem debate, já que seus impactos, além de curto prazo, são individualizados. As arenas regulatórias são destacadas como as que compreendem tanto grupos de interesse, bem como burocracia e grupos de políticos “[...] são decisões mais visíveis ao público e, por isso, não podem ser desagregadas indefinidamente (como as políticas distributivas)”.

Por fim, a autora (2010, p. 47) esclarece que a arena redistributiva se dá por meio de políticas bastante extensas, atingindo grupos antagônicos que vêm sempre em dupla e contendo dois lados. Contudo, frisa que as políticas públicas são realizadas como “[...] um processo, composto por um conjunto de atividades (‘etapas’ ou ‘estágios’) que visam entender às demandas e interesses da sociedade”.

Secchi (2010, p. 18) adiciona no seu manual sobre políticas públicas, as políticas constitutivas, as quais o autor pontua como sendo “[...] aquelas políticas que definem as competências, jurisdição, regras da disputa política e da elaboração de políticas públicas”. O autor adjetiva de *meta-polícies*, tendo em vista que se apresenta superior às outras três espécies de políticas e que frequentemente se adaptam à atividade política nesses outros campos.

Com base nisso, Rodrigues (2010) elenca os ciclos para a formação das políticas destinadas para o público: preparação da decisão política, agenda *setting*, formulação, implementação, monitoramento e avaliação.

Nessa análise, é oportuno destacar que, no primeiro estágio, diferentes sujeitos entram em conflito para sugerir quais problemas estarão na agenda governamental. O segundo estágio, agenda *setting*, conforme aclara a autora, trata-se do momento de tornar o problema público quando está na fase da formação da agenda para o enfrentamento do problema. Diante disso, o estágio de formulação é a fase em que o ente estatal manifesta o tema que ingressou na pauta pública em política determinando suas finalidades e marcos jurídicos, administrativos e financeiros *a priori*. O estágio de implementação trata da execução da política pelo aparelhamento burocrático de Governo.

O monitoramento – considerado como o 5º estágio, segundo a autora – permite a oportunidade de ajustar a direção proposta pela implementação adotada. No último

estágio, consoante aos dizeres da autora, a avaliação possibilita na apreciação *a posteriori* das implicações causadas pelas políticas públicas. Em suma, as políticas públicas aparecem como meio de assegurar o bem-estar¹⁵ de setores da sociedade que estão em vulnerabilidade. Com o intuito de minimizar essa fragilidade social, o Estado age na execução de políticas ou programas de proteção social. Ademais, a autora elucida que “[...] essa ação política tem por base as forças evolutivas em operação no sistema social sobre as quais os atores sociais não têm controle” (RODRIGUES, 2010, p. 66).

Quanto à implementação de políticas públicas, Rua e Romanini (2013, p. 92) explicam que o modelo *Top-Down* se perfaz no atendimento de políticas públicas realizadas diretamente pelas autoridades públicas a qual tem “[...] como ponto de partida asserção de que a implementação se inicia com uma decisão do governo central”. A respeito do modelo *Top-Down*, Secchi (2010, p. 46), que pode expressar uma política pública criada de cima para baixo, ensina que fundamentado na teoria wilsoniana, aponta as diferenças políticas (decisão) e administração (implementação) em fases sucessivas e por agentes diferentes.

O modelo *Top-Down* de implementação parte de uma visão funcionalista e tecnicista de que as políticas públicas devem ser elaboradas e decidida pela esfera política e que a implementação é mero esforço administrativo de achar meios para os fins estabelecidos (Secchi 2010, p. 47).

Diante das desigualdades sociais e econômicas que grupos minoritários absorveram por muitos séculos, são necessários remédios¹⁶ viáveis para dirimir as disparidades, e caso não eliminadas essas barreiras impostas, que pelo menos minimizem as diferenças conferidas pelas condições sociais, econômicas e culturais.

Convém ressaltar que Nancy Fraser destacou que as minimizações de barreiras impostas podem ser aliviadas ao empregar as políticas de redistribuição e de reconhecimento como mecanismo de justiça social e diminuição das diferenças em razão do “[...] reconhecimento cultural toma o lugar da redistribuição socioeconômica como remédio para a injustiça e objetivo da luta política” (FRASER, 2006, p. 231).

¹⁵ Rodrigues (2010, p. 63) fundamenta o bem-estar social como um “sistema de proteção social que emergiu nos países de capitalismo desenvolvido no período do pós-Segunda Guerra Mundial. Configura-se como um campo de escolhas e de solução de conflitos para decidir sobre a distribuição dos frutos do trabalho social e o acesso de camadas expressivas da população à proteção contra os riscos inerentes à vida em sociedade”.

¹⁶ Expressão utilizada por Fraser (2006, p. 230) para se referir a soluções.

Para Fraser (2006), as políticas de redistribuição podem ser afirmativas¹⁷ ou transformativas¹⁸, e estão destinadas para compensar as injustiças econômicas, ao passo que as políticas designadas para o reconhecimento são lutas que possibilitam a remediação de injustiças culturais.

Por políticas de reconhecimento e de redistribuição, a autora reconhece que há caminhos opostos por possuírem ideias dicotômicas, ao passo que a primeira tende a promover a diferenciação de grupos; a segunda tende a estabilizá-la. Com isso, a política pública pode ser fundada em dupla ação, já que o tipo de política aqui delineada trava-se em dois tipos de lutas que estão em tensão podendo um inferir no outro.

Os surdos, como sendo considerados indivíduos subordinados a injustiças tanto culturais como econômicas, necessitam das duas políticas destinadas a suprir as carências e reivindicar a negação da especificidade. Com isso, as coletividades bivalentes estão sujeitas a suportar a má distribuição socioeconômica e a desconsideração cultural sem que uma tenha efeito direto sobre a outra.

Com base nisso, a autora salienta que as justiça redistributivas que se inspiram na justiça econômica tendem a abolir arranjos de ordem econômica. Nesse sentido, Fraser (2006) denota que, nas demandas por reconhecimentos, os debates dialogam no sentido de que as diferenças são o motor para as lutas de grupos mobilizados e o reconhecimento cultural se sobrepõe às questões relativas à redistribuição socioeconômica que, por sua vez, torna-se um remédio contra injustiças e se transforma objeto de lutas.

1.6.1 Breve análise das implementações das Políticas Públicas

Sen (2010) analisa a liberdade tanto como sendo uma possibilidade de escolha, como também uma capacidade de poder escolher, assim insurgindo nas condições legítimas do indivíduo constituir sua preferência a partir da quantidade de opções disponíveis. Nessa perspectiva, ampliar a liberdade constitui tanto à eliminação de

¹⁷ Em relação aos remédios afirmativos Fraser colaciona que “para essas injustiças estão associados historicamente ao Estado de bem-estar liberal. Eles buscam compensar a má distribuição terminal, enquanto deixam intacta a maior parte da estrutura econômico-política subjacente. Assim, eles aumentariam a parte de consumo dos grupos economicamente desprivilegiados, sem reestruturar o sistema de produção” (2006, p. 237/238).

¹⁸ Por remédios transformativos a autora adverte que “reduzem a desigualdade social, porém sem criar classes estigmatizadas de pessoas vulneráveis vistas como beneficiárias de uma generosidade especial. Eles tendem, portanto, a promover reciprocidade e solidariedade nas relações de reconhecimentos” (FRASER, 2006, p. 239).

obstáculos que possam afetar na escolha do indivíduo, como na garantia que exista igualdade de escolhas.

Essa capacidade está intimamente ligada à soma de possibilidades de escolhas a serem alcançadas pelo ser humano, permitindo estabelecer as preferências reais dos indivíduos. Para o autor, essa capacidade necessita da defesa das políticas públicas para fornecer subsídios que permitam aos indivíduos a ampliação dessas possibilidades.

Em suma, o teórico avalia o desenvolvimento além das variáveis econômicas, repercutindo no alcance da capacidade de escolha dos indivíduos. Sen explica “[...] mesmo uma pessoa muito rica que seja impedida de se expressar livremente ou de participar de debates e decisões públicas está sendo privada de algo que ela tem motivos para valorizar” (2009, p. 56). Com isso, nota-se que o desenvolvimento será conquistado quando os entraves forem removidos inclusive as barreiras linguísticas que, hoje, inviabilizam a acessibilidade à própria língua e respectivamente privam os surdos aos serviços públicos essenciais.

Nesse sentido, Sen (2011) ao explicar as capacidades e os recursos na obra “Ideia de Justiça” conta que não é apenas a condição econômica, é uma forma inadequada de julgar a vantagem

Uma pessoa com uma grande deficiência não pode ser considerada em maior vantagem apenas porque tem uma maior renda ou riqueza do que um vizinho forte e são. Na verdade, uma pessoa rica com alguma deficiência pode estar sujeita a muitas restrições as quais a pessoa mais pobre sem a desvantagem física pode não estar. Ao julgar as vantagens que diferentes pessoas têm em relação a outras, temos de olhar para as capacidades totais que conseguem desfrutar. Esse é certamente um argumento importante para usarmos, como base de valiação, a abordagem das capacidades em vez do foco sobre a renda e a riqueza, que é centrada em recursos (SEN, 2011, p. 287).

Entretanto, essas políticas públicas também se tornam a resposta de expandir a capacidade dos indivíduos. Para o teórico, o processo de desenvolvimento como liberdade também está intimamente relacionado ao desenvolvimento do bem-estar dos indivíduos, processo esse que precisa ser propagado na liberdade. Mediante isso, esclarece que a análise do bem-estar dos indivíduos a partir das escolhas, pode ser desvirtuada por sua condição social.

Em relação à aplicação de políticas públicas destinadas as pessoas surdas, percebe uma lentidão no desenvolvimento, muito embora exista no arcabouço legislativo brasileiro um amplo material que garante direitos ao surdo inerente ao convívio do homem em sociedade, como, por exemplo, a comunicação na língua de

sinais. Na região de Campina Grande encontram algumas políticas públicas destinadas para os surdos, sobretudo na área da educação.

A Escola de Audiocomunicação de Campina Grande, mais conhecida como EDAC, surgiu na década de 1980 com o objetivo de alfabetizar os surdos. De acordo com Sabino (2017, p. 25), a criação da escola se deu mediante duas necessidades: a falta de uma escola para alfabetizar os surdos e a carência de um espaço destinado para o estágio de habilitação em educação de deficientes, disciplina do curso de pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba, que posteriormente se tornou Universidade Federal de Campina Grande - UFCG.

O autor ainda esclarece que no ano 1983 as aulas aconteciam numa sala cedida por uma igreja evangélica, já que possuía apenas dez alunos. As ministrações das aulas ficavam ao cargo dos alunos do curso de pedagogia, que figuravam como estagiários do curso de pedagogia da antiga UFPB atualmente UFCG. Sabino aduz que com o objetivo de ampliar as aulas, foi realizada uma parceria com a secretaria de Educação Municipal de Campina Grande, que ficou responsável pelo pagamento do aluguel de um lugar fornecido para as aulas com os surdos bem como a disponibilização de professores para alfabetizá-los.

Nos dizeres de Gianini (2012, p. 67), no segundo semestre de 1983 inicia uma cooperação entre UFPB (que mais tarde se tornaria UFCG) e a secretaria municipal de Campina Grande, com o intuito de oficializar a escola que se tornaria em Escola Estadual chamada de Centro de Desenvolvimento da Audiocomunicação Demóstenes Cunha Lima. A autora narra que

Devido à educação especial estar organizada dentro de um modelo de sistema centralizado em nível nacional, através do Centro Nacional de Educação Especial, com representação em Nível estadual, pelas Coordenadorias de Educação Especial, optou-se por criá-la como uma escola especial estadual, e não municipal. Assim, por força do Decreto Estadual nº 10.288 de 16 de julho de 1984 oficializou-se a criação da escola, sob a denominação de Escola Estadual de Audiocomunicação de Campina Grande. Em seguida, firmou-se convênio de parceria entre a Secretaria de Educação do Estado, a secretaria de educação do município de Campina Grande e a UFPB, atualmente UFCG, para sua manutenção. Parceria que se mantém até os dias atuais. (GIANINI, 2012, p. 67).

Nesse sentido, a EDAC¹⁹ foi criada diante da imposição da abordagem oralista traçada no Congresso de Milão em 1880 em que os surdos ficaram proibidos de receber

¹⁹ Oportuno destacar nesse especo que foi na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo criada a “primeira universidade brasileira a oferecer, a partir de 1971, a opção de formação de professores para surdos como uma habilitação no curso de Pedagogia em Educação dos Deficientes da

educação por meio da língua de sinais devendo desenvolver a oralização como recurso de comunicação. Assim, a autora complementa que diante desses fatos a escola possuía mais uma função terapêutica do que a própria escolarização.

Gianini conta que a partir de 1991 foi implementado a filosofia de Comunicação Total, que incorporou como técnica de ensino o Bimodalismo (segundo a autora, português sinalizado), que é o uso da linguagem oral, ao mesmo tempo, em que são utilizados sinais.

A forma mais difundida, no Brasil, foi o Bimodalismo, ou seja, o uso da língua oral acompanhada de sinais, seguindo a lógica estrutural da primeira e, em algumas opções, introduzindo sinais criados por ouvintes para suprir as lacunas de determinados elementos, como preposições, flexões nominais e verbais etc., que são resolvidos de forma espacial-corporal pelas línguas de sinais (GIANINI, 2012, p. 67).

A autora relata que em 1993, o número de estudantes aumentou e recebeu alunos com várias faixas etárias, inclusive jovens e adultos. Por isso, foi necessário abrir mais um turno para atender a todos os surdos que procuravam o ensino na escola de Audiocomunicação de Campina Grande. Além disso, explica que “a chegada desses jovens e adultos foi bastante importante para o desenvolvimento da Língua de sinais e da comunidade surda do município de Campina Grande” (GIANINI, 2012, p. 71).

A adesão da Comunicação Total resultou em muitos avanços, sobretudo em termos comunicativos. Consoante Gianini, a filosofia da comunicação total não respeitava a língua de sinais e a cultura surda de tal modo que o Bimodalismo.

Artificializou o processo de comunicação, reduzindo a língua de sinais a mais um recurso para apoiar o ensino da língua oral. Para essa autora, a Comunicação Total é apenas um Oralismo disfarçado, pois apesar de aparentemente propor o uso de duas línguas (oral e de sinais), impõe ao surdo a estrutura linguística da língua oral nacional, já que a transpõe para os sinais, abandonando a gramática característica da Língua de Sinais, língua primeira e natural do surdo (GIANINI, 2012, p. 71).

Audiocomunicação. EDAC. Com base na imagem de que o surdo deveria falar, havia na formação de professores em EDAC ênfase em disciplinas da Linguística, como Linguística Geral, Linguística Aplicada aos Distúrbios da Comunicação, Fonética Acústica e Articulatória, Técnicas Especiais de Comunicação e outras afins, como Física Acústica e Audiologia, além de Anatomia, fisiologia e patologia dos órgãos da audição e da fonação e Problemas sociais do deficiente da audiocomunicação. A parte educacional era garantida no estágio, que tinha a duração de 120 horas e era realizado no Instituto Educacional São Paulo, que é a escola especial da DERDIC. A habilitação tinha a duração de um ano e meio, ou seja, do sexto ao oitavo semestre do curso de Pedagogia, e havia o pressuposto de que o professor já vinha bem formado, cabendo a EDAC ministrar as disciplinas específicas” (PEREIRA, 2000, p. 121).

Todavia, em 1995 a EDAC passa a adotar no seu projeto pedagógico como metodologia de trabalho o Bilinguismo “começava-se a buscar a implantação de um ensino regular, como o oferecido a alunos ouvintes, com bases pedagógicas e não mais uma educação especial, pautada em princípios clínico-terapêuticos” (GIANINI, 2012, p. 72). A autora também expõe que

Sendo uma das preocupações da educação bilíngue-bicultural o acesso ao currículo escolar pleno, tomamos como meta assegurar, através da utilização da Língua de sinais, um ensino com as mesmas exigências e qualidades que se utilizam na educação de ouvintes. Na verdade o que se procurava oferecer aos surdos era e ainda é uma escola regular, mas bilíngue, na qual a língua das interações sociais e educacionais é a Libras, considerada a primeira língua (L1) para os surdos do Brasil, e a Língua Portuguesa, entendida como segunda língua (L2), e priorizado o ensino de sua modalidade escrita (GIANINI, 2012, p. 73).

A segunda fase do ensino fundamental foi implementada na EDAC em 2000, e em 2004 o ensino médio, após um significativo esforço por parte da comunidade surda²⁰. Atualmente, a Escola de Audiocomunicação de Campina Grande possui como ação pedagógica a educação infantil, e os ensinos fundamental e médio.

É possível destacar a criação da EDAC como uma das grandes contribuições de políticas públicas voltadas a acolher os surdos na área educacional, sobretudo pela carência de serviços destinados a atender a alfabetização de pessoas inaudíveis, naquela época em Campina Grande/PB.

1.6.2 Atuação da Central de Interpretação de Libras como políticas públicas

A Central de Interpretações de Libras - CIL é uma parceria realizada pelo governo federal juntamente com o governo estadual que está vinculado a Fundação Centro Integrado de Apoio ao Portador de Deficiência – FUNAD, que por sua vez é um

²⁰ Em relação à comunidade surda a autora destaca que “a promoção da comunidade surda também se tornou um dos objetivos da Escola. O programa de Educação de Jovens e Adultos foi um fator decisivo para esta promoção. A sua implantação, desde 1993, tem contribuído para a valorização da Libras, a elevação da autoestima dos surdos adultos, e uma melhor compreensão da realidade e estímulo à organização social. O apoio à criação da Associação de Surdos de Campina Grande (ASCG) constituiu uma das ações da EDAC no sentido da organização social da comunidade surda” (GIANINI, 2012, p. 73).

órgão do Governo do Estado da Paraíba, estando vinculada a Secretaria de Estado da Educação.

A CIL está situada no mesmo prédio da terceira regional do ensino do estado da Paraíba, que fica localizado no bairro das Malvinas em Campina Grande/PB. De acordo com o site <<https://cilcgparaiba.wixsite.com/libras>>, o CIL oferece atendimento que promove a comunicação entre surdos e ouvintes, por meio da Língua Brasileira de Sinais. O site ainda complementa informando que a assistência é presencial, de acompanhamento a alguns tipos de compromissos. Acontece que o agendamento necessita ser realizado com dois dias de antecedência, no mínimo.

Mediante isso, a CIL foi criada com o objetivo de promover a comunicação de pessoas surdas com instituições públicas que não possuem intérpretes. O CIL funciona em quatro cidades do Estado da Paraíba: João Pessoa, Guarabira, Campina Grande e Patos.

No dia 03/06/2019, às 09h40min, por meio do endereço eletrônico: <https://cilcgparaiba.wixsite.com/libras/pre-agendamento>, tentamos realizar um agendamento no intuito de verificar o tempo de espera para conseguir o atendimento. Acontece que, ao tentar realizar esse agendamento, apareceu uma mensagem na tela, na aba pré-agendamento, contendo o seguinte aviso: “[...] NÃO HÁ EVENTOS MARCADOS PARA ESTE MÊS”. Além disso, possui a seguinte frase:

Serviço que facilita a comunicação entre surdos e ouvintes, por meio da Língua Brasileira de Sinais (Libras). O atendimento é presencial de acompanhamento a compromissos, serviços, socioassistenciais, jurídicos e de saúde, entre outros. O agendamento deve ser feito com, no mínimo, dois dias de antecedência. O agendamento deve ser feito na 3ª regional de Ensino em Campina Grande.

O site contém uma sigla CIL: Central de Interpretação de Libras em Campina Grande, constando a hora do atendimento: 08h00min às 16h30min de segunda a sexta-feira. Telefone (83) 3342-2537. *E-mail*: cilcgparaiba@gmail.com. O site contém a logomarca do governo do Estado da Paraíba e da 3ª regional de ensino.

1.6.3 Instituições públicas promotoras de políticas públicas

A oferta de cursos nas instituições de ensino superiores também é considerada como uma forma de implementação de políticas públicas. Sendo assim, foram implementados cursos destinados para as pessoas visuais e adaptações direcionados ao

atendimento dos surdos. Ribeiro (2017) conta que em 2003 a Universidade Estadual da Paraíba –UEPB inaugura em Campina Grande um núcleo destinado para atendimento de educação inclusiva. Descreve que antes da existência do núcleo, as pessoas que constituem qualquer tipo de deficiência não possuíam auxílio e nem local para as atividades acadêmicas na instituição-UEPB.

Acontece que com a criação de um espaço inclusivo, aos poucos, as pessoas que necessitavam de atendimento especial eram atendidos por grupos de tutores e de monitores que as acompanhavam nas atividades acadêmicas. Na ocasião foi destinada uma sala no CEDUC que antes funcionava no Catolé, bairro de Campina Grande/PB.

Por conseguinte, o núcleo passou por melhorias e possui atendimento profissional, além de possuir professores capacitados nas várias áreas, habilitados para o atendimento de pessoas com deficiências. Para a comunidade surda, é disponibilizado professores surdos e intérpretes para o acompanhamento nas atividades acadêmicas dos alunos surdos que estudam em várias áreas do conhecimento na Universidade Estadual da Paraíba-UEPB.

Atualmente, a atividade de acompanhamento aos surdos é realizada pelo Núcleo de Educação Especial e conta com uma sala especializada no Centro de Integração de Aulas na UEPB, no bairro de Bodocongó, no município campinense. Possui uma sala ampla e com vários recursos metodológicos disponíveis para os alunos que necessitam de atendimento especial. Diante de tais esforços e investimentos, a UEPB consegue atender os alunos surdos que precisam de auxílio com mais qualidade e agilidade em Libras.

Outra modalidade de implementação de políticas públicas é através de cursos destinados à profissionalização de pessoas surdas. Nesse sentido, no dia de 22 de julho de 2009 a Universidade Federal da Paraíba, por meio do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão institui a Resolução nº: 42/2009 a qual “Cria o Curso de Graduação em Letras/LIBRAS, na modalidade Licenciatura à distância, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Campus I, da UFPB”. A resolução seguinte aprova o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Letras/LIBRAS, na modalidade Licenciatura à distância, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Campus I, desta Universidade (RESOLUÇÃO Nº. 43/2009). Sobre a proposta do curso:

Compreende-se o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Letras/LIBRAS, como sendo o conjunto de ações sócio-políticas e técnico-pedagógicas

relativas à formação profissional que se destinam a orientar a concretização curricular do referido Curso.

As definições relativas aos objetivos do Curso, perfil profissional, competências, atitudes, habilidades dos formandos e encontram-se relacionadas no Anexo I.

O Curso de Graduação em Letras/LIBRAS, Licenciatura a distância, tem como finalidade conferir o grau de Licenciado, aos alunos que cumprirem as determinações constantes da presente (RESOLUÇÃO N.º. 43/2009 art. 1.º, §1.º, e §2.º. E art. 2.º).

O curso de graduação em Letras Libras na modalidade a distância é oferecido no polo da UFPB de Campina Grande que fica situado a Rua Santa Clara, s/nº, Largo do Açude Novo, Centro de Campina Grande/PB 58.400-170, endereço eletrônico: polo.campinagrande@gmail.com. A oferta de vagas é destinada, na sua maioria, para os surdos, contudo, também oferecem vagas para os ouvintes.

Da mesma forma a Universidade Federal de Campina Grande – UFCG possui atualmente a graduação de Letras Libras, estabelecida pela resolução n.º: 07/2016 da UFCG, no dia 08 de agosto de 2016 que aprovou “[...] a criação do Curso de Letras Libras, na modalidade licenciatura, turno diurno, na Unidade Acadêmica Letras do Centro de Humanidades do Campus de Campina Grande, desta Universidade”.

A resolução previu no seu artigo primeiro “[...] a criação do Curso de Letras Libras, na modalidade licenciatura, do Centro de Humanidades, Campus de Campina Grande desta Instituição de Ensino Superior”. Em ato contínuo, no seu artigo segundo, esclarece que o Curso de Letras Libras “[...] tem como finalidade, conferir o grau de Licenciado em Letras Libras aos alunos que cumprirem as determinações constantes no Projeto Pedagógico do Curso e demais normas da Instituição”. Consoante o artigo terceiro da resolução em análise, “[...] O Curso será implantado no período letivo 2017.1”.

Em 16 de agosto do mesmo ano, a Universidade Federal de Campina Grande, por intermédio do conselho universitário e da Câmara Superior de Ensino, aprovou a estrutura curricular do curso de Letras Libras. A formação acadêmica se realizará na modalidade de licenciatura, a qual se tornou vinculada ao centro de humanidades da UFCG, no campus de Campina Grande.

A resolução de número 08/2016 estabelece em seu artigo segundo “[...] O Projeto Pedagógico do Curso de Letras Libras constitui-se num conjunto de diretrizes pedagógico-curriculares para a formação profissional do licenciado”. Sendo que o curso será ofertado no turno diurno com apenas uma entrada anual, e possuindo a finalidade

de conceder o grau de licenciado aos alunos que cumprirem as recomendações estabelecidas (art. 3º).

Publicado no dia 26 de dezembro de 2016, o edital do primeiro vestibular para o curso de Letras Libras foi divulgado no portal da UFCG. Tanto os editais de 2017.1, quanto os editais de 2018.1, 2019.1 e 2020.1 ofertaram em cada certame 30 vagas para o curso, sendo que 22 vagas estão reservadas para pessoas inaudíveis.

Essas instituições de ensino superior, desenvolvidas por meio de políticas públicas, são ferramentas significativas para a construção profissional e social dos surdos. São impactos que favorecem um leque de oportunidades de escolhas para os surdos conquistarem um ensino superior de qualidade e em oportunidade de condições, semelhantes a dos ouvintes. Com isso, as políticas públicas de promoção dos surdos aos ambientes de nível superior proporcionam a construção de uma identidade surda reafirmando a sua cultura e estimulando aos surdos a conquistar espaços hegemonicamente dominados por ouvintes.

Para compreender com mais facilidade a necessidade da implantação dessas políticas públicas e a carência de várias outras, se faz primordial entender sobre a história e o conceito da Língua de sinais e, especialmente a formação da comunidade surda na esfera cultural e identitária dos surdos.

No tópico seguinte, serão apresentados alguns aspectos históricos acerca do desenvolvimento da língua de sinais no Brasil, bem como a cultura, identidade e comunidade surda.

Deste modo, é relevante para a análise entender a formação das comunidades surdas, sobretudo a participação de alguns setores da sociedade juntamente com os surdos nos enfrentamentos pela oficialização da língua de sinais no Brasil. Para compreender a evolução da língua de sinais em terras brasileiras, até alcançar os contornos atuais, se torna de fundamental importância conhecer a história e a conquista da comunidade surda e suas implicações na seara legislativa.

2 RELATOS DA CONCEPÇÃO SÓCIO ANTROPOLÓGICA DOS SURDOS

Diante do respaldo histórico acerca da utilização da língua de sinais, destaca-se que inexistiu um fato, data ou ocasião que tenha marcado o início do uso e difusão de expressões não verbais para se comunicar. Pela ausência de uma exatidão na data que determine um momento preciso, vários autores especulam situações da vida humana com a finalidade de datar uma época em que a língua de sinais foi incorporada na comunicação entre os indivíduos.

Os relatos históricos registram a atuação de muitos estudiosos inspirados na educação para surdos e na difusão da língua de sinais. A par disso, a comunicação sinalizada se amplia para além dos limites europeus. De tal modo que setores da sociedade como igreja, família e estudiosos conjuntamente com os surdos tiveram papéis fundamentais e significativos para o avanço social para pessoas com perdas auditivas.

Aliado a tudo isso, é crucial entender as nuances peculiares da pessoa surda, para tanto o corrente tópico abordará as questões referentes ao estigma imposto aos surdos, principalmente apontando as divergências no termo “deficientes auditivos”, para se referir a uma pessoa surda. Esse espaço também repercutirá os temas culturais e Identitários, explicando suas repercussões no convívio social com os seus pares.

Além disso, o presente capítulo fará uma breve explanação a respeito da comunidade surda sobre a importância da inclusão social mediante políticas de inclusão que assegurem a acessibilidade a órgãos públicos utilizando a língua de sinais.

Para compreender melhor a concepção de cultura, identidade e comunidade surda é primordial entender como o surdo se descreve numa sociedade majoritariamente ouvinte. Nesse cenário, a comunicação em língua de sinais aperfeiçoa a cultura visual, alterando a figura de uma pessoa estigmatizada através de uma ferramenta de inclusão.

A história dos surdos se mistura com a biografia de lutas e de conquistas da Língua de sinais. Uma relação que podemos classificar como de simbiose, uma vez que a comunicação sinalizada inclui pessoas surdas na convivência social de forma que respeita e valoriza a aquisição da língua em sinais que é proporcionada pelo campo visual. Por isso, passaremos a considerar o surdo como sinônimo de pessoas visuais, já que utiliza do canal visual para se comunicar.

A comunicação sinalizada, dentro de um grupo majoritariamente surdo, fortalece a identidade surda e confronta com a concepção social dos surdos como pessoas portadoras de deficiências e linguisticamente incapazes. Nesse espaço, cabe salientar que a comunidade surda rechaça o termo deficiente auditivo como significado de pessoa surda.

Assim, os termos deficientes auditivos e surdos são diferentes, conceitualmente falando. Acontece que dentro da população de pessoas surdas inclui indivíduos que apresentam perda auditiva em vários graus. Estão inseridos na comunidade surda: os surdos, intérpretes, ouvintes e indivíduos que detêm algum tipo de perda auditiva leve, moderada, etc. Esses grupos se relacionam a partir de características próprias da cultura surda, possuindo a língua de sinais como meio de manter comunicação entre eles, diferentemente das relações sociais dos ouvintes que se perfaz por meio da fala. Strobel aclara essa reflexão explicando que

as pessoas surdas “vivem em uma cultura diferente da cultura hegemônica dos sujeitos ouvintes: cultura surda é o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável, ajustando-o com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das almas das comunidades surdas”. (STROBEL, 2008, p.24).

Para a comunidade surda, a representação do termo surdo se apresenta como uma experiência visual não se tratando de uma deficiência que impossibilita a pessoa com surdez para as práticas sociais. Duarte (2013, p. 16) explica que a visão do surdo não se submete a visão pautada na área clínica do laudo do médico-organicista, contudo, deve diversamente abandonar o termo deficiente para se referir a uma pessoa surda. Nesse entendimento, anota que o

paradigma do *deficit* precisa ser abandonado, assim como a marca histórica de deficiência e inabilidade que ele sustenta. Para Ciccone (1990, p.20), “o surdo é mais do que simplesmente um sujeito que não pode ouvir”. Ele apreende o mundo pelas vivências e experiências visuais, utiliza uma língua visuoespacial, capta as informações através da integridade sensorial que possui e se expressa pelas mãos ao usar a língua de sinais. Língua essa que lhe permite interagir com seus pares e com as demais pessoas que a dominem (Felipe, 2003; Coelho, Cabral, Gomes, 2004; Machado, 2008). Mudanças nas formas de ver, tratar e lidar com os surdos se estabelecerão quando o reconhecimento político da surdez como diferença nortear as relações familiares, sociais, educacionais e (DUARTE, 2013, p. 16).

Nídia Limeira de Sá (2006, p. 01), ao responder se existe uma cultura surda, explica que os surdos estão convictos da sua identidade culturalmente distinta, contudo,

“as pessoas não-surdas têm muita dificuldade em admitir que os surdos têm processos culturais específicos, então, muitos continuam a tratar os surdos apenas como um grupo de deficientes ou incapacitados”. A definição de ser surdo vai muito além de uma patologia clínica definida por uma área da medicina, consoante as palavras de Castro Junior

A visão clínica aponta a surdez como um problema patológico, uma deformidade que deve ser tratada, pois impõe que todo surdo deve ser curado. Machado (2002) afirma que, por meio da língua de sinais, o Surdo é capaz de produzir conhecimentos tão organizados quanto os ouvintes, não podendo o mesmo ser considerado incapaz, a partir do puro dado orgânico que implica a incapacidade de ouvir. Os Surdos organizam-se politicamente, convivem com ouvintes e com outros surdos, produzindo uma cultura surda. Na apologia de algumas concepções, segundo o conceito durkheimiano sobre a surdez e suas implicações, o desenvolvimento humano, de um modo geral, incluía o que chamamos de descolamento ético e social, entendido como anomia, descaso em relação à modalidade de comunicação visual-espacial. O que leva o ouvinte a tratar a temática da surdez como um problema médico leva-nos à questão profunda de que o que nos falta, pelo menos na Educação, é um compromisso ético com a solidariedade humana e o desenvolvimento de um trabalho que favoreça o respeito à diversidade (CASTRO JUNIOR, 2015, p. 15).

A forma de comunicação entre ouvintes e surdos é diferente apenas nas formas de se expressar: a hegemonia ouvintista emprega a fala para nutrir um diálogo ao passo que o surdo utiliza o canal visual-espacial para se manifestar usando mecanismos visuais aliados às dimensões espaciais. Para Perlin (1998), a língua de sinais se torna o motivo fundamental da influência da identidade surda em virtude da comunicação e a relação com os ouvintes serem realizadas através da modalidade visual-espacial.

A concepção sócio-antropológica definida por Alpendre (2008) apresenta o surdo como uma pessoa que é impedida de adquirir a língua oral-auditiva naturalmente, em razão do déficit de audição. Essa concepção defende a surdez, não como uma deficiência, mas, como uma característica natural de todo ser humano que possui características diferentes uns dos outros: alto ou baixo, gordo ou magro, surdo ou ouvinte.

uma outra visão vem sendo construída para entender a surdez como uma diferença cultural e não como uma patologia médica: é a visão sócio-antropológica. Vários autores têm discutido o conceito de surdez considerando sua identidade cultural e lingüística, como Wrigley (1996; apud Sá 2002). Nessa visão, uma pessoa surda é alguém que vivencia um déficit de audição que a impede de adquirir, naturalmente, a língua oral-auditiva usada pela comunidade majoritária, construindo sua identidade assentada principalmente nesta diferença, utilizando-se de estratégias cognitivas e de manifestações comportamentais e culturais visuais diferentes das pessoas que ouvem (ALPENDRE, 2008, p. 6).

Diversamente do posicionamento sócio-antropológico, Alpendre (2008) apresenta a interpretação médica a qual compreende a surdez como uma deficiência

Na tradição da clínica médica, a surdez é vista como uma “deficiência” em relação à comunidade “ouvinte”, colocando os sujeitos surdos em desvantagem, se comparados à maioria da população (Skliar, 1998). Decorrem daí os esforços no sentido de “normalização”, ou seja, no caso do surdo, torná-lo um “ouvinte”, ou de compensar seu déficit por meio de um treino sistemático da audição, da fala, da leitura labial, do uso de próteses, de implantes, de cirurgias, de audiometrias, de exercícios respiratórios, etc. (Lulkin, 1998). Neste caso a ênfase recai sobre a patologia e sobre a necessidade de intervenção clínica, já que a língua oral deve ser adquirida por ser a via de comunicação da comunidade ouvinte (ALPENDRE, 2008, p. 5).

Na década de 1980, era comum se referir a uma pessoa surda utilizando a expressão: portador de deficiência. Esse termo era influenciado pela área médica que enxergava a deficiência como uma doença a ser tratada e respectivamente curada. Essa expressão só foi alterada em 1996, após a publicação da lei 9.394/1996 que tratava sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, substituindo o termo por pessoas com necessidades especiais.

A nomenclatura deficiente auditivo-D.A. é utilizada para pessoas que, muito embora apresentam algum tipo de limitação no aparelho auditivo, não se reconhecem como surdas e conseguem se comunicar por meio da oralização, entre outras formas. A terminologia D.A. é utilizada na área da medicina para caracterizar uma determinada pessoa com perdas auditivas e classificando em leve, moderada, severa e profunda.

O termo para definir pessoa inaudível geralmente é utilizado quando a perda auditiva é leve, moderada, severa ou profunda. Assim, são denominadas deficientes auditivos aquelas pessoas que mesmo apresentando dificuldades para ouvir, não se incluem na comunidade surda e não se consideram surdas. Dessa forma, nem todas as pessoas que apresentam perdas auditivas se reconhecem surdas e, nem todos os surdos se consideram deficientes auditivos. Nos ensinamentos de Perlin, é possível compreender a noção do ser surdo e do estar sendo surdo

O estar sendo surdo entre nós é considerado um estar na experiência surda componente ativo que se agencia nas dinâmicas de poder constitutivas do povo surdo. É uma experiência na convivência do ser na diferença, no espaço de uma cultura, de um povo (PERLIN, 2003, p. 91).

O movimento *Deafhood* surge aliado ao combate do termo estigmatizado, de considerar o surdo como uma pessoa deficiente para os atos da vida civil e submetê-lo a

margem de uma sociedade de ouvintes, além de caracterizá-lo como um sujeito incapaz ou inválido. Alguns autores traduzem o termo *Deafhood* para a língua portuguesa como sendo surdidade²¹, muito embora membros da comunidade surda desprezem essa tradução e reafirma como a expressão ‘ser surdo’.

Lopes Terceiro reflete que “[...] fazer parte das comunidades Surdas não é determinado pelo grau de perda auditiva, mas pela forma de comunicação, ou seja, pelo uso ou não de uma língua sinalizada, o que eles denominam ‘surdez atitudinal’”.

Esse movimento social dos surdos foi desenvolvido por Paddy Ladd, um surdo britânico. A expressão sugere a pessoa surda reconhecer-se e reafirmar-se como surdo. *Deafhood* ou ser surdo é definido como um termo que o próprio autor chamou de guarda-chuva, em que consiste “[...] as relações de poder envolvendo surdos e ouvintes e reflete as disputas entre concepções colonizadoras ouvintes e linguístico-culturais sobre a vida comunitária dos Surdos” (LOPES TERCEIRO, 2018, p. 9).

Em relação às características da identidade, cultura e comunidade surda, serão explicadas com mais profundidade nas linhas a seguir. Entretanto, é necessário destacar que nem todas as pessoas que nascem surdas ou que adquiriram a surdez ao longo da vida são usuárias da língua de sinais. A comunicação visual é aprendida e estimulada igualmente como acontece com a fala, tal como as línguas estrangeiras são adquiridas.

Em virtude disso, muitos surdos possuem o primeiro contato com a língua de sinais ainda no seio familiar, em contrapartida, outros surdos só terão conhecimento da cultura visual, em muitos casos, quando inserida a uma educação escolar bilíngue. Após a aquisição da primeira língua (L1), língua de sinais, os laços entre surdos se fortificam na comunidade surda e uma pessoa visual consegue interagir com os membros do grupo por meio do canal visual-motora.

Por conseguinte, alguns surdos são filhos de pais ouvintes (ou seja, filho surdo e pais ouvintes) e isso dificulta para alguns surdos a comunicação e o contato com a língua de sinais. Gianini (2012, p. 151) considera que “[...] a grande maioria dos surdos são filhos de pais ouvintes, o acesso à língua e à cultura da comunidade surda será propiciado, em grande parte, pelo professor surdo”. Diante disso, muitos surdos só terão

²¹ Lopes Terceiro (2018, p. 30) explica que “o termo ‘Deafhood’ que, embora não negue a falta da audição, debate a surdez não em termos individuais ou como ‘um sujeito a se corrigir’, mas, pela ótica da experiência coletiva. Busca definir um estado existencial e identitário positivo do Surdo ligado à ideia de ‘ser-no-mundo’. Na única obra de Paddy Ladd, traduzida em português lusitano pela Editora Surd’Universo, em 2013, ‘Deafhood’ é traduzido como Surdidade” .

acesso à Língua de Sinais nas escolas, na comunidade surda ou apenas na idade adulta, alguns nem na fase adulta.

Para a percepção da língua de sinais como forma de expressão, se considera relevante aos familiares, parentes, professores e amigos da pessoa surda o reconhecimento da comunicação visual com o diálogo por meio da língua de sinais. Nesse caso, a língua de sinais será ensinada para o surdo como a primeira língua (L1), sendo a Língua Portuguesa considerada como a segunda língua dos surdos (L2), na forma escrita. Deste modo, a língua em sinais é ensinada primeiramente (do mesmo jeito que acontece com os ouvintes ao aprender a falar) e depois ensinada a Língua Portuguesa (como língua escrita).

Segundo Lodi (2011, p. 83), para a educação bilíngue²² de surdos é fundamental que

os surdos devam desenvolver a língua de sinais como primeira língua (L1), nas relações sociais estabelecidas, preferencialmente, com surdos adultos usuários da língua e participantes ativos do processo educacional de seus pares. Na falta desse profissional, é prevista na legislação a participação de adultos ouvintes bilíngues Libras-língua portuguesa, com formação/certificação de fluência em Libras. A partir do desenvolvimento dessa língua, o ensino-aprendizagem escolar da língua portuguesa em sua modalidade escrita pode ser iniciado, entendida como segunda língua das pessoas surdas (L2). Considera-se ainda, nas práticas bilíngues para surdos, as particularidades e a materialidade da língua de sinais, além dos aspectos culturais a ela associados, fato que demanda metodologias de ensino pensadas a partir da Libras (LODI, 2011, p. 83).

Diversamente das necessidades fisiológicas da condição natural do ser humano, a língua de sinais tem que ser conhecida como meio de interação entre dois indivíduos, além de aprendida, praticada e estimulada para que seja um meio de comunicação eficaz para o surdo. O fato de ser surdo, por si só, não o faz um fluente em Língua de sinais, é necessário, antes de tudo, que ele se identifique como surdo e adquira a identidade surda.

Dessa maneira, a comunidade surda é composta por muitos indivíduos, além dos surdos, os intérpretes, professores, familiares, amigos e parentes de surdos, pessoas que apresentam dificuldades auditivas (mas não se reconhecem surdos). Assim, esses

²² Consoante a lei 13.005/2014 na meta quatro garante a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos (às) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezesete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos arts. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos.

agentes conhecem, aprendem, praticam e estimulam a língua de sinais que mesmo sem ser surdo se tornam membros e parte integrante do grupo. Em virtude disso, a comunidade surda reúne indivíduos surdos e sujeitos ouvintes que compartilham da mesma cultura e fortalecem a identidade surda.

2.1 O estigma social enfrentado pelas pessoas surdas

Por muito tempo, os surdos foram considerados sujeitos sem direitos na sociedade brasileira. Em razão disso, para o gozo das garantias fundamentais destinadas às pessoas surdas, foi necessário travar enfrentamento de lutas no campo político por meio dos movimentos sociais, fato que tornou os surdos visíveis e reconhecidos como agentes possuidores de direitos no final do século passado.

Os surdos tiveram negado, em um longo período da história, o gozo das garantias de direitos e, atualmente continuam suportando a ausência de aplicabilidade de muitos desses direitos garantidos. Setores da sociedade ainda não perceberam que os surdos são pessoas idênticas aos ouvintes, mas que não dispõem da audição, razão por que só conseguem se comunicar por outros meios que não seja a oral, mas que, por isso mesmo, possuem outros sentidos mais aguçados.

Além disso, Sacks (1989, p. 18) aduz que a língua de sinais pode ser equiparada à língua falada pelos ouvintes a qual se assemelha em igual rigor poético, possuindo uma “[...] facilidade que às vezes é maior do que a da língua falada. Falo, se aprendida como primeira língua, a língua de sinais pode ser usada e mantida pelos ouvintes como uma alternativa permanente e por vezes preferida à língua falada”.

Diversamente do que foi exposto acima, setores da sociedade julgam a pessoa surda como um sujeito sem capacidades para as práticas sociais e, por isso, o direito civil brasileiro, por um período, ignorou a concepção de pessoa capaz do sujeito surdo. Assim, o legislador pautado equivocadamente em conceitos definidos pelo senso comum, marginalizou as peculiaridades linguísticas e submeteu os surdos a uma valoração social negativa.

Percebendo a forma de tratamento marginalizada que era ofertada aos surdos, pela sociedade e, relegando a uma característica diversa da que de fato possui, Goffman (1975), que além de sociólogo é antropólogo, sintetizou no seu livro “Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada”, a situação do indivíduo inabilitado para a aceitação social. O autor demonstra, na sua obra, alguns relatos do convívio social de

pessoas surdas que foram estigmatizadas pela condição social, aspectos religiosos, raciais e físicas que os indivíduos apresentavam.

Mesmo com as mudanças legislativas em relação à situação do surdo na sociedade, sobretudo os ganhos expressivos no campo cultural e linguístico da pessoa surda, muitas pessoas equivocadamente ainda insistem em inserir o indivíduo surdo como um sujeito sem direitos e sem capacidades para os atos da vida civil.

Diante dessa impressão equivocada destinada aos surdos por setores da sociedade, Goffman (1975) explica que as pessoas surdas estão relegadas à imagem de sujeitos inabilitados para a aceitação social plena. Com isso, aos surdos são imputados estigmas, geralmente ocupando posição na sociedade com atributos negativos: mudinho, doidinho, deficiente, entre outros. Em muitos casos, sendo destinados a ocupar postos de emprego que pouco ou nenhum contato nutre com as pessoas ouvintes tidas como “normais”.

Para além de uma simples característica, o estigma dos surdos estará intrinsecamente relacionado às semelhanças sociais das pessoas. Tendo em vista que o atributo do indivíduo, por outro lado, confirma a normalidade de outra pessoa. De tal modo, se a pessoa está sendo rotulada como surda, pode-se inferir que existe outro sujeito sendo qualificado como ouvinte, caso contrário, não haveria a necessidade de se diferenciar um ser dos demais.

A partir da diferenciação entre sujeitos iguais, Goffman (1975) elucida que um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo é o que pode se chamar de estigma. O autor ainda se utiliza de três características diferenciadoras para explicar o fenômeno: deformidades físicas, caráter individual e comportamento político radical. O escritor expõe que qualificará como normais “[...] os que não se afastam negativamente das expectativas particulares” (1975, p. 14).

Utilizando o exemplo do autor sociólogo (1975), para compreender a interpretação de uma pessoa estigmatizada, é possível considerar que, diante de um grupo de surdos, a pessoa ouvinte pode ser considerada como desviante, ou seja, estigmatizada, tendo em vista que o atributo da audição se diferencia das características dos surdos que não constituem audição. Em suma, dentro da comunidade surda, as pessoas ouvintes é que serão “anormais”. Sobre isso, o autor enfatiza que

[...] os grupos, no sentido amplo de pessoas situadas numa posição semelhante, e isso é a única coisa que se pode esperar, já que o que um indivíduo é, ou poderia ser, deriva no lugar que ocupam os seus iguais na

estrutura social. Um desses grupos é o agregado formado pelos companheiros de sofrimento do indivíduo. Os arautos desse grupo sustentam que o grupo real do indivíduo, o grupo a que ele pertence naturalmente, é esse. Todas as outras categorias e grupos ao qual o indivíduo também pertence necessariamente são, de modo implícito, considerados como não verdadeiros; ele, na realidade, não é um deles. O seu grupo real, então, é o agregado de pessoas que provavelmente terão de sofrer as mesmas privações que ele sofreu porque têm o mesmo estigma; seu “[...] grupo” real, na verdade, é a categoria que pode servir para o seu descrédito (GOFFMAN, 1975, p. 124).

Nas palavras de Goffman (1975), a pessoa estigmatizada tem a opção de corrigir a condição a qual está submetida. O autor apresenta o exemplo de uma pessoa com deficiência física, que dedica esforço relativamente alto para nadar ou montar a cavalo, desafiando as barreiras impostas para o “aleijado”. Igualmente, podemos considerar como uma correção do estigmatizado pela surdez, quando na tentativa de minimizar sua diferença social utiliza de implantes/aparelhos para auxiliar na audição.

Goffman ainda diferencia a identidade social da identidade virtual, em que a primeira consiste na imagem segundo a qual, de fato, o sujeito se apresenta, ao passo que a identidade virtual é aquela em que a sociedade espera que o indivíduo assuma. É diante dessa diferenciação que resulta o atributo depreciativo para a pessoa estigmatizada, elemento este fundamental para desumanizar o indivíduo, diferenciando-o dos demais membros da sociedade.

A condição do sujeito estigmatizado em presença de uma coletividade vai ser definida pelo grau de percepção que se tem das suas características distintivas. Quando os atributos depreciativos são evidentes, Goffman esclarece que o indivíduo está na condição de desacreditado, ou seja, quanto mais evidente é aquele atributo que o distingue dos outros membros da sociedade, mais desonrado estará diante dela.

O autor relata que, buscando uma tentativa de minimizar as particularidades do estigmatizado, ele pode utilizar táticas para disfarçar as diferenças. Assim, em um relacionamento do indivíduo estigmatizado com um indivíduo não estigmatizado, segundo Goffman, sempre vai surgir tensão e desconforto para as duas partes além de despertar debates sobre temas de ressocialização de tais indivíduos.

Essas relações sociais expostas pelo autor têm o caráter definitivo para a concepção de caminhos desviantes no universo dos sujeitos estigmatizados, tendo em vista que o sujeito detentor de um estigma tende a ter experiências semelhantes a outros indivíduos que são portadores do mesmo estigma.

Sendo assim, o mesmo atributo de estigma vai condicionar um desenvolvimento de um grupo de indivíduos numa mesma direção. Com isso, Goffman estabelece uma

relação entre o estigma e o desvio entre estes grupos estigmatizados, alertando que, entre eles, existe um entendimento análogo sobre o sujeito. Em outras palavras, um agrupamento de indivíduos estigmatizados, por uma negação coletiva de ordem social, frequentemente será taxada de desviante.

Deste modo, muitas pessoas ditas como desviante e que estão estigmatizadas em razão de suas diferenças, se agrupam com pessoas semelhantes e adquirem identidades próprias, transformando em culturas próprias e se reconhecem como iguais em uma sociedade de desiguais.

2.2 Reflexões sobre o conceito de cultura

O termo cultura é empregado para definir uma sociedade que se organiza e se divide por meio de grupos de pessoas para dividir poder, costumes, valores, hábitos, língua, comidas. No Brasil, existem vários tipos de culturas, como a cultura indígena, a afrodescendente, a nordestina, entre outras, onde nenhuma é predominante, e são caracterizadas pela regionalidade e os costumes em que estão inseridas.

Sen (2010, p. 302) caracteriza cultura como um conjunto de valores, entendimentos, ideias, expressão e comunicação, se aproximando do conceito definido pela Unesco. Diante disso, Guerra e Jairo (2012, p. 195) definem a cultura sobre dois aspectos: ampla ou antropológica e a específica. Para os autores, a primeira é considerada como “[...] um conjunto de elementos a que constituem o modo de vida de um povo, de uma comunidade”. Ao mesmo tempo, em que a referência específica “[...] define a cultura enquanto as diversas atividades ligadas às artes em todas as suas expressões”.

Consoante aos ensinamentos de Laraia (2001), a cultura está desvinculada de uma definição genética, já que defende que a mesma depende do aprendizado adquirido pelo indivíduo. Usando outras palavras, as ações dos seres humanos decorrem do ambiente cultural em que foi socializado. Em consequência disso, a pessoa se amolda a partir do processo acumulativo de aprendizados refletindo nos conhecimentos e nas experiências adquiridas pelos seus antepassados.

Além disso, o teórico apresenta as diferenças geográficas consolidando que os limites físicos, em que se encontram o sujeito, não são determinantes para condicionar as diferenças culturais.

Nesse ínterim, “[...] a comunicação é um processo cultural. Mais explicitamente, a linguagem humana é um produto da cultura, mas não existiria cultura se o homem não tivesse a possibilidade de desenvolver um sistema articulado de comunicação oral” (LARAIA, 2001, p. 52). Entre tantos tipos de cultura, destaca-se, para fim de debate acadêmico, neste espaço, a cultura surda a qual possui hábitos, língua, valores, costumes próprios que os certificam como uma determinada cultura. Sendo assim, Ramos adverte que a terminologia cultura está muito associada à questão da aquisição de uma língua

Mais recentemente, autores passam a considerar a existência de uma língua somente a partir do momento que exista uma cultura a ela ligada, não delimitando os meios de transmissão utilizados, a extensão do vocabulário, o tipo de som emitido pelos “falantes” (RAMOS, 2004, p. 01).

Quanto à língua ser uma maneira de demonstrar uma determinada cultura, Mota (2011) explica que a comunicação é inerente ao homem e advém com a criança mesmo antes do feto nascer²³.

Com posicionamento diverso, Santana e Bergamo (2005, p.578) rejeitam a ideia de uma cultura apenas ligada ao sujeito surdo uma vez que consideram tal divisão numa situação de segregação ou exclusão:

as interpretações elaboradas a respeito da cultura e da identidade são, nos termos de Bourdieu (1998), disputas pelo poder de impor uma visão do mundo social, pelo monopólio de uma forma legítima de fazer ver e fazer crer as divisões sociais. Sendo assim, tais interpretações derivam, antes de mais nada, da preocupação em submeter a essa forma legítima de fazer ver os elementos do cotidiano, de um recorte arbitrário que torne possível a visão que se pretende impor e a *di-visão* social empreendida por tal visão (SANTANA e BERGAMO, 2005, p. 578).

Nessa seara, Bueno (1998) contribui advertindo sobre a deturpação ao multiculturalismo se considerar, tão somente, as condições sociais da surdez para defini-los como cultura.

²³ Acredita-se que as crianças são capazes de se comunicar antes mesmo de vir ao mundo. Alguns especialistas creem que o bebê estabelece ligação com a mãe ainda no útero, na qual ela é capaz de perceber as variações de humor ou desconforto do filho. Ao nascerem, essas crianças são capazes de reconhecer os pais, principalmente a mãe, pela voz e o cheiro. Nas primeiras semanas eles se comunicam através dos gestos, expressões faciais, gemidos e choro. Davis (1979) denomina esse aspecto interativo de “comunicação não verbal”. A pesquisadora afirma que esta forma de comunicar vem desde os primórdios, antes do surgimento da oralidade, quando a comunicação não verbal era o único meio de que o homem dispunha. Ela garante ser possível enviar mensagens ao outro sem pronunciar nenhuma palavra, usando penas expressões faciais, e esclarece ainda que algumas delas são universais e inconfundíveis (MOTA, 2011, p.22/23).

Da forma como a existência de grupos de surdos é tratada, fica-se sem saída. Se consideramos que a surdez é o único fator para a existência de uma "comunidade surda", deveremos negar a importância das determinações de raça, classe e gênero que, se servem para o restante da humanidade, não se encaixam no caso dos surdos. Se, entretanto, entendermos que essas determinações de raça, classe e gênero são importantes para a análise das culturas, como tratar o "surdo" e a "comunidade surda" sem levá-las em consideração? Essa concepção, que deturpa e reduz sua origem teórica (o multiculturalismo), na verdade tem como consequência mais nefasta, a meu ver, o encobrimento daquilo que é a riqueza da abordagem: a busca do entendimento da diversidade na pseudo-homogeneidade aparente (BUENO, 1998, p. 02).

Ao tratar sobre os aspectos e tipos de culturas, Sen (2010, p. 303), na obra "As pessoas em primeiro lugar", aponta que merecem críticas os autores que dividem a cultura entre superior e inferior. O teórico mencionou que existem correntes caracterizando a cultura latino-americana como uma subcultura que apresenta deficiências estruturais que impedem o desenvolvimento.

Há quem apresente a cultura como único fator do desenvolvimento. Em níveis extremos, cai-se, em alguns casos, simplesmente na ideia de que haveria culturas superiores e culturas inferiores e que os latino-americanos teriam algumas deficiências culturais estruturais que impediriam o desenvolvimento (SEN, 2010, p. 303).

Seguindo esse mesmo entendimento e realizando uma análise sobre o eurocentrismo e sua influência na América Latina, Quijano (2006, p. 121) observou que no período da colonização a cultura existente na América foi desprezada em detrimento de uma cultura vinda da Europa a qual era reconhecida como uma cultura a ser seguida.

A incorporação de tão diversas e heterogêneas histórias culturais a um único mundo dominado pela Europa, significou para esse mundo uma configuração cultural, intelectual, em suma intersubjetiva, equivalente à articulação de todas as formas de controle do trabalho em torno do capital, para estabelecer o capitalismo mundial. Com efeito, todas as experiências, histórias, recursos e produtos culturais terminaram também articulados numa só ordem cultural global em torno da hegemonia européia ou ocidental. Em outras palavras, como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento (QUIJANO, 2006, p. 121).

Assim sendo, como por muito tempo os colonizadores impõem a condição de que a cultura europeia era superior às demais e que as outras culturas deveriam ser abandonadas para que a cultura europeia fosse seguida, fato semelhante acontece com outras culturas. De modo análogo, ocorre entre a cultura surda e a ouvinte: enquanto os ouvintes, pretensiosamente, sobrepõem a sua cultura a da cultura surda como sendo a

única a ser seguida, ainda impõem regramentos aos surdos das formas a serem seguidas por sua própria cultura.

Mello e Schuck (2012, p. 203) colocam que ao trabalhar com o conceito de cultura demonstra estabelecer que surge dela as relações e coisas, e partindo delas é possível entender “[...] os usos que se fazem das coisas e as posições ocupadas pelos sujeitos dentro de determinadas redes sociais”. Para o entendimento de conceito de cultura os autores explicam que se trata de um “[...] conjunto de práticas que são desenhadas e desenham as relações sociais e a cada indivíduo em particular”. Dessa forma, reconhecem que

O desenho de cada sujeito que pertence a um grupo específico se dá na própria relação com seus pares, que passam a ser balizadores de suas condutas, valores e práticas sociais, religiosas e linguísticas, entre outras. Nessa concepção de cultura, pode-se inferir que a cultura surda também é determinada pelas regras de convivência, em que o grupo pertencente a ela é regulado por uma forma de vida instituída. Nesse caso, a diferença surda se dá a partir do convívio com seu semelhante. (MELLO e SCHUCK, 2012, p. 203).

Por consequência, inexistente uma cultura hierarquicamente predominante sobre a outra. Cada pessoa herda uma cultura que mais a frente pode ser abandonada e adquire outra cultura logo de imediato. Os surdos, ao nascerem, geralmente herdam a cultura dos pais, que na maioria das vezes são ouvintes. Apesar disso, a surdez limita a absorção da cultura ouvintista visto que os surdos apreendem aspectos macro da cultura ouvinte, mas não assimilam os aspectos micros, todavia ao serem inseridos na comunidade surda se identificam como tais e adquirem a cultura surda.

2.3 Aspectos essenciais da cultura surda

A sociedade passa por constante evolução social, política e no âmbito da perspectiva cultural também acontece o mesmo. É perceptível que com o passar dos anos muitos surdos conseguiram formar uma identidade própria e conquistar uma cultura de pertencimento, que posteriormente foi articulada especialmente na área da comunicação, o que repercutiu em uma cultura surda.

Consoante a isso, Silva e Fagundes (2015, p. 26.213) ilustram que a cultura surda apenas é adquirida por sujeitos surdos, na maioria das vezes, quando estão na fase adulta ou mesmo pouco antes de iniciá-la, razão esta que assiste ao fato de que muitos surdos são filhos de pais ouvintes.

Mediante a isso, Silva e Fagundes esclarecem que “[...] existe uma luta por parte da comunidade surda para que sua cultura seja incluída, no contexto social” (2015, p. 26.213). Diante dessa conjuntura são ensinados aos surdos, mesmo na fase criança, elementos culturais de pessoas não surdas. Sá conclui que

A cultura surda refere-se aos códigos próprios dos surdos, suas formas de organização, de solidariedade, de linguagem, de juízos de valor, de arte, etc. Os surdos envolvidos com a cultura surda, auto-referenciam-se como participantes da cultura surda, mesmo não tendo eles características que sejam marcadores de raça ou de nação (SÁ, 2006, p. 7).

Nessa sistemática, Silva e Fagundes atribuem às leis, criadas nesse segundo milênio, a desvalorização com a cultura surda. Conferem que as proteções legais legisladas, no âmbito de reconhecer e garantir direitos constitucionais consagrados na Carta Magna hodierna vieram tardiamente, o que ocasionou num retardamento da aquisição cultural por parte da comunidade surda.

Em virtude do atraso da lei os surdos eram vistos pela sociedade como “deficientes e incapazes” para atuarem no meio social. Em decorrência da lei de 2002 percebeu-se que muitos surdos iniciaram seu processo de escolarização, embora tardiamente, porém a lei os amparou oferecendo profissionais capacitados para mediar a comunicação no contexto escolar (SILVA e FAGUNDES, 2015, p. 26213).

Em tal vertente, é oportuno destacar que a lei não acarretou atrasos para a comunidade surda quanto ao reconhecimento da língua de sinais como forma de expressão e comunicação da comunidade surda. Todavia, ressalta-se que o entrave para a língua de sinais ser reconhecida para comunicação vem de 1880, quando aconteceu o Congresso de Milão, em que os surdos foram obrigados a utilizar a oralização para se comunicar sendo proibido o uso de língua de sinais.

Nesse contexto, Moura comenta que

A língua de sinais foi impedida de ser usada na educação por muitos séculos e, se nos detivermos apenas nos últimos 130 anos, poderemos ver isso de forma imperiosa. Se entendermos que a língua é a expressão em essência de uma cultura, a proibição da língua de sinais se configura como a interdição de uma condição primordial da comunidade surda. Outras expressões da cultura surda, em decorrência desse cerceamento primeiro, foram igualmente interditas (MOURA, 2012, p. 104).

Tal proibição se consolidou por muitos anos repercutindo na vida social da presente década, uma vez que no Brasil existem diversas leis que dão proteção legal ao

uso da Libras e considera como forma de preconceito e discriminação a recusa do uso da língua brasileira de sinais em órgãos de natureza pública.

Para Sá “[...] as culturas minoritárias geralmente convivem com os códigos da cultura que se considera dominante e pretensamente normalizadora. Na educação de surdos, por exemplo, é declarado o objetivo de ‘normalizá-los’”. A autora grifa que o termo normalizar possui um sentido de tentar igualar a realidade do surdo aos usos e padrões das pessoas ouvintes, desconsiderando as peculiaridades exigidas para a comunicação do surdo.

“Normalizar” pode ser entendido como atribuir a uma identidade específica todas as características positivas possíveis em relação às quais as outras identidades são avaliadas de forma negativa, considerando que existe uma identidade eleita como “a melhor”, a correta, a perfeita (SÁ, 2006, p. 01).

Nessa temática, a cultura surda acena para as formas de organizações em grupos, seja por meio de códigos próprios advindos da forma de se comunicar da “[...] solidariedade, de linguagem, de juízos de valor, de arte, etc. Os surdos envolvidos com a cultura surda, auto-referenciam-se como participantes da cultura surda” (SÁ, 2006, p. 09).

No que tange a terminologia cultura surda²⁴, Bisol e Valentini narram que a expressão “[...] descreve as crenças, comportamentos, entretenimento, tradições literárias, arte, história, valores e instituições compartilhadas por aqueles que utilizam a língua de sinais como sua forma de comunicação” (2011, p. 01). Kraemer identifica que “[...] a língua de sinais é um operador importante na constituição da identidade surda. São por meio de práticas visuais que se constituem elementos significativos no desenvolvimento dos sujeitos e em suas interações” (2012, p.150). A autora ainda destaca que

Nessa forma de interação com o mundo, a condição da surdez não se apresenta como uma patologia, um problema a ser resolvido e/ou corrigido. Ser surdo significa experimentar de outras formas as vivências pessoais. Ser surdo, a partir de um contexto cultural, significa dialogar com os indivíduos a partir de outra língua: a língua de sinais. (KRAEMER, 2012, 150).

Thoma (2012, p.173) atribui ao “[...] viver e compartilhar experiências em comunidades é o que possibilita a (re)invenção e o desenvolvimento de uma cultura

²⁴ Bisol, e Valentini concluem que a “Cultura Surda é, portanto, uma expressão positiva. Refere-se a um olhar que se constrói sobre a surdez enquanto experiência visual, indicando orgulho e identidade compartilhados” (2011, P. 02).

surda”. Para o autor, são através de códigos, hábitos e história que a cultura surda é construída. Diante disso, a cultura em destaque

são compartilhados entre seus integrantes em espaços como as escolas, as associações e em famílias surdas. A cultura dos surdos é uma cultura visual, e a língua de sinais é o código mais compartilhado, o marcador cultural primordial, aquele que faz com que os surdos se sintam à vontade nos espaços comunitários em que se reúnem e que permite a troca de experiências ente eles. É pela língua de sinais que as identidades surdas vão sendo constituídas e significadas culturalmente no grupo (2012, p. 173).

Strobel (2008, p.22) elucida que “[...] a existência de uma cultura surda ajuda a construir as identidades das pessoas surdas dentro da sociedade”. Salienta que por intermédio de uma cultura que determinado povo se institui, se unifica e identificam-se como pessoas de um grupo que lhe dá o selo de pertencimento, de uma determinada identidade.

Nessa perspectiva, Sen (2015, p. 124) ao explicar a cultura, define que o comportamento e o pensamento do indivíduo são influenciados pela formação cultural que o sujeito adquire, de tal modo que alarga a importância da identidade cultural de cada pessoa. O teórico ainda comenta que a influência cultural não está isolada e isenta de outras interferências.

Santana e Bergamo (2005) se destacam entre vários críticos da corrente que defende a cultura surda como um espaço de conquista e de aquisição do reconhecimento dos sujeitos surdos. Esses autores explicam a importância sobre a literatura na discussão da cultura surda como lugar de pertencimento de pessoas não ouvintes.

Delineados nessa perspectiva de críticas, os autores consagram as formas de manifestar a realidade surda como ferramentas compensatórias da realidade dos ouvintes adaptadas para pessoas surdas.

Na área da surdez encontra-se geralmente o termo “cultura” como referência à língua (de sinais), às estratégias sociais e aos mecanismos compensatórios que os surdos realizam para agir no/sobre o mundo, como o despertador que vibra, a campainha que aciona a luz, o uso de fax em vez de telefone, o tipo de piada que se conta etc. (SANTANA e BERGAMO, 2005, p. 572).

No caso em debate, a essência da cultura surda está intimamente relacionada à educação bilíngue, ou seja, o sujeito surdo além de ser bilíngue seria também um sujeito bicultural. Haja vista a obtenção de duas culturas: a ouvinte, que é obtida no convívio social com pessoas ouvintes, e a cultura surda, que é adquirida após a aquisição da língua de sinais juntamente com os seus costumes e hábitos.

Com arrimo a isso, os escritores acentuam que o biculturalismo é o “[...] conjunto de referências à história dos surdos, o conjunto de significações simbólicas veiculadas pelo uso de uma língua comum, o conjunto de estratégias sociais e de códigos sociais utilizados de maneira comum” (SANTANA e BERGAMO, 2005, p. 572). Para os autores, a cultura

não é apenas um complexo de padrões concretos de comportamento, costumes, usos, tradições, feixes de hábitos, é também um conjunto de mecanismos de controle, planos, receitas, regras e instruções para governar o comportamento. (...) A perspectiva de cultura como um mecanismo de controle inicia-se com o pressuposto de que o pensamento humano é basicamente social e público, por isso seu ambiente natural é o pátio, o mercado, a praça da cidade.

Nessa perspectiva, os autores dividem a discussão em dois grupos em que os surdos fazem parte de uma determinada agremiação e que por isso são excluídos de participar do outro agrupamento que utilizam um tipo diverso de língua para se comunicar. Em detrimento disso, explicam que

Dir-se-ia, assim, que cultura não é só uma língua: a língua, isoladamente, não totaliza uma cultura. Os surdos crescem segundo os valores, as crenças, os símbolos, os modos de agir e de pensar de um sistema socialmente instituído e em transformação. Encerrando a discussão, dir-se-ia que os surdos e os ouvintes crescem numa mesma cultura a partir do momento em que participam de um mesmo universo social. Valores, crenças e símbolos específicos não expressam uma cultura diferente, apenas indicam a particularidade de um grupo dentro de um sistema social dado. Em outras palavras: não há como conceber uma idéia de cultura surda e de seu oposto, cultura ouvinte (SANTANA e BERGAMO, 2005, p. 573)

Aliado a isso, “[...] assumir a existência de uma ‘cultura surda’, tanto no interior da comunidade surda quanto no interior do campo de pesquisas universitário, implica também assumir uma separação entre surdos e ouvintes”. Os autores (2005, p. 574)²⁵ sugerem, assim, incitar uma *di-visão* social peculiar, e na atual circunstância observam que separar em dois grupos distintos ocasiona num discurso que pode influenciar em desigualdade.

²⁵ Além disso, acrescenta que a discussão da literatura em torno da cultura surda pressupõe uma diferença entre surdos e ouvintes e postula uma ideia de realidade homogênea a cada um dos polos dessa dicotomia. Entretanto, essa diferença faz parte de um processo de cisão social que não é recente. O próprio discurso sobre a desigualdade também faz parte desse mesmo processo. Um processo que, ao invés de aproximar os surdos dos ouvintes, distancia-os, já que enfatiza sempre o que eles têm de diferente e nunca o que eles têm em comum (SANTANA e BERGAMO, 2005, p. 575).

2.3.1 A cultura surda numa sociedade de ouvintes

Os surdos possuem uma cultura própria que é assinalada pelo aspecto visual, e a simbolização representada por meio da língua de sinais. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, cujo teor foi objeto de aprovação pelo Congresso Nacional que originou na criação do decreto legislativo 186 de 2008 e mais tarde influenciou no Estatuto da Pessoa com Deficiência. Ordenou em seu artigo 30 que “[...] as pessoas com deficiência farão jus, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, a que sua identidade cultural e linguística específica seja reconhecida e apoiada, incluindo as línguas de sinais e a cultura surda”.

A cultura surda é uma identidade adotada pela comunidade não ouvinte, em razão de compartilhar as mesmas formas de comunicação e de estilo de vida. Por essa razão, o Ministério da Educação e Cultura (2004, p. 10) aborda o conceito de cultura surda como sendo “[...] a identidade cultural de um grupo de surdos que se define enquanto grupo diferente de outros grupos”. Além disso, complementa que tal cultura se reporta a uma ação “[...] multifacetada, mas apresentam características que são específicas, ela é visual, ela traduz-se de forma visual. As formas de organizar o pensamento e a linguagem transcendem as formas ouvintes” (BRASIL, 2004, p. 10).

Silva e Fagundes enfatizam que a expressão cultura possui vários significados

dentro de seu conceito geral, portanto na área da surdez, a palavra cultura representa para os surdos uma afirmação de sua identidade, nesse sentido a forma de se comunicar está imbuída de uma especificidade – a língua de sinais, onde se centraliza o seu espaço linguístico. Acaba que, a língua de sinais torna-se uma marca subjetiva. A Cultura surda possui suas especificidades como qualquer outra cultura (2015, p. 04).

Para podermos estudar mais sobre a cultura pelo viés do comportamento surdo, esse estudo acadêmico nos convida para outra reflexão: a compreensão do termo cultura e como essa expressão foi adotada pela comunidade surda como uma forma de se expressar e caracterizar um ser em sociedade.

Consoante à realidade na convivência da sociedade, sobretudo, impactada pelos aparatos tecnológicos, demonstra uma necessidade de se comunicar cada vez mais por meio da audição. Podemos destacar *vg.* o aparelho celular, a música, a televisão, o teatro, entre muitos outros.

Ocorre que pela ausência de possibilidade de ouvir, o sujeito surdo se adaptou a outras formas de utilizar ferramentas tecnológicas na convivência social tanto na cultura de ouvintes como na cultura surda. Destaca-se que enquanto a cultura ouvinte faz uso de telefone celular para falar por meio do microfone e pelo fone, os surdos utilizam de chamadas de vídeos para o mesmo objetivo.

O despertador é outro utensílio que é utilizado de forma adaptada entre os surdos. Nessa perspectiva, o ouvinte é despertado pelo barulho que é emitido pelo aparelho despertador, bem como acontece com os alarmes. Sobrevém que na cultura surda o despertador é utilizado no modo silencioso usando apenas o vibrador que é introduzido em aparelhos, seja nos relógios, celulares ou alarmes adaptados para essa finalidade.

A campainha também é diferenciada para os surdos, enquanto para os ouvintes são emitidos sons para chamar atenção dos ocupantes de um determinado espaço, os surdos utilizam de luzes piscando para identificar a presença de pessoas externas a um determinado local. Nessa perspectiva, existem vários tipos de tecnologias adaptados para o convívio do surdo em sociedade.

Nesse prisma, é imperioso ressaltar que não há hierarquia entre as culturas humanas. Diante desse exposto, a cultura surda não é submissa à cultura dos ouvintes, tendo em vista que aquela cultura possui língua e costumes próprios, consoante a literatura de Santana e Bergamo:

A questão não é só de usos de línguas diferentes, mas o que implica o uso de línguas diferentes. O lógico parece ser que os falantes de uma mesma língua interajam mais que os falantes de línguas diferentes. A criação de grupos de surdos acaba sendo o reflexo disso. Ressalte-se aqui que nos grupos de surdos também há ouvintes, mas estes usam a língua de sinais (2005, p. 575).

Ao longo da discussão sobre cultura, identidade e comunidade surda, será possível conhecer com mais propriedade os termos e o emprego dessas terminologias como constatação de empoderamento e pertencimento de um determinado grupo. Entretanto, insurgem nas pesquisas acadêmicas posições contrárias à visão de conquista de uma identidade e cultura própria, como se a cultura surda estivesse intimamente ligada a dos ouvintes, adquirindo apenas adaptações nos moldes de convivência ouvintista.

Enquanto espaço social, a cultura é adotada como “[...] um campo de lutas em torno da significação social, ou seja, a cultura é ‘onde se define não apenas a forma que

o mundo deve ter, mas também a forma como as pessoas e os grupos devem ser” (Kraemer, 2012, p. 138). Nesse cenário, é oportuno entender o significado de identidade e como tem sido empregado ao longo do tempo.

2.4 Comentários a respeito da Identidade surda

A identidade da pessoa está relacionada ao que a pessoa representa, exemplo disso: à pessoa ouvinte é identificada pela comunicação através da audição e da fala oralizada, enquanto o sujeito surdo é identificado pela comunicação por meio da Libras e sua audição é realizada pela visão em que é visualizada os sinais.

Em razão disso, a identidade surda é verificada pela pessoa que não fala pela via oral e não ouve pela audição, sendo, portanto, usuária de língua de sinais e possuindo o campo visual para “ouvir”. Aliado a isso, podemos considerar que “[...] o fato apontado por vários teóricos: a Língua dos Sinais (Libras) é um fator que define e reforça a identidade e a cultura surdas” (QUADROS e PERLIN, 2007, p.10).

Além disso, é constada a identidade híbrida em que a pessoa ao nascer ouvinte perde as faculdades auditivas e passa a ser uma pessoa visual, adquirindo a identidade surda após a aquisição da língua de sinais. Concernente a isso, a identidade flutuante consiste quando a pessoa ao nascer surda não aceita a língua de sinais como forma de comunicação utilizando de outros mecanismos para se expressar e entender as pessoas a sua volta. Na maioria das vezes fazem uso de leitura labial, oralização e outros mecanismos que facilitam a comunicação.

Desta feita, a identidade intermediária considera a pessoa surda quem convive com a comunidade ouvinte, adquirindo os seus hábitos e a cultura ouvinte como um modo de vida. Dessa maneira, não utiliza a língua de sinais para se comunicar e nem convive em comunidade surda, fazendo uso da oralização para manter a comunicação entre os seus pares.

As pessoas visuais ainda podem ser classificadas como surdas com identidade ouvinte, ou seja, o indivíduo nasce surdo, mas faz uso de mecanismos de aparelhos auditivos, implantes cocleares, para manter a comunicação por meio da audição e utilizando a oralização.

Podemos destacar também a identidade surda genérica em que o sujeito surdo nasce em um lar onde os pais são surdos e ainda na infância adquire a língua de sinais

como meio de comunicação. Adequado observar que é possível uma pessoa ouvinte adquirir a cultura surda mediante a aquisição da língua de sinais e possuir costumes e jeitos próprios vividos na comunidade surda.

Há uma diferença entre o ser surdo e o deficiente auditivo em relação à aquisição da cultura surda, haja vista que esse último, por definição, possui uma cultura ouvinte, e ainda a usa para a comunicação, mediante a oralização, visto que também sente a falta do som. Ao contrário do surdo que desde a infância não conhece e não tem contato com os sons externos.

Nesse sentido, para o deficiente auditivo adquirir a identidade surda e se considerar como um sujeito surdo, ocorrerá por meio do aprendizado da língua de sinais e seus costumes a ela inerentes. Já que ao adquirir a identidade surda o sujeito admira-se como tal e não possui resistência e nem falta de audição.

Silva e Fagundes alertam que “[...] a identidade surda se revela múltipla porque não existe somente uma cultura, em cada região há uma peculiaridade que revela o modo de ser das pessoas” (2015, P. 26.213). Aliado a isso, Kraemer (2012, p. 142) confere que “[...] as identidades são construídas dentro das culturas e não fora delas. Isso significa dizer que as identidades são produzidas no interior dos discursos culturais e sociais”. Em virtude disso, agrega que

a cultura da qual fazemos parte determina a forma como vemos, explicamos e compreendemos o mundo. Este processo representa uma mudança abrangente e fundamental na forma de compreender a constituição das identidades, uma vez que se passa a entender as identidades sendo constituídas e transformadas a partir dos sistemas culturais que as representam e as interpelam (KRAEMER, 2012, p.142).

A autora ainda esclarece que “[...] a identidade é marcada por símbolos, ou seja, ocorre uma relação entre a identidade da pessoa e o que ela usa, assim como ela também é relacional”²⁶. Nessa temática, a autora preconiza que

a identidade ouvinte necessita padronizar a surdez como uma deficiência para que ela seja identificada como a norma. Nessa perspectiva, a identidade ouvinte, na sua constituição, necessita da identidade surda para estabelecer a sua própria referência como norma. Na referência da identidade ouvinte como norma, a identidade surda passa a ser aquela que desvia, aquela que se

²⁶ KRAEMER (2012, p.142) esclarece que “à primeira vista, parece complexa essa definição, porém, a identidade necessita, para a sua existência, de algo fora dela. Isto é, para a constituição da minha identidade brasileira, eu necessito que existam outras identidades, como a identidade argentina, paraguaia, francesa, alemã e assim por diante, que, por sua vez, diferem da minha identidade brasileira, mas que, por outro lado, fornecem as condições para que ela exista. Dessa forma, a identidade passa a ser marcada pela diferença, e esta se sustenta na exclusão. Isto é, ao passo que sou brasileiro, não posso ser argentino e vice-versa”.

localiza no espaço da diferença, da alteridade e que, entretanto, estabelece as condições para que a norma ouvinte se efetive (KRAEMER, 2012, p.143).

Posto isto, Kraemer (2012, p. 143) relata que a questão de identidade está relacionada à história de conquista e de luta, haja vista que toda e qualquer identidade cultural é marcada por resgate histórico e por costumes enraizados nos seus hábitos.

Nas diferentes interações sociais, nos espaços que circulamos, que estudamos, trabalhamos, nos divertimos é que vamos constituindo parte daquilo que somos. Por isso, não há um espaço determinado, ou um tempo específico para a constituição da identidade. São as diferentes experiências, vivenciadas em diversos momentos, que circulam em nossas formas de ser e de agir. (Kraemer, 2012, 146)

Kraemer enfatiza que a identidade está pautada “[...] com aquilo que é produzido pela linguagem. Os discursos organizam formas de identificação e de representação dos sujeitos e, no caso dos surdos, isso não se processa de forma diferente”²⁷ (2012, p. 148).

De posse de elementos culturais necessários para a legitimação de uma cultura própria e com essas “[...] diferentes formas de compreender e interagir com o mundo é que passam a ser constituídas práticas que corroboram nos processos de constituição da identidade dos sujeitos surdos”. Em suma, a autora assegura que “[...] a identidade e a cultura surda tornam-se elementos coadjuvantes nos processos de significação cultural que possibilitam inventar a surdez como uma condição cultural diferente” (KRAEMER, 2012, p. 149).

Nesse aspecto, Santana e Bergamo (2005, p.03) adicionam que os autores que defendem a “[...] língua de sinais para os surdos afirmam que é só de posse desta, considerada ‘natural’, adquirida em qualquer idade, que o surdo constituirá uma identidade surda, já que ele não é ouvinte”. Relatam que os estudos acerca do tema apresentam que a identidade surda encontra-se relacionada a uma questão de uso da língua “[...] o uso ou não da língua de sinais seria aquilo que definiria basicamente a identidade do sujeito, identidade que só seria adquirida em contato com outro surdo”. Contudo, os autores advertem que

O que ocorre, na verdade, é que, em contato com outro surdo que também use a língua de sinais surgem novas possibilidades interativas, de

²⁷ KRAEMER (2012, p. 149) ainda complementa que nem todos os surdos são membros da cultura surda uma vez que não vivem “a experiência linguística de uma educação pautada em uma proposta bilíngue é uma das formas de constituição da identidade surda. Nem todos os surdos, entretanto, vivenciam da mesma maneira a sua posição identitária. Alguns surdos optam por implantes cocleares, pelo uso de aparelhos auditivos e/ou recursos que possibilitem algum recurso auditivo”.

compreensão, de diálogo, de aprendizagem, que não são possíveis apenas por meio da linguagem oral. A aquisição de uma língua, e de todos os mecanismos afeitos a ela, faz com que se credite à língua de sinais a capacidade de ser a única capaz de oferecer uma identidade ao surdo.

Imperioso ainda mencionar que os aludidos autores ainda descrevem que “[...] a identidade não pode ser vista como inerente às pessoas, mas sim como resultado de práticas discursivas e sociais em circunstâncias sócio-históricas particulares”. Dessa forma, afirmam que a forma pela qual a surdez é idealizada pela sociedade igualmente entusiasma a constituição da identidade (SANTANA e BERGAMO, 2005, p.571).

Outrossim, os autores tecem críticas aos doutrinadores que se posicionam no sentido da identidade estar interligada a língua de sinais.

Ao que parece, a constituição da identidade pelo surdo não está necessariamente relacionada à língua de sinais, mas sim à presença de uma língua que lhes dê a possibilidade de constituir-se no mundo como “falante”, ou seja, à constituição de sua própria subjetividade pela linguagem e às implicações dessa “constituição” nas suas relações sociais. Em outras palavras, torna-se estranha a afirmação de que todos os surdos só constituam sua identidade por intermédio da língua de sinais. Afinal de contas, não há uma relação direta entre língua específica e identidade específica (SANTANA e BERGAMO, 2005, p.571).

Strobel conceitua que a “[...] identidade pessoal e representação são argumentos importantes da história de surdos, pois se refere tanto ao mundo interno do sujeito surdo quanto ao seu comportamento no mundo externo” (2008, p.41). Nesse sentido, Chiella salienta que “[...] a representação é central na construção da identidade cultural, e as identidades são provisórias e definidas historicamente” (2012, p.190).

É a trama social que deve ser vista como um conjunto de práticas que são significadas, sentidas, vividas e experimentadas pelos sujeitos na convivência com seus pares, dando sentido para as identidades culturais. A aproximação como identidades culturais começa pela marca corporal da *surdez* e vai se constituindo e se fortalecendo por outros marcadores culturais visíveis na experiência do estar com o outro semelhante. Essa experiência vivida entre os surdos em comunidade surda passa pela necessidade da *presencialidade* – a necessidade de o surdo estar com outro surdo (CHIELLA, 2012, p.185/186)

Para a autora, a identidade não se estabelece em faces, muito avesso disso, tendo em vista que a “[...] identidades são descentradas, fragmentadas e constituídas pelas tramas das relações estabelecidas na cultura” (CHIELLA, 2012, p.190). A autora menciona que os processos identitários estão pautados na construção cultural do indivíduo, destacando que tais processos possuem sinais da subjetividade (p. 190). Isto

posto, a identidade é uma característica enraizada nos aspectos subjetivos do ser humano.

2.4.1 Identidade Surda e o uso da Língua de Sinais

Santana e Bergamo (2005, p. 572) defendem que a construção da identidade de uma pessoa está pautada nas práticas sociais do indivíduo e não, tão somente, na língua adotada por ele para a comunicação. Complementa o pensamento relatando que

O reconhecimento dessa realidade seria o aprofundamento das discussões sobre a identidade no campo da surdez, no qual se procura estabelecer uma “norma” com relação ao que é teoricamente chamado de identidade, e exigir que as análises correspondam a ela. Ou seja, uma norma de identidade, a identidade do surdo, e uma norma cultural correspondente, a cultura surda (SANTANA e BERGAMO, 2005, p. 572).

Nessa cenário, os autores (2005, p. 571) criticam alguns estudos direcionados na abordagem da identidade surda com a vertente da separação e da polarização de dois grupos: ouvintes e surdos.

A identidade é construída sempre em relação a um determinado grupo ao qual se pertence, diferenciando-se de um outro, com o qual se estabelece uma relação de caráter negativo, ou seja, por oposição a ele. Com isso, a construção da identidade baseia-se num processo de “associação” a um determinado grupo, e de “dissociação” com relação a outros grupos (SANTANA e BERGAMO, 2005, p. 571).

Em virtude disso, os referidos autores analisam a identidade como sendo constituída em diversas áreas sociais heterogêneas, como, por exemplo: religiosos (...), políticos (...), funcionais (...), estéticos (...), de gênero (...), por tais motivos acrescentam que “[...] a distinção entre ouvintes e não-ouvintes, de certa maneira, cria um obstáculo teórico: define o grupo de ‘não-ouvintes’ como sendo o único contexto no qual eles se inserem. A identidade, nesse caso, só pode ser construída de forma negativa”. Todavia, destaca que a sociedade é mais abrangente do que as polaridades deterministas (SANTANA e BERGAMO, 2005, p. 571).

Nesse ínterim, Mota (2011) destaca que a comunicação não verbal é realizada de formas variadas, desde um beijo até um aceno de despedida é interpretada como forma de diálogo sem a necessidade do uso da fala.

Independentemente das explicações, controvérsias e novos dados, intrínsecos as teorias científicas, é possível perceber no dia a dia várias maneiras de comunicação não verbal: uma piscadela; o sorriso e seus inúmeros significados; levantar a sobrancelha ou os ombros para demonstrar dúvida ou espanto; jogar beijo; levar o dedo indicador à boca, para pedir silêncio, entre outros. Todos estes gestos falam, e às vezes gritam, sem verbalizar. Basta ficar atento e manter a sensibilidade sensorial ativa para notar a diversidade do universo comunicacional ao redor. Nessa infinidade de línguas e linguagens o que se diz por meio das mãos é um capítulo à parte, pois elas são tão eficazes no ato de comunicar que possuem uma língua e gramática própria: a Língua de Sinais (Libras), língua oficial dos surdos no Brasil (MOTA, 2011, p.26).

Chiella (2012, p.190) refere que a língua de sinais possui uma característica na “[...] marca cultural importante e recorrente nas narrativas surdas, é também foco de orgulho e preocupação do povo surdo, principalmente pela necessidade de preservá-la, sendo ela instrumento de luta desse povo”. A autora ainda esclarece que

A língua de sinais, na atualidade, também é um dos principais focos da legislação e da política de inclusão educacional para surdos. De certa maneira, isso é muito bom, mas também é um problema, pois, embora haja grandes conquistas em relação à língua de sinais, por outro lado, em muitos momentos, ela é banalizada, tanto no discurso da educação quanto no discurso das políticas educacionais (2012, p.190).

Tal entendimento repercute também na área do discurso educacional, em que a autora verifica em tornar a língua brasileira de sinais numa expressão banalizada, uma vez acreditar que os surdos possuem tantas outras necessidades além da linguística que também são de grande importância para eles.

2.5 A vertente social da Comunidade surda

A comunidade surda é a reunião de indivíduos que se agrupam para as relações de amizade como também para reivindicar direitos, e para ações voltadas ao compartilhamento de interesses similares. Geralmente é composta pelos surdos, por intérpretes, por familiares e amigos de pessoas surdas. Muitas vezes são confundidos com povo surdo.

Acontece que povo surdo, em conformidade aos ensinamentos de Strobel (2009, p. 6) “[...] é grupo de sujeitos surdos que tem costumes, história, tradições em comuns e pertencentes às mesmas peculiaridades, ou seja, constrói sua concepção de mundo através da visão”. A autora ainda complementa de que a existência do povo surdo precede muitos séculos.

O alvo principal que norteia as discussões no transcurso das unidades é o '*povo surdo*', nele você perceberá que existem diferentes identidades surdas, movimentos surdos, comunidades surdas, fontes históricas, pedagogia surda, memórias surdas e outros artefatos culturais. (STROBEL, 2009, p.3).

Por outro lado, a comunidade surda abrange vários setores da sociedade, incluindo ouvintes entre seus participantes. Por conseguinte, a comunidade surda se caracteriza por meio da cultura, possuindo uma língua específica de comunicação, dividindo entre os membros do grupo costumes e jeitos próprios de viver com uma subcultura dentro do seu país.

A comunidade surda é explicada por Sá como sendo

fenômenos sociais observados também em quaisquer outras comunidades, como, por exemplo, a existência de círculos de liderança pequenos, e desejadamente imutáveis, mantendo membros em posições de subordinação. A noção de "surdos legítimos" ou "politicamente corretos" pode reforçar estas ocorrências. Não é saudável alegar uma identidade, cultura ou perspectiva surda (ou Surda) unificadora, pois os surdos também se enquadram nas categorias de raça, gênero, classe, nacionalidade, condição física e em outras fontes de "diferença". (2006, p.08)

Em plena harmonia ao que já foi conferido antes, Thoma (2012, p. 171) elucida que "[...] muitos surdos, quando conhecem outros surdos, sentem necessidade de estar em comunidade, e a escola é um espaço importante para isso, sendo o primeiro lugar de encontro da maioria dos surdos". Complementa que não só a escola, contudo, outros espaços de convívio social também são fundamentais para a interação do sujeito surdo com sua identidade e, posteriormente, com a sua cultura. Nessa seara, utiliza os clubes e as associações para exemplificar espaços que se constituem em ambientes de promoção a vida em comunidade para esses sujeitos.

Admissível salientar que

As escolas de surdos têm sido apontadas como o lugar onde as comunidades surdas emergem, e muitos as defendem como sendo de crucial importância para uma educação bilíngue que reconheça a surdez como diferença linguística e cultural, pois é no encontro com outros surdos que as crianças surdas se percebem como diferentes e não como deficientes e inferiores. Quando isoladas e convivendo apenas com ouvintes, essas crianças tendem a se olhar e a se narrar de modo negativo, como sujeitos incompletos, deficitários, inferiores (THOMA, 2012, p.172).

Em plena consonância ao que foi referenciado acima, Schmitt e Luchi anotam que a comunidade surda é constituída por pessoas surdas e por pessoas ouvintes que utilizam a língua de sinais para se comunicar. Essas pessoas ouvintes são os professores, familiares e amigos dos surdos ou intérpretes e pessoas simpatizantes pela cultura surda. Os autores salientam que os membros das comunidades surdas “[...] participam e compartilham os mesmos interesses em comuns em uma determinada localização” (2013, p. 03).

Mello e Schuck (2012, p.200) defendem a ideia que a comunidade surda surge como um espaço de fortalecimento da cultura surda.

Acredita-se que é no espaço da comunidade – e, no caso dos surdos, no espaço da comunidade surda – que os sujeitos possam ter uma identidade cultural e proclamá-la, através do discurso da diferença cultural. Na tentativa de entender esse espaço de luta política, o presente capítulo tem por objetivo discutir os conceitos de comunidade e comunidade surda como espaços de fortalecimento de grupos específicos. (2012, p.201).

Esculpido nisso, os autores (2012, p.201) defendem que o espaço destinado para a comunidade surda atua como premissa basilar para os indivíduos visuais que se identificam como surdos, uma vez que é a partir dela que os liames de identidades, de cultura e de língua são advindos dessa fusão.

Nesse ínterim, a comunidade aqui em análise pode ser pensada sob a ótica daquele grupo de pessoas que se dedicam em criar laços de amizades, em que para permanecerem juntos encontram formas de se unirem constantemente, em que se busca além da segurança no grupo a motivação para as lutas por ideais e melhorias para a coletividade surda (MELLO e SCHUCK, 2012, p.207).

pertencer a uma cultura significa aceitar/comungar as condições impostas por ela, bem como aceitar a regulação e o controle colocados por aqueles que a integram. Nessa mesma linha de pensamento, o sentimento de coletividade presente na comunidade cria condições para que aqueles que a compõem se sintam seguros no lugar onde estão, ou seja, acompanhados por seus pares. Os sujeitos surdos, assim como qualquer outro grupo cultural, não compartilham naturalmente um espaço geográfico, mas, como já referido anteriormente, precisam buscá-lo para sobreviver como grupo e comunidade (MELLO e SCHUCK, 2012, p.204).

Além do mais, a identidade e a cultura das pessoas surdas são heterogêneas, uma vez que os participantes convivem num universo bilíngue e multicultural, com base

nesses espaços da comunidade surda, como as escolas, faculdades, associações, que atendem aos interesses dos surdos. Consequentemente, podemos inferir que

Não se pode negar que, além de oferecer um ambiente agradável para os surdos, essas associações de surdos fortalecem e permitem que metas políticas e educacionais possam ser traçadas de maneira mais planejada e organizada, possibilitando que os objetivos possam ser perseguidos com maior oportunidade de sucesso. E isso é saudável para qualquer sociedade que se diga democrática. Empenhar esforços para que o desejo da comunidade surda não seja uma realidade e realizar ações para que isso aconteça deriva de motivações políticas de hegemonização que levaria, segundo os que defendem essa posição, a uma sociedade em que todos seriam iguais. Essa é uma realidade que não existe. Somos diferentes em muitos aspectos, e essas diferenças nos enriquecem em todos os aspectos, tanto nas artes como em quaisquer outras manifestações culturais ou simplesmente humanas. (MOURA, 2012, P.109).

Mello e Schuck ainda acrescentam que “[...] os surdos são sujeitos constituídos na relação com outro surdo e com ouvintes”. Para tanto, essa “[...] relação é constituída em meio a lutas políticas e culturais pelo direito de se autorrepresentar, como sendo surdos e pertencentes a uma comunidade” (2012, p.201).

Estando nosso olhar voltado para uma vertente socioantropológica, entendemos uma comunidade como aquela que se constitui na convivência, na aproximação entre sujeitos semelhantes, ou seja, entre sujeitos que compartilham formas de vida contratadas dentro de um determinado grupo e uma identidade cultural. (MELLO e SCHUCK, 2012, p.208/209).

Moura adverte que muitos estudiosos tendem a enxergar na comunidade surda como uma forma de isolamento e elementos de estigmatizar as pessoas surdas, conforme ilustra no texto abaixo:

Para muitos, a comunidade surda serve para que eles se isolem do mundo e passem a conviver apenas com surdos, sem se preocupar em se relacionar com os ouvintes. A comunidade surda seria, assim, um elemento segregador dos surdos, os quais seriam enclausurados e perderiam a possibilidade de se integrar com os ouvintes. Na verdade, temos que conceber a comunidade surda como um fenômeno que não é imposto por nenhum grupo. Ela é produto do desejo dos surdos de se juntarem para poderem usufruir de uma forma fácil de interação e de comunicação (MOURA, 2012, 107/108).

A comunidade, diversamente do que alguns autores consideram, é um núcleo agregador, um espaço destinado para as pessoas visuais se reconhecer e se aceitarem como surdos em um ambiente que acolha também as pessoas ouvintes que se identificam com a cultura surda.

A fim de que a comunidade surda possa exercer sua cultura por meio de identidade própria foram fundamentais as reivindicações da militância nesse processo constitutivo e produtor de normas legais para a garantia da inclusão e do desenvolvimento social do surdo.

Após definidas as questões de identidades culturais é necessário entender como essas questões foram habitat na legislação pátria vigente. Antes de alcançar as normas que garantem o exercício da cultura surda, através de sua identidade, se faz imperioso destacar os caminhos percorridos pelos surdos até as conquistas das garantias legais no ordenamento jurídico brasileiro. Para isso, é primordial descrever os aspectos históricos mais relevantes na concepção linguística para os surdos a partir do reconhecimento da língua de sinais enquanto mecanismo de comunicação.

Desse modo, o próximo capítulo realizará um breve contexto histórico sobre a repercussão dos movimentos sociais para os direitos dos surdos e a interferência do congresso de Milão nas ações do Brasil e do mundo quanto à utilização da língua de sinais para a comunicação de pessoas surdas.

3 ASPECTOS HISTÓRICOS E SOCIOCULTURAIS DOS SURDOS

A narrativa histórica registra a atuação significativa dos surdos e de seus familiares, de docentes e religiosos inspirados na educação para pessoas surdas, de tal modo que a língua de sinais se expande e alcança territórios distantes da Europa. Em contrapartida, no Brasil, a língua de sinais foi introduzida nos ensinamentos de surdos pelo governo, que no ano de 1857, inaugura a primeira escola para surdos no Rio de Janeiro.

Enquanto o então imperador Dom Pedro II vislumbrava no surdo um sujeito de direitos, as famílias desacreditavam em tal potencial e manifestavam contrários ao ensino educacional destinado aos surdos. Uma das razões era motivada pelo professor que iria ministrar as aulas, também ser uma pessoa surda.

Logo em seguida à implantação da Escola para Surdos, no Rio de Janeiro, a língua de sinais foi proibida em virtude do Congresso de Milão ter submetido a abordagem oralista como modelo de ensino dos surdos. A partir desse momento histórico, os surdos passaram por vários desafios no aprendizado escolar já que eram obrigados a se comunicar por meio da oralização, desprezando toda a cultura linguística.

Após anos de lutas e resistências, os surdos conseguiram que a língua de sinais fosse reconhecida como forma de comunicação e expressão. Assim, em 2002 a Lei 10.436/02 legitimou a língua de sinais como uma língua oficial de comunicação, no Brasil. Cada país tem uma língua própria de sinais sem que o sinal de um determinado país esteja subordinado ao outro, muito embora tivesse ocorrido influência de um sobre o outro.

Assim como a língua de sinais existe em cada país aqui no Brasil foi adotado o termo Língua Brasileira de Sinais – Libras, para se referir ao estilo próprio dos surdos se comunicarem, uma vez que “[...] apresenta todos os componentes das línguas orais, como gramática, semântica, pragmática, sintaxe e outros elementos. Preenche, assim, os requisitos científicos para ser considerada instrumental linguístico” (BRASIL, 2009, p 11).

Em suma, é possível concluir que a Libras é uma Língua de Sinais praticada no Brasil, possuindo uma característica de língua visual-espacial que se articula com movimentos manuais (utiliza as mãos), do mesmo modo que utiliza expressões faciais e corporais.

As pessoas surdas não nascem sabendo a Língua de Sinais, e esse meio de comunicação é aprendido, semelhante ao que acontece com as pessoas ouvintes que usam as cordas vocais para falar. Do mesmo modo, como pessoas ouvintes necessitam ser estimuladas a repetir os sons para se comunicar por meio das cordas vocais, igualmente acontece com os surdos na repetição de sinais.

Em virtude disso, esse espaço será reservado à apresentação de um breve relato da implantação da língua de sinais como meio de comunicação oficial entre surdos no território brasileiro. Faz-se necessária essa breve introdução para que o leitor entenda toda a conjuntura política e social que a língua de sinais enfrentou por um longo período até se tornar em uma língua oficial de comunicação no Brasil. Assim, foi realizada uma breve discussão sobre o desenvolvimento da língua de sinais em alguns países, seguindo nesse tópico da explanação, desse progresso linguístico até alcançar as evoluções legislativas da atualidade em terras brasileiras.

O tópico a seguir evitará entrar na influência da língua de sinais em relação às demandas educacionais, não pela pouca relevância do tema, muito pelo contrário, mas por questões relativas ao espaço, tempo e objetividade já que me propus ater ao tema de língua de sinais e não da educação dos surdos.

3.1 Contexto histórico da expansão da língua de sinais

As tensões sociais encontradas pelas pessoas surdas na sociedade contemporânea constituem-se em uma realidade que repercute na vida social do sujeito surdo por muito tempo, desde a antiguidade, momento da história em que eram tratados como indivíduos sem direitos.

Os dilemas vivenciados pelos surdos vêm sendo, desde muito tempo, razão para o debate acadêmico. Haja vista que os avanços adquiridos pela comunidade surda se deram em especial pelo campo da educação, uma vez que os surdos conquistaram o reconhecimento como sujeitos intelectuais “ativos” a partir de estudos acadêmicos aliados às pesquisas realizadas no seio da medicina.

Em virtude disso, a comunicação de pessoas não ouvintes utilizando a língua de sinais surgiu conjuntamente à vida humana como destaca Ramos (2004), a qual explica que a língua de sinais é tão antiga que existe desde a língua oral humana. Já para Strobel (2008, p.84), a expansão da língua de sinais está também extremamente associada ao

voto de silêncio praticado nos mosteiros em que os monges beneditinos utilizavam para comunicação o alfabeto manual.

Ramos (2004, p. 01) acrescenta que “[...] o homem em seu estado primitivo estaria associado à dêixis, aos gritos e aos gestos”, delineado a isso sublinha que existe grande complexidade para identificar as origens da língua de sinais por não ser falada, uma vez inexistirem registros históricos grafados acerca do assunto²⁸.

Strobel (2009, p. 17) menciona que, na Idade Antiga²⁹, em Roma, os surdos não eram perdoados (pelos possíveis pecados que carregavam) haja vista serem consideradas pessoas castigadas ou que eram detentoras de feitiços. Em virtude disso, as pessoas surdas eram vítimas de abandonos ou de eliminação física ao ser jogadas no rio Tigre.

Os surdos foram considerados inválidos nesse período histórico na Grécia, e diante disso “[...] eram condenados à morte – lançados abaixo do topo de rochedos de Taygète, nas águas de Barathere – e os sobreviventes viviam miseravelmente como escravos ou abandonados” (STROBEL, 2009, p. 18). Diversamente, na Pérsia e no Egito os surdos foram analisados como indivíduos privilegiados, enviados dos deuses. Porquanto, conferiam que os surdos se comunicavam em segredo com os deuses, e em razão disso havia proteção e adoração aos surdos, mas, todavia, a educação não era destinada para eles.

Ramos, (1906, p.15) destaca que “[...] em todo o tempo deve ter havido surdos-mudos; mas é preciso chegar ao século XV para encontrar o primeiro exemplo d'um surdo-mudo, instruído”. O citado autor elucida que um professor de filosofia, na Universidade de Heidelberg (1480), conheceu um surdo “[...] desde o berço e, portanto, mudo que tinha aprendido a compreender tudo o que era escripto por outras pessoas e que, elle mesmo exprimia todos os seus pensamentos por escripto, como se tivesse o

²⁸ Almeida (2015, p. 13) adverte que “tanto o Surdo quanto o ouvinte alegorizam sua existência de tal modo que representam a realidade com as armas linguísticas que têm, e pensam o mundo representado por suas ideias, aprioristicamente. Assim, a existência precede a linguagem, como dizia Sartre, tanto na modalidade oral-auditiva quanto na visual-espacial. Em ambos os casos, a linguagem está no mundo como uma alegoria das primeiras formas de expressão e registro da humanidade. A priori, o sujeito Surdo é esteticamente livre para criar a partir da sua autonomia sensorial e, assim, obter as informações e interpretá-las”.

²⁹ A autora referencia esse período compreendendo o intervalo da “Idade Antiga Escrita a 476 d.C”, até o início da “Idade Média 476 – 1453”p. 18 e 19).

uso da palavra”. Referente a isso, explica que da análise realizada por Redolphe, o médico italiano manifesta a viabilidade de educar um surdo-mudo³⁰.

Nesse sentido, Strobel (2008, p. 84) enfatiza que Jérôme Cardan (mais conhecido por Girolano Cardano) se especializou na educação de surdos e nos estudos do ouvido, boca e cérebro, motivado pela surdez do seu primeiro filho.

Tais estudos realizados por Cardano apresentavam as distinções da aquisição da surdez, acompanhando a idade do início do ensurdecimento, bem como a correspondência na educação e na vida social do sujeito surdo. Dessa forma, infere dos seus estudos que a surdez não altera o aprendizado e nem alcança a capacidade intelectual do ser humano, uma vez que a educação da criança surda deveria ser realizada por meio da prática de leituras e escritas.

Strobel adverte que, na Espanha³¹, o monge beneditino Pedro Ponce de Leon, ao mesmo tempo, em que ensinava outras línguas estrangeiras aos irmãos surdos Francisco e Pedro Velasco, que eram de uma família de aristocratas importante da Espanha, também lecionava nas áreas de física e astronomia.

Para tanto, o monge utilizava do alfabeto manual bem como a língua escrita e oralizada espanhola. Com o falecimento do monge, a metodologia utilizada por ele não foi mais usada, haja vista que a cultura naquele momento histórico era guardar e esconder os métodos de educação para os surdos.

³⁰ Termo surdo-mudo é usado pelo autor do texto. Esse vocábulo não é utilizado para identificar uma pessoa com surdez, uma vez que os surdos não são mudos já que utilizam de outras formas de expressar para se comunicação.

³¹ Na defesa dessa dissertação um dos membros da banca mencionou que o país não seria ESPANHA, mas sim PORTUGUAL. Acontece que ao procurar corrigir essa informação, fui surpreendida em observar que a fonte a qual tirei a informação consta que é Espanha (Strobel, 2008). Ao verificar com outros autores a cerca da informação está equivocada fui mais uma vez surpreendida e não consegui encontrar nenhum outro autor que divergisse do posicionamento de Strobel, são eles: Reily (2006, p. 11) que diz “O monge beneditino Pedro Ponce de León (1520-1584) é reconhecido como o primeiro professor de surdos, tendo consolidado um trabalho de ensino de filhos surdos da aristocracia espanhola,¹² no mosteiro beneditino de São Salvador em Oña, segundo Plann (1997), autora de um amplo estudo documental sobre a educação dos surdos na Espanha”. Pinheiro (2017, p.40) também corrobora com a mesma informação a qual os irmãos pertenciam a uma família de espanhóis: “Na Espanha, Juan Pablo Bonet iniciou a educação de Surdos com outro membro Surdo da família Velasco, Dom Luís, através de sinais, do treinamento da fala e da utilização do alfabeto manual. Juan Pablo Bonet publicou, em 1620, em Madri, Espanha, o primeiro livro sobre a educação de Surdos, intitulado *Reducción de las letras y arte para enseñar a hablar a los mudos*, no qual expunha o seu método oral”. Na página 20 do livro “*Língua Brasileira de Sinais*” de Hautrive descreve que “Na Espanha, o monge beneditino Pedro Ponce de Leon (1510-1584) criou a primeira escola para surdos em um Mosteiro de San Salvador em Oña Burgos. Iniciou seu trabalho ensinando latim, grego e italiano, conceitos de física e astronomia aos dois irmãos surdos, Francisco e Pedro Velasco, membros de uma importante família de aristocratas espanhóis”. Diante disso, justifico o motivo de estar escrito ESPANHA ao invés de PORTUGAL. Além disso, todo o contexto histórico da língua de sinais, presente nessa pesquisa, foi elaborado a partir das narrativas citadas pelos autores que se encontram todos devidamente referenciados.

Strobel (2008) relata que Juan Pablo Bonet editou um livro que possuíam as letras desenhadas pelo posicionamento das mãos que versam sobre o ensino do alfabeto manual que, posteriormente, se tornou o primeiro livro que tratava da educação de surdos, no ano 1620³².

Conforme o registro de Ramos, A. G. S., (1906, p.15) foi a Espanha quem fundou as primeiras entidades destinadas para os surdos, por intermédio de Pierre de Pouce, beneditino do Mosteiro d'Orão. Diante disso, Ramos afirma que os trabalhos de Walio surgiram na mesma época, na Inglaterra.

Na Holanda, a prática de instruir os surdos foi desenvolvida pelo alquimista Van Helmont. Ao passo que na Alemanha “[...] encontram-se egualmente um ceí'to numero d'institutos. A França foi, de todas as nações, a que se occupou mais tarde da instrucção dos surdos-mudos; mas é justo dizer-se que produziu o immortal abbade do L'Espée” conforme explica Ramos, A. G. S., (1906, p.15). Em Portugal, o alfabeto manual ganha destaque quando Rodrigues Pereira utiliza de técnicas dos colégios d'Espanha para vincular aos procedimentos de instrução.

Em seu texto “LIBRAS: A Língua de Sinais dos Surdos Brasileiros”, Ramos (2004) narra um roteiro histórico acerca da língua de sinais enfatizando que, no ano de 1644, J. Bulwer Chirologia escreve um livro na linguagem inglesa abordando a complexidade da língua de sinais e a relevância para as pessoas que nascem surdas poderem se comunicar através de sinais.

A autora explica que na França, em 1760, o abade l'Epée começou as atividades de ensino formal com apenas duas surdas, iniciando pela Língua de Sinais que já eram usadas nas ruas de Paris a exemplo da datilologia/alfabeto manual e sinais criados, e com isso adquiriu significativo êxito.

Mota (2011) esclarece que L'Epée tinha o apoio de notáveis filósofos da época, que apreciavam a “mímica dos surdos”. Diante disso, a Língua de Sinais recebeu um destaque bastante expressivo refletindo numa comunicação entre surdos e de surdos com os ouvintes.

³² Reily (2007, p.321 *apude* Plann, 1997) narra que “o período de 1615 a 1619 foi demasiadamente curto para que Bonet construísse a metodologia de trabalho que publicou em 1620. A autora supõe que ele acompanhou o trabalho de Carrión na educação de Luis de Velasco, e dessa forma teve acesso ao alfabeto manual e à metodologia de ensino. Alguns autores propõem que Bonet pode ter tido acesso ao manuscrito perdido de Pedro Ponce de León, por intermédio da família Velasco, mas, para Plann, as duas metodologias são divergentes demais para sustentar tal hipótese. Tanto Bonet quanto Carrión enfatizavam uma pedagogia ouvinte, tendo como objetivo a fala, ao passo que Ponce de León trabalhou com sinais para chegar na escrita, enfrentando a articulação da fala como etapa final”.

A contar desse momento histórico, a língua de sinais começa a ser utilizada para a educação de alunos surdos que, posteriormente, foi avocada pelo então Instituto de Surdos e Mudos (atual Instituto Nacional de Jovens Surdos), em Paris (RAMOS, 2004). Ilustra Strobel (2008, p. 85) que o L'Épée³³ no período que compreende aproximadamente os anos de 1712-1789, transformou sua própria residência numa escola gratuita para os surdos e treinou inúmeros professores para atendê-los, ocasião em que obteve mais de setenta alunos o que levou à fundação da primeira escola pública para pessoas com surdez: Instituto para Jovens Surdos e Mudos de Paris.

Ramos (2004) explica que o neto de Thomas Braidwood, em 1809, publica um livro que esclarece um método combinado de sinais e desenvolvimento da fala. Silva T (2017) assinala que na Inglaterra Braidwood inaugura a primeira escola destinada para os surdos

No mesmo ano em que foi fundada a escola de L'Épée, em 1760, o professor de escrita Thomas Braidwood (1715-1806) criou a primeira escola para Surdos na Inglaterra, na qual ensinava aos Surdos os significados das palavras e sua pronúncia, valorizando a leitura orofacial, que consiste em leitura dos lábios (SILVA T, 2017, p. 27)

Segundo a autora, foi em 1815 que o professor de surdos Thomas Hopkins Gallaudet visitou o Instituto de Surdos e Mudos em Paris, com a finalidade de aprender a atividade que era desempenhada com a língua de sinais.

Em 1814, nos Estados Unidos, na cidade de Hartford, o reverendo Thomas Hopkins Gallaudet (1787-1851), ao observar as crianças brincando no seu jardim, percebeu que uma menina, Alice Gogswell, não participava das brincadeiras por ser Surda, pois era rejeitada pelas demais crianças. Por esse motivo, Gallaudet tentou ensinar-lhe a comunicar e, juntamente com o pai da menina, dr. Masson Fitch Gogswell, pensaram em criar uma escola para Surdos. Ele foi à Europa buscar métodos de ensino aos Surdos e, na Inglaterra, conheceu o trabalho realizado por Braidwood, na escola Watson's Asylum, que usava a língua oral na educação dos Surdos, porém, por guardar em segredo os métodos ali utilizados, a instituição se recusou a expor suas experiências (SILVA T, 2017, p. 27).

Nesse sentido, Strobel (2008) elucida que o Thomas Gallaudet, após não ter sido recebido por Braidwood, parte para a Europa na tentativa de encontrar métodos de

³³ Para Strobel (2008, p. 85) “L'Épée recebeu muitas críticas do seu trabalho pelos educadores oralistas, entre eles, o Thomas Braidwood (1715 - 1806) na Inglaterra e o Samuel Heinicke (1727 - 1790) na Alemanha, que iniciaram as bases da filosofia oralista, onde praticavam com os sujeitos surdos somente com a oralização, proibindo a língua de sinais. Após a morte de L'Épée, o Roch-Ambroise Sicard (1742-1822) se tornou diretor da escola de L'Épée e deu a continuidade ao trabalho de ‘sinais metódicos’”.

ensino voltado para os surdos. Nessas condições, Gallaudet chegou até a França e se comoveu com o método de língua de sinais usado pelo Roch-Ambroise Sicard, o surdo Laurent Clerc, que era aluno do Instituto. A autora ainda destaca que várias outras escolas surgiram com bastante impacto social após Laurent Clerc aceitar a oferta de Gallaudet para viajar para os Estados Unidos e fundar a primeira escola de surdos nesse país. Em tal cenário a maioria dos professores era fluente em língua de sinais.

A autora também enfatiza que foi no Congresso dos Estados Unidos, em 1864, que aconteceu a permissão para a instauração da primeira faculdade direcionada para os surdos, ficando situada em Washington, designado como Gallaudet University, sendo o primeiro diretor o Edward Gallaudet, filho de Thomas Gallaudet. Tanto na Europa como também nos Estados Unidos e em outros países, existia uma discussão entre as duas metodologias de trabalho com os surdos: o oralismo e a língua de sinais.

Alexander Graham Bell era o defensor do oralismo puro, haja vista que vinha de uma família com tradição no ensino e treinamento de audição e de fala com os alunos surdos. Além disso, a sua mãe e esposa eram surdas. Todavia, de acordo com os relatos de Ramos (2004), é no Congresso de Milão, em 1880, que a língua de sinais passa a ser rejeitada na educação de surdos por alguns estudiosos e progressivamente foi sendo recusada para comunicação sendo gradativamente substituída pela oralização.

A afluência em torno das Línguas de Sinais na educação dos surdos passa a ocorrer na maior parte dos países e com os mesmos resultados. O genitor de Alexander Graham Bell, no Canadá, era bastante popular pelo trabalho que desempenhava como professor de surdos, o qual fazia o treinamento de professores de uma escola de pessoas surdas nos Estados Unidos.

Ocorre que antes do Congresso de Milão, os surdos se destacavam na seara artística como professores e escritores, muitos deles bem-sucedidos financeira e profissionalmente. Em relação a isso, Strobel (2009, p. 12) destaca duas passagens que caracterizam o momento histórico da hegemonia oralista:

Isolamento cultural: ocorre uma fase de isolamento da comunidade surda em consequência do congresso de Milão de 1880 que proíbe o acesso da língua de sinais na educação dos surdos, nesta fase as comunidades surdas resistem à imposição da língua oral. *O despertar cultural:* a partir dos anos 60 inicia uma nova fase para o re-nascimento na aceitação da língua de sinais e cultura surda após de muitos anos de opressão ouvintista para com os povos surdos (STROBEL, 2009, p. 12).

Mota (2011) delinea que ocorre um intervalo no curso da história da Língua de Sinais iniciando no congresso de Milão e repercutindo até 1940, período de retorno da língua de sinais às instituições de ensino. Mediante tal resgate histórico, a autora destaca que o país dos Estados Unidos é a maior referência na comunicação de surdos por meio de técnicas de sinais.

Relativamente a isso, infere-se que durante quase um século do período que abrange de 1880 a 1970, os educadores do mundo se dedicaram na instrução de surdos por meio da oralização, dada a proibição do uso da língua de sinais. A partir da década de 1970, alguns estudiosos perceberam que os surdos não se desenvolveram o bastante com a abordagem do oralismo puro. Em razão disso, aos poucos vão introduzindo na educação outras ferramentas, o que mais tarde surgiria a metodologia de ensino por meio do bilinguismo, incorporada nos currículos escolares através da aprovação da convenção sobre o Direito das Pessoas com Deficiência.

Desse modo, é na década de 1970 que a língua de sinais volta a ser reivindicada para o aprendizado e comunicação das pessoas surdas pela abordagem bilíngue, utilizando, sobretudo, a comunicação total. Após quase um século em silêncio, os surdos retornam a luta pelo uso da língua de sinais, influenciados pelos movimentos sociais que eclodem, sobretudo, na Europa e na América.

3.2 Interfaces da língua de sinais no cenário brasileiro

O texto a seguir iniciará retratando que a língua de sinais foi introduzida no Brasil de forma oficial mediante a criação de uma escola destinada para a alfabetização de pessoas surdas como um meio de política pública pelo Imperador D. Pedro II. Por essa razão, será necessário tratar sobre a perspectiva da inauguração da escola no início da inserção da língua de sinais no Brasil.

De modo consequente, Strobel (2008) narra que, no Brasil, a realidade da utilização da comunicação sinalizada perpassa o pensamento de que existiu influência de língua de sinais de outros países. Haja vista que alguns estudiosos visitaram aldeias indígenas e identificaram que os índios que apresentavam surdez se comunicavam utilizando movimentos gestuais com as mãos. Esses gestos foram criados entre eles, sem que tivessem interferência de línguas de sinais de outros países.

Mais de trezentos anos após a chegada de Pedro Álvares de Cabral nas terras brasileiras, a língua de sinais também foi introduzida na comunicação de surdos. Contudo, o Brasil possui um diferencial em relação a alguns países da Europa na inclusão dessa nova forma de se comunicar, haja vista que foi a própria administração executiva que se propõe em inserir a língua de sinais como mecanismo de comunicação.

No Brasil, o imperador D. Pedro II convida o francês surdo, que possuía métodos de ensino as pessoas com surdez usando a língua de sinais, para abrir uma escola no Rio de Janeiro destinada para as pessoas surdas. Strobel ainda faz menção que foi em setembro de 1857, fundada a primeira escola para surdos no Rio de Janeiro: Imperial Instituto dos Surdos-Mudos. Depois de algumas alterações, hoje é denominado de Instituto Nacional de Educação de Surdos.

Relata Strobel (2009) que o professor surdo Eduardo Huet, que possuía experiência em alfabetizar surdos, chega ao Brasil sob o consentimento do então imperador D. Pedro II, objetivando inaugurar uma escola voltada para a instrução educacional de pessoas inaudíveis. Acontece que, em dezembro de 1857, esse professor surdo exibiu ao imperador D. Pedro II os resultados de seu trabalho, causando boa impressão.

Ademais, o primeiro professor para a alfabetização dos surdos também tratava de uma pessoa não ouvinte o que ocasionou grande resistência por parte da família dos surdos, haja vista que os indivíduos que não possuíam a audição eram tratados como sujeitos sem direitos, portanto, sem cidadania.

Com o trabalho sem visibilidade de crescimento e com pouquíssimos alunos matriculados, Huet saiu da administração do Instituto em 1861. Após esse episódio, em 1862, o Instituto passou por diversos diretores ouvintes. Acerca disso, a autora esclarece que foi nessa entidade que aconteceram as primeiras ações para a criação da língua de sinais brasileira que, futuramente, vieram a ser regulamentadas mediante lei e reconhecidas pela terminologia LIBRAS que significa Língua Brasileira de Sinais.

Consoante aos ensinamentos da autora, a Libras possui forte influência da língua de sinais francesa, em que pessoas surdas de vários países procuraram a formação na área. Nesse momento, os ex-alunos surdos difundiram a mistura da LSF – Língua de Sinais Francesa – com os sinais já usados pela população surda brasileira.

Segundo os relatos de Strobel, foi exatamente no ano de 1875 que Flausino José da Gama, aos 18 anos, que foi ex-aluno do INES, publicou a obra Iconografia dos

Signaes dos Surdos-Mudos, considerado como o primeiro dicionário de língua de sinais no Brasil.

O ano de 1880 se tornou decisivo para a população surda que já estava adaptada com o método de língua de sinais. Com o Congresso de Milão, há um retrocesso no ensino de língua de sinais para os surdos e, o citado congresso realizou uma votação para definir qual método de educação iria prevalecer para a educação de pessoas surdas. Após a votação e sob uma forte influência de Graham Bell, a abordagem escolhida foi o oralismo puro, tornando proibido o uso de língua de sinais para comunicação ou educação de pessoas inaudíveis.

Este congresso foi organizado, patrocinado e conduzido por muitos especialistas ouvintistas, todos defensores do oralismo puro, num total de 164 delegados, 56 eram oralistas franceses e 66 eram oralistas italianos. Havia 74% de oralistas da França e da Itália. Alexander Graham Bell teve grande influência neste congresso. Os países que resistiram à proibição da língua de sinais foram a Grã Bretanha e os Estados Unidos. Alguns sujeitos surdos, representantes do povo surdo, queriam participar do congresso, mas foram excluídos na votação e tiveram seus discursos negados (STROBEL, 2008, p. 90).

A proibição estabelecida no Congresso de Milão foi imposta para o impedimento de pessoas surdas se comunicarem e serem educadas por meio da língua de sinais, devendo, a partir daquele momento, realizar as comunicações através da abordagem da oralização em que consiste da fala oral para manter o diálogo. Um dos motivos levantados pelos ouvintes no Congresso de Milão para a proibição da língua de sinais, era que o método deixava os surdos preguiçosos e utilizando a oralização, motivava o surdo a utilizar as cordas vocais já que não apresentavam deficiência.

Relembra Strobel que antes do Congresso, os surdos já estavam adaptados com a língua de sinais. Todavia, logo após o impedimento advindo do Congresso de Milão, em que surdos não tiveram fala, ou seja, não puderam exprimir suas opiniões sobre o uso da língua de sinais e, tiveram que se adaptar a abordagem oralismo. A partir desse momento, estudiosos perceberam que houve um grande declínio na evolução educacional dos surdos.

Para Muneiro (2016, p. 42), a abordagem oralista durou aproximadamente um século na educação dos surdos, e após a proibição do uso da língua de sinais esse método passou a ser o único permitido para a alfabetização e comunicação.

O oralismo seguiu aproximadamente até a década de 1970, como meio de comunicação e proposta de desenvolvimento integral para a educação de

surdos. Os métodos Oraís, treinamento da via auditiva e da leitura orofacial passam a ser o principal objetivo da educação dos indivíduos surdos. Para aprender a falar, treinamento oral. (MUNEIRO, 2016, p. 42)

Em desacordo com a abordagem oralista, muitos surdos continuavam a se comunicar por meio da língua de sinais, sobretudo, longe daqueles que defendiam esse recurso como uma forma de comunicação. Diante disso, vários alunos com surdez utilizavam a línguas de sinais de forma escondida para dialogarem entre si.

Consoante pontua Arriens (2011, p.1), após a obrigatoriedade da abordagem oralismo puro “[...] um inspetor de Milão descreveu que o nível de fala e de aprendizado da leitura e escrita dos Surdos após sete a oito anos de escolaridade era muito ruim”, concluindo que os surdos não teriam possibilidade para progredir numa vida profissional promissora. Restando tão somente para esses membros, as atividades manufatureiras, como costuras ou sapateiro.

Na França isto também foi notado, os Surdos educados no oralismo tinham uma fala ininteligível. Dois psicólogos, Binet e Simon (1910) realizaram a primeira avaliação sistemática da educação do Surdo em duas instituições francesas, concluindo que a educação oralista não permitida que eles conseguissem trabalho, trocassem idéias com estranhos e tivesse uma conversa real com aqueles pertencentes as suas relações pessoais (ARRIENS, 2011, p.1).

Por conseguinte, o surdo passa a ser diagnosticado como uma pessoa com deficiência, seguido pelos diagnósticos clínicos dos médicos que passam a tratar a surdez como uma patologia (a patologia está justamente na ausência da percepção do som da fala oral). Nesse entendimento, a surdez ao invés de ser estudada como ausência de som, passa a ser interpretada como uma patologia que necessita de intervenção clínica.

De acordo com Arriens, foi apenas nos anos sessenta que os estudos acerca da língua de sinais foram aprofundados, permitindo que fosse provado o valor linguístico análogo ao utilizado na língua oral mediante a verificação de estrutura interna e de abordagem gramatical. Haja vista que “[...] na Comunicação Total normalmente os sinais são usados na ordem da língua oral sem respeitar as características próprias da língua de sinais – S.V.O/S.O.V. é praticamente uma comunicação Bimodal” (ARRIENS, 2011, p.2)³⁴.

³⁴ O autor explica que Durante quase 100 anos existiu o então chamado “império oralista”, e foi em 1971, no Congresso Mundial de Surdos em Paris, que a Língua de Sinais passou a ser novamente valorizada. Nesse congresso, foram também discutidos resultados de pesquisas realizadas nos EUA sobre

Com esse processo de adaptação do surdo à abordagem oralista, constatou-se que os surdos eram sub-educados com a abordagem oralista pura e de que o alcance da língua oral deixava muito a desejar. Além disso, a comunicação por meio de gestos não deixou de existir entre os surdos com a implantação da abordagem oral. Ao mesmo tempo, foram muito significativas as ações de Danielle Bouvet, em Paris, publicadas em 1981, e as pesquisas realizadas na Suécia e Dinamarca que, na mesma época, introduzem o enfoque bilíngue na educação do indivíduo surdo.

Strobel (2009, p. 27) também esclarece que em 1961 “[...] O surdo brasileiro Jorge Sérgio L. Guimarães publicou no Rio de Janeiro o livro ‘Até onde vai o Surdo’, onde narra suas experiências de pessoa surda em forma de crônicas”. Por conseguinte, em 1969, foi publicado também no Brasil, um livro que comportavam 1.258 sinais fotografados desenvolvidos pelo Padre Eugênio Oates, que era americano. Conforme a autora explica, foi em 1977 que a Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos – FENEIDA foi criada, contudo, não possuíam pessoas surdas envolvidos na federação sendo organizados apenas por pessoas ouvintes que se dedicavam à educação de surdos.

Tal federação foi reestruturada no Rio de Janeiro em 1987, com a nomenclatura FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, adquirindo seu próprio local de reuniões em 8 de janeiro de 1993. A escritora ainda lembra que a Confederação Brasileira de desportos de Surdos foi fundada em 1994 em São Paulo.

Segundo Valverde (2000, p. 28) a partir de 1980 começam as ações para a legalização da língua de sinais no Brasil, onde o autor narra sua trajetória sobre as conquistas na área da educação de surdos pelo método da língua de sinais. Ele esclarece que “[...] com dados fornecidos pela WFD - World Federation of the Deaf/ Federação Mundial dos Surdos, e no Brasil, é que Fernando de Miranda Valverde estabelece ligações entre os mundos ouvinte e surdo”.

Antigamente não havia conhecimento aqui no Brasil quanto à existência da Língua de Sinais. Usualmente se referiam à LIBRAS como se fosse mímica ou gestos e não entendiam o que significava uma comunicação através de sinais. Enquanto, que em outros países, a Língua de Sinais já era conhecida. Diante da falta de conhecimento por parte da sociedade civil quanto à existência de uma comunidade que possui uma

“comunicação total”. Nos anos de 1975, por ocasião do Congresso seguinte, realizado em Washigton, já era evidente a conscientização de que um século de oralismo dominante não serviu como solução para a educação de surdos (ARRIENS, 2011, p.2).

língua diferente da Língua Portuguesa usada pelas pessoas ouvintes, os surdos sentiram a necessidade de fundar associações numa forma de poderem divulgar sua língua e cultura e poderem, assim, estar livres do preconceito que sentiam na sociedade maior, onde percebiam os constantes deboches no uso da Língua de Sinais (VALVERDE, 2000, p. 28).

O autor narra que nesse período não existiam cursos de Língua de Sinais para pessoas ouvintes, e com isso “[...] a LIBRAS somente era utilizada entre os surdos, em suas comunidades. E a forma de comunicação utilizada pelos surdos não possuía a nomenclatura Língua de Sinais” (VALVERDE, 2000, p. 28). Sobre essa realidade, o autor complementa a sua narrativa explicando que

Fato à inexistência de cursos de Língua de Sinais para pessoas ouvintes que estejam interessadas em aprendê-la, a Sra. Marta Ciccone abordou-me sobre a importância de se realizar cursos de Língua de Sinais, o que possibilitaria o maior intercâmbio de informações entre surdos e ouvintes. A atenção da Sra. Marta sobre a necessidade da realização de cursos se deu pela sua visita à Universidade Gallaudet, onde verificou que existia cursos de Língua de Sinais para pessoas ouvintes e curso para intérpretes. Diante desta novidade comuniquei ao Sr. Antônio Campos de Abreu e à Sra. Ana Regina Souza e Campello sobre a necessidade da criação de uma sigla referente à comunicação dos surdos. A orientação que recebemos da Sra. Marta Ciccone é que os próprios surdos deveriam escolher a sigla, sem influências de pessoas ouvintes. Contudo, já existiam as siglas LSCB - Língua de Sinais e Cultura do Brasil, criada pela Prof. Lucinda Britto juntamente com o Grupo Geles e a LSB - Língua de Sinais do Brasil, criada pela Prof*. Eulália Fernandes (VALVERDE, 2000, p. 29).

Imbuído de difundir a língua de sinais para outros surdos do Brasil, o autor descreve que juntamente com Antônio Campos e Ana Regina conseguiu expandir a língua de sinais para muitas pessoas surdas em várias regiões do Brasil. Vejamos o seu relato:

No início dos anos 80, criamos a sigla LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais e partimos pelo Brasil, divulgando através das associações de surdos, a importância dos surdos terem um amplo conhecimento de sua Língua e passá-la a defendê-la. E difundimos a ideia do surgimento de instrutores de LIBRAS. Com a criação da FENEIS, ampliou-se o nosso trabalho de divulgação fortalecendo ainda mais o trabalho iniciado por mim, pelo Sr. Antônio Campos e pela Sra. Ana Regina (VALVERDE, 2000, p. 29).

Valverde explica que com o propósito de expandir a língua de sinais pelo Brasil, em 1991 foi elaborado um manuscrito sobre a língua de sinais, realizado pelas professoras Tanya Amara Felipe e Eulália Fernandes e, em seguida, esse manuscrito foi encaminhado para Brasília. O autor relata que a opção pela sigla “LIBRAS” aconteceu em 1993, no Congresso Latino Americano de Bilinguismo em que participaram membros da comunidade surda.

O autor destaca que na cidade de Petrópolis aconteceu a Câmara Técnica da Corde - Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, com a finalidade de se estabelecer uma discussão sobre a importância da LIBRAS para a comunidade surda, entre os dias 08 a 11 de agosto de 1996.

A Câmara Técnica foi intitulada de "O Surdo e a Língua de Sinais", sendo os pontos principais da discussão: o reconhecimento da Língua de Sinais; a Língua de Sinais como a língua natural dos surdos; a defesa de que a Língua de Sinais possui uma estrutura independente da Língua Portuguesa; a Língua de Sinais como a língua prioritária na comunidade surda.

Coutinho (2000, p. 69) lista as ações realizadas no Brasil na década de 1980 destacando que em julho de 1982, no Espírito Santo, aconteceu o encontro de delegados estaduais. Em novembro do mesmo ano ocorreu, no Rio de Janeiro, o I Simpósio Internacional sobre Deficiência Auditiva. Em julho do ano seguinte, foram realizados mais dois encontros: II Encontro Fluminense de Pessoas Deficientes, no Rio de Janeiro e III Encontro Nacional de Pessoas Deficientes em São Bernardo do Campo, interior do estado de São Paulo.

Na cidade de Porto Alegre, em julho de 1985, conforme revela a autora, ocorreu o I Encontro Estadual de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos. No ano de 1986 aconteceram quatro ações: II Encontro Nacional Verbotonal, em maio, no Recife/PE; I Simpósio de Deficiência Auditiva, no mês de agosto, em Belo Horizonte/MG; I Encontro de Deficientes Auditivos de Pernambuco, em setembro, novamente em Recife/PE; II ENPAS - Encontro Nacional de Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos, em novembro, Porto Alegre/RS. E por fim, no mês julho de 1987, na cidade de Recife/PE foi realizado na UFPE o encontro da Pessoa Portadora de Deficiência.

3.3 As práticas utilizadas para o ensino de surdos

Os modelos mais conhecidos utilizados na educação dos surdos são: oralista, comunicação total e abordagem bilíngue. A abordagem oralista ou filosofia oralista, como definem alguns autores, consiste na metodologia de incentivar a comunicação do surdo por meio do exercício das cordas vocais, e para a habilidade da comunicação oral o treino das cordas vocais é apenas uma parte dessa educação. Foi durante o Congresso de Milão, em 1880, que tal metodologia se tornou obrigatória na educação de surdos,

haja vista que o método anteriormente utilizado era a língua de sinais, o que se tornou proibido após o referido Congresso.

Poker (2002, p.05) conceitua o oralismo como uma filosofia em que a abordagem oralista “[...] visa a integração da criança surda na comunidade de ouvintes, dando-lhe condições de desenvolver a língua oral (no caso Brasil, o português)”. Em suma, a comunicação entre surdos e ouvintes deveria ser realizada por meio da língua oralizada e não sinalizada. Strobel (2007, p. 12) pontuam que “[...] a modalidade oralista baseia-se na crença de que é a única forma desejável de comunicação para o sujeito surdo”. Eles ainda acrescentam que existem diversos métodos orais para submeter o surdo, sendo o oralismo apenas uma das abordagens para a educação e usado no treino para a fala, podendo citar: verbotonal, oral modelo materno reflexivo, perdoncini.

Para que existisse o ensino pela abordagem oral, foi necessário o emprego de grandes valores de verbas governamentais com objetivo de adquirir equipamentos que pudessem potencializar a audição e também promover formação de professores. Em resumo, a educação dos surdos concentrava-se à orientação educacional destinada, exclusivamente, a reabilitar a fala das pessoas surdas.

Cavalcanti (2010) explica que, por muito tempo, o esforço dos estudiosos que defendiam a abordagem oralista era destinado ao treinamento verbal com vistas ao domínio da fala por parte dos surdos. Em virtude disso, esse modelo perdurou por muito tempo, sendo hegemonicamente utilizado nas salas para educação de surdos até a década de 1990, o que significa domínio sobre o ensino.

Nesse sentido, o modelo era trabalhado com três técnicas - Treinamento auditivo, Leitura orofacial e Desenvolvimento da fala - dependendo do método utilizado, visto que o oral puro trabalhava para o desenvolvimento da fala com ou sem o mínimo de apoio visual. O autor relata que primeiro incentiva à audição do surdo para que, em seguida, a pessoa com deficiência auditiva pudesse reconhecer e diferenciar vários tipos de sons. Sobre a leitura orofacial correspondente à leitura labial, o citado autor explica que:

Através da leitura orofacial é possível identificar a palavra falada produzida através de movimentos articulatórios por parte do emissor. Portanto, é um instrumento necessário para o surdo, e, com ela tenta! Se que ele entenda a mensagem do interlocutor a partir da leitura que faça dos lábios, da face, dos movimentos e posições dos órgãos articulatórios. É importante considerar que não temos visibilidade de todos os fonemas produzidos e desse modo muitos dos sons emitidos não são identificados claramente, portanto, somente através do contexto do que é dito, pode-se fazer a complementação da ideia. (CAVALCANTI, 2010, p. 108)

Quanto ao desenvolvimento da fala, Cavacanti elucida que se trata de exercícios de respiração e relaxamento, além de ser utilizado para a mobilidade e tonicidade dos órgãos fonoarticulatórios: na fonação; lábios; mandíbula, etc. Nesse sentido, para a corrente que defende a abordagem oralista, a comunicação dos surdos deve se assemelhar à comunicação dos ouvintes, ou seja, por meio da fala, não podendo utilizar a língua de sinais, já que essa ferramenta de diálogo é interpretada pelos estudiosos da área como sendo uma metodologia que atrasa o desenvolvimento intelectual dos surdos.

Em seguida, a comunicação total foi uma abordagem que surgiu no Brasil nos anos setenta, todavia, Poker (2011) salienta que só foi admitido nas escolas brasileiras na década de 1990, com muitas experiências nas escolas para surdos. Embora os Estados Unidos da América seja o maior representante desse modelo, a abordagem comunicação total suportou várias críticas, já que não foi possível apresentar expressivos benefícios no âmbito do desempenho acadêmico das crianças surdas, principalmente no processo da alfabetização.

O referido autor explica que a comunicação total³⁵ demanda a inclusão de técnicas tanto auditivas, como manuais e orais, para proporcionar eficiência na comunicação entre as pessoas surdas. Para isso, esse método se destina também a usar a ferramenta do estudo da língua oralizada – pressupondo fatores cognitivos, emocionais e sociais – e não deve ser deixado de lado apenas por conta da aprendizagem da língua oral.

Cavalcanti ensina que esse método requer que a pessoa surda esteja sujeita ao aprendizado do alfabeto digital, à língua de sinais, à amplificação sonora e ao português sinalizado. Nessa perspectiva é o método que abrange todas as metodologias possíveis, como a mímica, sinais e a leitura labial. A Comunicação Total, por sua vez, surgiu depois que a publicação de William Stoko confirmou que a língua de sinais era uma língua legítima tal qual uma língua oral. Acerca do assunto, Wicths (2018, p. 175) comenta que no final da década de 1950 “[...] a linguagem mímica é destacada como possibilitadora do desenvolvimento da inteligência na criança surda, do mesmo modo que a linguagem oral”.

³⁵ A comunicação total “propõe uma maneira diferente de perceber o surdo, ou seja, como um indivíduo diferente, não deficiente e, a denominação “deficiente auditivo” usada pelos oralistas foi substituída por outra, “Surdo”. A Comunicação Total recomenda o uso simultâneo destes códigos manuais com a língua oral. Essa opção é denominada bimodalismo e cria uma terceira modalidade, que emprega inadequadamente a língua de sinais, já que a mesma [sic], tem gramática diferente da língua portuguesa” (CAVALCANTI, 2010, p. 108).

Diante do ensinamento de Poker (2011, p. 7), “[...] diferentemente do Oralismo, a comunicação Total acredita que o aprendizado da língua oral não assegura o pleno desenvolvimento da criança surda”. A autora explica que a distinção dos outros métodos para a comunicação total indica que este último abrange todas as formas de adquirir conhecimento por parte do surdo, bem como recorre aos modelos do oralismo e do bilinguismo, de modo a auxiliar no desenvolvimento social e intelectual do sujeito surdo.

A abordagem do bilinguismo, diversamente da abordagem oralista, propõe que o sujeito surdo possua a língua de sinais como sendo seu primeiro estilo de fala e o dialeto dos pais, dos respectivos surdos, sendo usada como segunda língua. Nesse contexto, adquirindo duas formas de expressão para comunicação, uma falada – sinais – e outra escrita: o bilinguismo.

Para Cavalcanti (2010, p. 110), “[...] um dos princípios mais importantes desse modelo de ensino é que os surdos formam uma comunidade, com cultura e língua próprias. A língua de sinais deve ser aprendida em contato com adultos fluentes”. Desse modo, na visão dessa corrente o surdo deve ser bilíngue, ou seja, ele deve adquirir como língua materna, a língua de sinais, que é considerada a língua natural dos surdos e, como segunda língua, a língua oficial de seus pais na modalidade oral e/ou escrita.

Poker (2011) esclarece que a abordagem bilíngue ainda não passou por uma avaliação crítica, pois, de maneira geral, não foi efetivamente implantada para instituir o bilinguismo nos currículos escolares do Brasil. Consoante o tratado na convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, foram editadas leis no sentido de garantir que os surdos pudessem receber escolarização por meio da língua de sinais pela escrita utilizando o português.

3.4 Sinóptico ensaio acerca dos movimentos sociais

Enquanto espaço político, os movimentos sociais são de importância instrumental na história das nações, já que proporcionam para a sociedade um novo modelo de cidadania e de participação popular. São essas manifestações que trazem questionamentos relevantes aos setores públicos e às instituições privadas.

Cada movimento social possui características próprias e reivindicações específicas. Com base nisso, se destacam as contradições sociais e econômicas

presentes na sociedade e, sobretudo, buscam pela valorização dos direitos humanos. Os movimentos sociais lutam para que haja melhorias na sociedade ou em uma parcela dela, propondo alternativas de desenvolvimento social e econômico.

Os movimentos sociais, tidos como tradicionais, são os movimentos ligados a partir das revoluções industriais no século XIX, com demandas trabalhistas. A relação está intimamente vinculada às condições econômicas, sociais e de trabalho que ficaram conhecidos como os movimentos de classe. Seguindo os ensinamentos de Gohn (1997), a partir do século XX surgem novos tipos de movimentos sociais ligados às minorias sociais.

No Brasil, nas décadas de 1970 e 1980 predomina uma grande concentração de movimentos sociais por meio do sindicalismo, comunidades eclesiais, pastorais sociais e movimentos estudantis com força no cenário nacional. Perante o século XXI, Silva M (2012) afirma que as redes virtuais de comunicação facilitaram e influenciaram as ações de tais manifestações³⁶.

Ao conceituar os movimentos sociais, Gohn definiu como sendo “[...] empreendimentos coletivos para estabelecer uma nova ordem de vida. Eles surgem de uma situação de inquietação social, derivando suas ações dos seguintes pontos: insatisfação com a vida atual; desejo e esperança de novos sistemas” (BLUMER *apud* GOHN, 1997, p. 30).

Nesse panorama, é possível entender os movimentos sociais³⁷ a partir dos ensinamentos de Gohn (1997) como sendo agrupamentos de indivíduos que lutam e buscam uma causa em comum com objetivos coletivos. Os conflitos gerados na sociedade são pautas reivindicatórias militantes que, em muitas ocasiões, induziram a legislação e o desenvolvimento social de muitos países.

Ao abordar o tema relativo aos movimentos sociais, é pertinente salientar que as manifestações coletivas são formadas a partir de pessoas reunidas em agrupamentos chamados de coletivos sociais, e que estão intimamente ligados à sociedade. Gohn

³⁶ Silva M aponta que é possível afirmar “os conceitos de movimentos sociais e redes constituem-se numa importante chave analítica para a compreensão das novas configurações dos movimentos sociais no século XXI, desvelando novas articulações, formas organizativas e de comunicação que ultrapassam fronteiras físicas, culturais, de tempo e espaço. As relações que se estabelecem entre os diversos movimentos sociais e organizações da sociedade civil, bem como as relações desses agrupamentos com o Estado e com os partidos políticos ganham novos contornos e significados, que devem ser desvelados e compreendidos em profundidade pelos estudiosos desses sujeitos sociopolíticos” (SILVA M, 2012, p. 8)

³⁷ Para Gohn (1997, p. 329) o conceito de movimentos sociais “tem sofrido historicamente uma série de alterações”.

ênfatiza que “[...] esta inserção não se dá no vazio, mas a partir de algumas instituições de apoio em abrigo, ou seja, a igreja, o partido, o sindicato, a escola e até a família, em alguns movimentos sociais messiânicos, coronelistas ou feudais” (1997, p. 268).

Melucci (1989, p.04) define os movimentos sociais como um aspecto de ação coletiva que é “[...] (a) baseada na solidariedade, (b) desenvolvendo um conflito, (c) rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação”. Em tais ensinamentos, o autor ainda os diferencia de outros eventos coletivos:

Estas dimensões permitem que os movimentos sociais sejam separados dos outros fenômenos coletivos (delinqüência, reivindicações organizadas, comportamento agregado de massa) que são, com muita freqüência, empiricamente associados com "movimentos" e "protesto". Além disso, os diferentes tipos de movimentos podem ser avaliados de acordo com o sistema de referência da ação (Melucci, 1980, 1982 e 1983). O que nós costumeiramente chamamos de movimento social muitas vezes contém uma pluralidade destes elementos e devemos ser capazes de distingui-los se quisermos entender o resultado de uma dada ação coletiva (MELUCCI, 1989, p.04).

Para Galvão (2008), as articulações da arena política com o viés de conquistar interesses de um grupo é o que pode ser considerado como fundamento dos movimentos sociais. Além disso, essas participações sociais são realizadas por meio de conflitos, os quais são gerados pela incapacidade do Estado de atender às reivindicações dos grupos sociais.

Os movimentos sociais não podem ser confundidos com as passeatas, greves, manifestações, interdições de espaços públicos e privados. Essas ações por si só não configuram os movimentos, mas representam ações contidas nas intervenções realizadas pelos movimentos sociais.

Cumprе ressaltar que os modelos de movimentos sociais advindos da Europa ganhavam reforço com as ideias de manifestações vindas dos Estados Unidos³⁸. Em

³⁸ Para Gohn (1997, p. 331) “a maioria dos estudos empíricos teve como objetivo o movimento operário ou camponês, os sindicatos e os partidos políticos. Como as categorias da organização da classe e o processo de formação da consciência social eram centrais no modelo de projeto de sociedade que se desenhava e aspirava-se como ideal, não havia muita preocupação quanto à diferenciação entre movimento social ou político, ou quanto a movimentos, ou organizações. Essas últimas eram suportes dos movimentos e, de certa forma, um movimento atingia seus objetivos quando transformava a demanda reivindicada numa política ou organização institucionalizada. O surgimento de novas modalidades de movimentos sociais - como o dos direitos civis nos Estados Unidos, ainda nos anos 50; os dos estudantes em vários países europeus nos anos 60; os das mulheres, pela paz, contra a guerra do Vietnã etc. - contribuiu para que novos olhares fossem lançados sobre a problemática. O paradigma norte-americano, na matriz acionalista, passou a destacar o lado positivo dos movimentos, como construtores de inovações culturais e fomentadores de mudanças sociais”.

1960, a luta contra a discriminação racial negra ganha espaço nos debates públicos e inaugura uma nova bandeira para as manifestações coletivas:

Citando novamente o exemplo do movimento dos direitos civis norte-americano, nos anos 60 vários outros movimentos surgiram ou se ampliaram no rastro daquele movimento ou amparados por ele. Por ter obtido legitimidade social, sua face mais visível - liderada por Luther King - ganhou a simpatia de muitos brancos. Não era só um movimento dos negros, mas a luta de um grande setor da sociedade. King preconizava a integração do negro na sociedade dos brancos e métodos de protesto e de ação pacíficos, como o boicote aos ônibus (ao contrário de Malcom X, outro líder do movimento negro dos anos 60 que preconizava, inicialmente, o confronto com os brancos). A mobilização em torno dos direitos civis foi a ponte para a luta das mulheres contra as discriminações que sofriam na sociedade e para a construção naquele país do poderoso movimento feminista dos anos 60 e 70, luta que se espalhou pelo mundo (GOHN, 1997, p. 87).

Gohn (1997) coloca que o enfoque marxista passou a ser substituído pelos novos Movimentos Sociais³⁹. Nos anos 70, a produção norte-americana se aliou às obras vindas da Europa, o que promoveu “[...] enriquecimento da reflexão teórica para os dois lados” (GOHN, 1997, p. 218). Dessa maneira, complementa informando que as obras advindas da América do Norte

desenvolveu a partir dos anos 70 um diálogo com a produção europeia que provocou um enriquecimento da reflexão teórica para os dois lados. Este diálogo, expresso em um debate, não foi abordada no Brasil, o país de maior produção de estudo sobre os movimentos sociais na América Latina. Isto não quer dizer que o paradigma norte-americano tenham se alterado substancialmente, mas ele se desenvolveu em novas frentes, aumentou muito sua produção sobre os movimentos sociais, e várias teorias foram criadas. Enquanto isso as teorias marxistas estagnaram e declinaram ao longo dos anos 80. A dos Novos Movimentos Sociais cresceu e se firmou neste mesmo período, para depois também se estagnar nos anos 90. Este cenário levou uma certa "orfandade teórica" aos analistas latino-americanos nos anos 90, por estarem bastante presos ao referencial europeu.

Os novos modelos de movimentos sociais que acontecem nos Estados Unidos e na Europa, voltados para questões minoritárias, só repercutirão na América Latina tempos depois. No Brasil, por exemplo, esse novo modelo só incorporara as manifestações populares após a Constituição de 1988, posto que antes, os movimentos dedicavam-se às questões de democracia e às ações contrárias que vinham do Estado.

³⁹ Gohn (1997, p. 14) explica que “na Europa, ao falarmos sobre paradigmas, temos de usar o plural porque há duas abordagens teóricas bem diferenciadas: o marxista e a dos Novos Movimentos Sociais. Cada uma delas se subdivide em uma série de correntes teóricas explicativas. A marxista centra-se no estudos dos processos teóricos globais, nas contradições existentes e nas lutas entre as diferentes classes sociais”.

A América Latina é palco de grandes manifestações sociais, nomeadamente no século XX, quando se percebe uma maior participação social nos enfrentamentos das questões relacionadas aos interesses públicos. Devido ao grande número de movimentos sociais ocorridos no espaço latino-americano, não há possibilidade física de espaço e de tempo para destacar cada uma delas nessa análise, uma vez que seria irrelevante para os objetos ora pesquisados.

Para Gohn (1997, p. 232), os movimentos sociais realizados após a década de 1960 na América do Sul, sobretudo no Brasil, são impulsionados contra o regime militar:

Ser contra o Estado foi uma estratégia dos movimentos nos anos do regime militar. Na realidade se buscava a democratização do estado e se estava contra as ditaduras militares no continente sul-americano. Depois a relação mudou e ocorreu uma divisão entre os movimentos: alguns apoiando e outros continuando a luta contra o governo constituído, articulados às redes que fazem oposição ao novo *status quo*. Isto não significa que estes últimos não interajam com o mesmo, ao contrário. Pressionam o tempo todo para participar, para ser incluídos, diante da situação de exclusão que vivenciam.

As lutas por buscas de melhorias na América Latina aconteceram com mais rigor no meado do século XX, como frisa Gohn (1997) ao destacar que os movimentos sociais, influenciados pela Europa com a abordagem marxista, eram lentamente supridos pelos Novos Movimentos Sociais vindos da América do Norte.

Nesse sentido, percebe-se que a partir dos anos 1970, os estudos realizados pelos nortes americanos iniciam um diálogo⁴⁰ com as obras realizadas pelos autores europeus, fato que motivou uma reflexão teórica bastante enriquecedora para os dois lados, como garante Gohn (1997). A autora ainda coloca que o paradigma latino-americano em comparação aos movimentos realizados na Europa, América do Norte e Canadá “[...] é bem diferenciado de lutas e movimentos sociais, na realidade concreta”. Para Gohn, o paradigma latino-americano

concentrou-se, em sua quase totalidade, nos estudos sobre os movimentos sociais libertários ou emansipatórios (índios, negros, mulheres, minorias em geral); nas lutas populares urbanas por bens e equipamentos coletivos, ou espaço para moradia urbana (nas associações de moradores e nas comunidades de base da Igreja), e nas lutas pela terra, na área rural. As teorias que orientaram a produção a respeito foram as dos paradigmas europeus, tendo predominância nos anos 70 a vertente marxista e nos anos 80 a abordagem dos Novos Movimentos Sociais. Os estudos baseados nas teorias marxistas destacaram certas categorias: hegemonia, contradições urbanas e lutas sociais. Os estudos que aplicaram o paradigma dos Novos

⁴⁰ Gohn (1997, p. 218) pontua que “este diálogo, expresso em um debate, não foi abordado no Brasil, o país de maior produção de estudo sobre os movimentos sociais na América Latina”.

Movimentos Sociais às categorias sociais da autonomia e da identidade tiveram maior destaque (GOHN, 1997, p. 14) [*sic*].

Diante da América Central, Gohn (1997, p. 223) adiciona que juntamente com “[...] Nicarágua, Guatemala, Haiti, República Dominicana, Costa Rica, Panamá e El Salvador apresentam quadros específicos de movimentos sociais, relacionados com o processo de libertação nacional”.

As composições sociais, a atuação dos movimentos sociais, bem como a plataforma de reivindicações ganham traços diferenciados após os anos 1990. Galvão (2008, p. 10) alerta que nesse período eclodem, no cenário político latino-americano, distintos movimentos sociais. A autora anota que mesmo sem uma roupagem de novidade, o momento das reivindicações passou a ser expressivo, tornando-se conhecidas fora da sua região de atuação.

Galvão (2008, p. 10) complementa que “[...] todo movimento social cria instituições e/ou se relaciona com as instituições políticas existentes, ainda que o faça de formas e em graus variados”. Sobre este aspecto, a mencionada autora assinala que os movimentos sociais cooperam na politização da sociedade civil, os quais têm as fronteiras da política expandidas e assim agenciam práticas novas, com isso apagam as barreiras clássicas entre política e sociedade, fazendo política desde a sociedade e alargando os alcances da cidadania.

No Brasil, os movimentos sociais podem ser divididos em dois grupos: os tradicionais e os novos movimentos sociais, que surgem com a perspectiva de alcançar direitos sociais – as chamadas minorias, enquanto, na América Latina, os movimentos sociais se organizavam para se manifestar sobre questões políticas e ideológicas. Em terras brasileiras também não foi diferente, já que as influências que ocasionaram mudanças nas lutas sociais que atingiram os latinos americanos igualmente alcançaram o solo do Brasil.

É possível verificar a ruptura do modelo tradicional dos movimentos sociais no Brasil, e o início do novo modelo que passou a discutir questões envolvendo grupos minoritários, mas para isso teve grande apoio de movimentos tidos como tradicionais. No espaço brasileiro, percebe-se a atuação do tradicional e do novo modelo de movimento social; a atuação de um, não anula a existência e nem a pauta do outro. A ruptura é sentida quanto à forma de reivindicação que passa a adotar demandas relativas à sexualidade, temas racionais, entre outros.

Com o processo de industrialização, o Brasil experimenta as primeiras greves e os movimentos sociais mais estruturados, com pautas reivindicatórias que contestavam as condições de trabalho. Todavia, na República Vargasista (1930 - 1945), dado forte controle do Estado sobre a sociedade, percebe-se um espaço fragilizado para a realização de manifestações.

Após a promulgação da Constituição de 1946, em razão da democracia estabelecida no país naquela época, os movimentos sociais começaram a surgir com mais força no Brasil e, muito embora as greves fossem proibidas, existiam manifestações em prol de temas associados às questões da sociedade civil.

Com o governo militar na atuação administrativa do Brasil, as principais pautas dos movimentos sociais foram formuladas no interesse por mudanças governamentais, deixando de lado as questões laborais para se dedicar contra as ações dos militares que se encontravam no poder. Nesse contexto, o foco das manifestações mudou e os alvos deixaram de ser os empregadores (empresários) transformando as pautas nas questões políticas.

Gohn (1997) narra que foi nos anos 1980⁴¹ que muitos movimentos sociais se consolidaram, principalmente com as mudanças ocorridas na conjuntura política⁴². Surgiam novos modelos de movimentos sociais que se diferenciavam de tal maneira dos tradicionais, bem como dos movimentos surgidos nos anos 1970, populares e não-populares.

Gohn ainda comenta que, na década de 1990, duas categorias se destacaram: a cidadania coletiva e a exclusão social:

A primeira já presente na década anterior, apresentará como novidade pensar o exercício da cidadania em termos coletivos, de grupos e instituições que se legitimaram juridicamente a partir de 88, e que tem de devolver um novo aprendizado, pois não se trata apenas de reivindicar, pressionar ou demandar. Trata-se agora de fazer, de propor, de ter uma participação qualificada, já que o lugar da participação está inscrito nas leis, é uma realidade virtual. A

⁴¹ “Os anos 80 trarão um panorama novo da prática e na teoria sobre os movimentos sociais populares urbanos. Na prática, surgem novas lutas como pelo acesso à terra e por sua posse, pela moradia, expressas nas invasões, ocupações de casas e prédios abandonados; articulação do movimento dos transportes; surgimento de organizações macro entre as associações de moradores; movimentos de favelados ou novos movimentos de luta pela moradia de desempregados; movimentos pela saúde” (GOHN, 1997, p. 278).

⁴² Gohn explica que no “decorrer dos anos 80 os movimentos sociais no Brasil passaram no plano da atuação concreta e no plano das análises deles feitas, da fase do otimismo para a perplexidade e, depois, para a descrença. Vários fatores contribuíram para essas mudanças, com destaque para as alterações nas políticas públicas e na composição dos agentes e atores que participam de sua implementação, gestão e avaliação; o consenso, a generalização, e o posterior destaque das chamadas práticas participativas e diferentes setores da vida social” (GOHN, 1997, p. 287).

segunda, relativa a exclusão, decorre das condições socioeconômicas que passa a ser imperativas, causadoras de restrições (GOHN, 1997, p. 288).

Nos dizeres de Gohn (*op. Cit.*), a diferença entre os novos movimentos sociais que surgiam na Europa e a realidade das manifestações brasileiras são as questões nas pautas de reivindicações, uma vez em que enquanto o Brasil passava pelos dilemas políticos ocasionados pela repressão do regime militar, a Europa já desfrutava de democracia e poderia questionar as relações de inferioridade e vulnerabilidade das minorias. Visto que ao construir pautas próprias, estes países esvaziaram a necessidade de olhar para as demandas dos outros movimentos em outros países.

Nos anos 1990, a sociedade passou por diversas mudanças nomeadamente no campo político e social. No final dos anos 1980, é promulgada a Constituição cidadã em que a democracia é base fundamental do Estado brasileiro, entrando na década de 1990 com direitos e garantias requeridas em décadas pretéritas.

Nessa perspectiva, observa-se que os direitos – antes ansiados em manifestações nas ruas do Brasil – agora passaram a ter respaldo constitucional. Nessa perspectiva, as reivindicações dos movimentos sociais passaram a tratar de temas defendidos por grupos minoritários, fortalecendo a nova conjuntura dos movimentos sociais no Brasil. Diante disso, começaram a surgir, com muita ênfase na seara social, as Organizações Não Governamentais (ONG) que trouxeram uma nova forma de reivindicar direitos através de projetos sociais.

Gohn (1997) ensina que com a inauguração do Estado Democrático de Direito pela Constituição Federal de 1988 e a permissão de participação em eleições pelos cidadãos, os movimentos sociais que surgiram na década de 1990, adquiriram também uma aparência de panfletagem política em detrimento da finalidade para a qual tinham sido criados.

Outra alternância ocorrida com a reformulação dos movimentos sociais se dá em função do fato que as políticas são estabelecidas para grupos sociais, num aspecto que favorece alguns campos em detrimento de atores sociais estabelecidos nos movimentos. Em virtude de tudo isso e também da falta de pauta consistente para reivindicações de interesse social, a crise de mobilização surge como resposta ao novo cenário criado pelos avanços legislativos alcançados em tempo passado.

No novo milênio, com o avanço tecnológico na vida em sociedade principalmente estreitando laços de afinidades por meio de redes sociais virtuais, os movimentos sociais acabam adquirindo uma remodelagem em que as pautas são

estabelecidas por membros a distância, e a divulgação que antes aconteciam por meio de panfletagens nessa nova conjuntura é realizado por meio de postagens nas redes sociais.

Os movimentos sociais com a temática de inclusão social, primordialmente as pautas das pessoas surdas, têm características semelhantes aos movimentos com idealizações trabalhistas, democráticas ou de ideologias. Ocorre que a atenção dada às reivindicações é conquistada mediante lei e com processo histórico indissociável à consolidação da língua de sinais.

3.4.1 Os impactos sociais dos movimentos surdos

Antes de iniciar a discussão acerca dos movimentos surdos, cabe mencionar que Gohn afirma que “[...] observa-se que o binômio comunidade-sociedade está presente nesta formulação: os movimentos sociais seriam uma certa transição entre essas duas formas de organização social” (GOHN, 1997, p. 31). Assim, podemos concluir que a comunidade surda, por meio de sua organização e mobilização, é considerada um movimento de cunho social tendo em vista a consolidação de um grupo definido com causas próprias.

Considerando que os movimentos se alargam e conquistam características de uma sociedade onde, Gohn pontuou as especificidades necessárias para serem encontradas a se considerar como movimentos: organização; forma; corpo de costumes; tradições; liderança; divisão de trabalho duradouro; valores; regras sociais.

Brito (2013, p. 88), ao narrar a respeito da gênese dos movimentos surdos, pontua que o grupo minoritário iniciou as atividades no início da década de 1980 juntamente com as agendas dos movimentos das pessoas com necessidades especiais. Com as pautas organizadas pelas associações de surdos espalhadas por muitas cidades, os surdos começam a se organizar em uma pauta própria.

Para o autor (2013, p. 89), os movimentos sociais advindos das causas das pessoas com deficiência iniciaram após a ONU (Organização das Nações Unidas) instituir o ano de 1981 como sendo o Ano Internacional das Pessoas Deficientes (AIPD), possuindo o lema: participação plena em igualdade de condições.

Em uma entrevista de história oral cuja transcrição intergral encontra-se reproduzida no livro de Lanna Junior (2010), o ativista surdo Antônio Campos de Abreu, uma das lideranças pioneiras do movimento social surdo

brasileiro, vê o AIPD como um dos fatores determinantes para o desenvolvimento da organização política dos surdos para reivindicar a garantia de direitos (BRITO, 2013, p. 92).

A “linguagem mímica” era uma das reivindicações principais da pauta do movimento surdo. Segundo Brito (2013, p. 99), essa expressão era utilizada pelos próprios surdos para se referir à forma de comunicação que eles reivindicavam na década de 1980.

A pauta de reivindicações levantada por representantes dos surdos incluiu o direito à linguagem mímica, categoria utilizada à época pelos próprios surdos para descrever a forma de comunicação em sinais que eles empregavam. Nota-se, contudo, que a configuração discursiva utilizada na defesa do direito a essa língua mostrava ainda a reprodução de aspectos do discurso então hegemônico sobre a educação de surdos, o qual era fortemente ancorado no modelo individual de deficiência, no viés médico de cura da surdez (BRITO 2013, 99).

Consoante os apontamentos de Brito (2013, p. 100), no ano de 1980 acontece o I Encontro Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes, em que os surdos pautaram suas reivindicações no direito a linguagem mímica para o acesso às informações televisivas e aos julgamentos realizados nos tribunais. No ano posterior, o evento contou com uma presença bastante expressiva de surdos vindos de vários estados brasileiros.

O ano de 1983 se torna decisivo, momento em que o movimento surdo se configura autônomo dos movimentos das pessoas com deficiência. Nessa ocasião, os ativistas surdos expressam os aspectos para a luta pela língua de sinais (BRITO, 2013, p. 106).

Conforme Brito (2013, p.110) explica, foi em 1984 que se realizou a primeira manifestação pública dos surdos. A passeata aconteceu pelas ruas do Rio de Janeiro, e contava com vários ativistas surdos.

A estratégia utilizada pelos ativistas surdos para a regimentação dos participantes incluiu o envio de cartas e empresas estatais onde havia grupos de surdos trabalhando, como o Banco do Estado do Rio de Janeiro (Banerj), a Caixa Econômica Federal e a Rede Ferroviária Federal (BRITO, 2013, p.110).

Brito explica que no ano de 1983, após o 3º encontro nacional do movimento das pessoas com deficiência, surgiu a possibilidade de realizar uma organização nacional de surdos. Pela escassez de recursos financeiros para a consolidação de um espaço destinado para os surdos ao nível nacional, os dirigentes se articularam com o poder

público a fim de angariar os recursos necessários para aquisição de bens. Nesse período surgem as primeiras ações na construção de uma organização nacional de surdos.

No início de 1990, segundo o autor, destaca-se o crescimento da mobilização de recursos humanos que o movimento surdo vinha adquirindo, com o intuito de organizar passeatas e as colheitas de assinaturas em abaixo-assinados para posteriormente serem entregues às autoridades públicas.

Entendemos, com base nos dados coletados, que esses e outros avanços procederam em grande parte da competência, disposição e habilidade política que uma primeira geração de lideranças surdas demonstrou na hora de se informar, se organizar e se posicionar para poder contribuir para e ao mesmo tempo aproveitar as possibilidades abertas pelo movimento das pessoas com deficiência nas estruturas do Estado, nos partidos políticos e nos meios de comunicação social.

Strobel (2009) instrui que com a publicação de alguns livros motivadores, escritos para os surdos em relação ao uso da língua de sinais, a comunidade surda se organiza e cria a Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos (FENEIDA), em 1977. Essa associação não contava com a presença de surdos dentre seus integrantes, conforme narra Strobel, já que se tratava de uma organização formada por professores envolvidos na educação dos surdos.

Em 1987, a federação é reformulada e passa a ser direcionada aos surdos, de modo que passou a adotar uma nova nomenclatura: FENEIS – Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, adquirindo sede própria em 08 de janeiro de 1993. Logo mais, em 1994, foi criada a Confederação Brasileira de desportos de Surdos na cidade de São Paulo. Após os avanços adquiridos pela comunidade surda, a língua de sinais e a abordagem de ensino Bilíngue, perseguida pelos surdos, só foi adquirida por meio de legislação após a entrada do segundo milênio.

Brito conta que entre os anos 1980 e 1990 as reivindicações pautadas pelos surdos se dividiam em duas petições:

(a) O direito a provisão de intérpretes para viabilizar a comunicação dos surdos com os ouvintes no atendimento prestados pelas diversas instituições públicas e privadas relacionadas à vida social da pessoa surda, garantindo-lhe o pleno exercício da cidadania com o acesso a saúde, ao trabalho, à justiça e à educação; (b) direito ao uso da língua de sinais nas escolas e classes especiais para melhorar a educação oferecida aos alunos surdos, independentemente da abordagem educacional (BRITO, 2013, p. 131).

Beserra *et al* (2011, p. 755) narra que, hodiernamente, o movimento surdo⁴³ é organizado pela FENEIS, que ficou responsável pela captação de recursos para manter as manifestações e passeatas utilizando a *internet*, como elemento de comunicação para alcançar os surdos em vários estados da federação brasileira.

Após a reformulação da FENEIS, os avanços nos movimentos foram significativos tendo em vista que as pautas eram realizadas pela federação com apoio das associações de surdos situadas nas cidades brasileiras. De acordo com Brito (2013), a federação se alia ao interesse primordial da oficialização da língua de sinais e as lutas reivindicatórias surgem principalmente nesse sentido. O reconhecimento da língua de sinais como meio legítimo de comunicação e a valorização da cultura e identidade surda, repercute na esfera legislativa e social no Brasil.

Beserra *et al* (2011) mostra que o movimento surdo possui, hoje, membros em todos os estados da federação brasileira e acresce que, para a organização de encontros, é utilizada a *internet* como mecanismo de comunicação. Além disso, a ferramenta da *internet* ajuda a agenciar e estimular mobilizações, passeatas, cursos de formação, reuniões e encontros, durante todo ano, ocasião em que incentivam as passeatas e protestos nos estados brasileiros. A autora ainda aduz que as lutas travadas no seio social visam obter, também, o acesso à saúde – que recai sobre a necessidade de intérpretes de Libras em hospitais.

Atualmente, o movimento surdo com maior evidência é o *Deafhood*, que alguns autores traduzem para a língua portuguesa como sendo ‘surdidade’. Esse movimento social dos surdos foi desenvolvido por Paddy Ladd, um surdo britânico. A expressão sugere ao surdo reconhecer-se e reafirma-se como surdo, como foi explicado em capítulo anterior. A autora Perlin (2003) descreve a expressão com o mesmo significado de ‘ser surdo’, como indivíduo que reconhece sua identidade como uma pessoa surda, ou seja, está no mundo podendo se assumir como surdo.

Nesse cenário, o *Deafhood* é um movimento surdo que busca a ruptura de conceitos estigmatizados voltados para caracterizar pessoas surdas. Lopes Terceiro (2018, p. 30) apresenta um dos objetos de luta da militância *Deafhood*, que é combater o termo pejorativo *deafness* destinado a denominar a pessoa surda.

⁴³ O referido movimento partilha dos valores de cidadania que alimentam as forças sociais da sociedade civil, podemos afirmar que o movimento tem encaminhado suas ações em prol de políticas sociais para a efetivação da cidadania da pessoa surda (BESERRA, *et al*, 2011, p. 755).

Essa visão se contrapõe ao tradicional modelo clínico-terapêutico da surdez que foca a descrição audiológica da surdez, as perdas auditivas, a pedagogia de reabilitação da audição e da fala. Paddy Ladd faz uma forte crítica ao termo “surdez” (*deafness*) para designar a totalidade da experiência da perda auditiva e por ser um conceito clínico que vê o sujeito Surdo como alguém a ser corrigido. (LOPES TERCEIRO, 2018, p. 30)

Para o autor, essa expressão *deafness* encobre uma narrativa patológica em que classifica o surdo como um sujeito que deve ser tratado para receber a cura. Lopes Terceiro, parafraseando Ladd, contextualiza o termo médico surdez em que é “[...] usado para englobar essa experiência dentro da categoria mais ampla de ‘deficiente auditivo’, a grande maioria dos quais eram pessoas idosas ‘com problemas de audição’, de modo a tornar invisível a verdadeira natureza da existência coletiva Surda”. O autor esclarece o termo *Deafness*, como sendo:

surdez em inglês, tem o sufixo “ness” que remete a uma condição fixa da surdez. Já o sufixo hood, em Deafhood, aponta para um estado do “Ser”, dinâmico e transitório. Childhood, por exemplo, é infância, um estado transitório de uma fase da vida. Childness, por sua vez, é criancice, condição permanente da criança. Assim brotherness é a condição de ter irmãos de sangue, podendo significar também fraternidade, e brotherhood é a irmandade no sentido volitivo, de irmãos em ideias (LOPES TERCEIRO, 2018, p. 44).

O movimento *Deafhood* apresenta-se com uma definição do estado existencial dos surdos serem surdos no mundo. Lopes Terceiro elucida que o movimento foi desenvolvido na década de 1990 por PADDY LADD, que é considerado como um importante intelectual surdo britânico⁴⁴.

Deafhood proporciona a essa expressão a compreensão de um guarda-chuva, o qual consiste numa relação de poder que envolve dois polos - surdos e ouvintes -, refletindo em conflitos que repercutem na postura de colonizador os ouvintes e a comunidade surda com a sua linguística-cultural. Em suma, a definição mais próxima para explicar o movimento *Deafhood* é a experiência de ‘Ser Surdo’, de contorno coletivo e cultural.

⁴⁴ Lopes Terceiro (2018, p. 36) conta que “Paddy Ladd nasceu em 1952. Viveu durante vinte e dois anos sem conhecer a língua de sinais de seu país – British Sign Language (BSL) – o que aconteceu somente após sua formação no ensino superior, como assistente social, no ano de 1973. Sobre esse período que Ladd viveu sem conhecer a BSL ele próprio narra em sua página da internet que foi oralizado, como a maioria de seus pares, e que era compreendido apenas como um “deficiente”.

3.5 Acessibilidade isonômica do surdo ao desenvolvimento social

O mecanismo jurídico da isonomia é um termo bastante utilizado no Direito Constitucional, Brasileiro sendo tratado como o princípio da igualdade lastreado no inciso I, do *Caput* do artigo 5º, da CF/88, cujo teor traduz que “[...] todos são iguais perante a lei”, estabelecendo o conceito de igualdade formal do regramento.

Ocorre que o princípio da igualdade se divide em dois: igualdade material e igualdade formal. Nesse último prevalece o entendimento em que a lei reivindica o tratamento igualitário para todos os cidadãos e válido universalmente. Atua nas eliminações de privilégios e de discriminações, aplicando a lei, sem apreciar as características do indivíduo a quem a norma se destina. Há, todavia, uma indiferença jurídica na aplicação desse princípio para os sujeitos que se mostram em desvantagens sociais.

Em contrapartida, a igualdade material se manifesta como um objetivo social em proporcionar tratamento igual aos que se mostram em igualdade, e tratar desigualmente em razão das condições desiguais em que os sujeitos se apresentam. Sobre essa lógica Aristotélica, capitaneada por Rui Barbosa, Masson explica que

Iniciou-se, então, um processo de questionamento dessa leitura oitocentista do princípio da isonomia, criando o cenário adequado para o robustecimento da perspectiva material (substancial), que considerasse as desigualdades reais existentes na vida fática, permitindo que situações desiguais fossem destinatárias de soluções distintas. Recuperava-se, com isso, a lógica aristotélica de que os desiguais devem ser tratados desigualmente, na medida da sua desigualdade (MASSON, 2016, p. 229).

Nessa seara, o princípio isonômico se apresenta dentro da bifurcação do princípio da igualdade, o qual garante tratamento igual para as pessoas que estão em equidade, ou seja, tratamento igual para todos que são ouvintes. Diversamente disso, os Poderes Públicos devem agenciar tratamento diferenciando, portanto isonômico, para os que possuem alguma limitação e não conseguem competir em igualdade de condições com os seus pares, como é o caso das pessoas surdas. Assim, com a colocação de intérpretes em ambientes públicos promoveriam aos surdos receberem as mesmas informações que os ouvintes recebem, em condições de igualdade, ou seja, isonomicamente.

Masson (2016, p.229) ilustra que “[...] à efetivação do princípio da igualdade no âmbito substancial, insta trazer à discussão as denominadas ‘ações afirmativas

(*affirmative actions*)””. Parafraseando a autora, essas ações se tornam em ferramentas eficazes de inclusão social, idealizadas com a finalidade de compensar os efeitos advindos das discriminações realizadas em tempo pretérito. Quanto às especificidades das ações a autora adverte que

As ações afirmativas se caracterizam como práticas ou políticas estatais de tratamento diferenciado a certos grupos historicamente vulneráveis, periféricos ou hipossuficientes, buscando redimensionar e redistribuir bens e oportunidades a fim de corrigir distorções. Tais políticas públicas visam oportunizar aos que foram menos favorecidos (por critérios sociais, econômicos, culturais, biológicos) o acesso aos meios que reduzam ou compensem as dificuldades enfrentadas, de forma que possam ser sanadas as distorções que os colocaram em posição desigual diante dos demais integrantes da sociedade (MASSON, 2016, p. 230).

Em plena harmonia ao posicionamento da autora e aliado aos ensinamentos seniano é viável considerar que as ditas ações apresentam na sociedade, sobretudo, em ambientes públicos e no mercado de trabalho a diminuição dos danos ocasionados pela discriminação e pela falta de oportunidade que os vulneráveis enfrentavam.

Ainda tratando sobre as ações afirmativas, Masson (2016, p.230) observa que “[...] em nossa Constituição, alguns artigos traduzem fielmente esse ideal de realização positiva do princípio da igualdade, tais como o art. 37, VIII, que determina a reserva de certo percentual de cargos e empregos públicos para pessoas com deficiência”. Além disso, a autora conclui que as ações afirmativas devem buscar o alinhamento junto aos princípios da à razoabilidade e à proporcionalidade.

Relacionado a isso, Nancy Fraser explicou, anteriormente, no tópico em que tratou sobre as políticas públicas como fomentadoras de Desenvolvimento, sobre a importância de erradicar as barreiras impostas aos grupos vulneráveis utilizando a aplicação de políticas de redistribuição afirmativas ou transformativas.

Mediante isso verifica-se que as ações afirmativas entram como ferramentas advindas dos “meios”, que juntamente com os “fins, são capazes de alcançar o desenvolvimento. Com isso, Sen (2009, p.21) explica que “a liberdade de participar do intercâmbio econômico tem um papel básico na vida social”.

A despeito disso, Sen explica que “[...] As disposições institucionais que proporcionam essas oportunidades são ainda influenciadas pelo exercício das liberdades das pessoas, mediante a liberdade para participar da escolha social” (2009, p. 19). Para muitos intelectuais que estudam o tema “desenvolvimento”, são indissociáveis as questões de ordem econômica desvinculadas do desenvolvimento social.

Em consonância a isso, a cartilha do censo 2010 da Pessoa com Deficiência alerta que “[...] a educação tem sido, em todas as nações do mundo e durante toda a história da humanidade, como um fim e um meio para o desenvolvimento do indivíduo e da própria humanidade” (CARTILHA, 2012, p. 15). O instrumento censitário ainda pontua que a educação equivale a um direito universal e inalienável, o qual proporciona que a pessoa deficiente possa viver em sociedade de forma independente e digna.

Para medir a taxa de alfabetização de uma população, avalia-se a capacidade de leitura e de escrita simples de um indivíduo em seu idioma, entre pessoas maiores de 15 anos. A cartilha do censo 2010 explica que, no Brasil, “[...] a taxa de alfabetização para a população total foi de 90,6%, enquanto a do segmento de pessoas com pelo menos uma das deficiências foi de 81,7%” (CARTILHA, 2012, p.15). Ademais, explica que as regiões do Norte e Nordeste apresentaram as menores taxas de alfabetização.

Relativamente à taxa de escolarização que avalia “[...] a porcentagem dos estudantes de um grupo etário em relação ao total de pessoas do mesmo grupo etário” (CARTILHA, 2012, p.16), o censo analisou o segmento de pessoas com a faixa etária entre 6 a 14 anos e que apresentam uma das deficiências. Com essa aplicação alcançou o resultado de uniformidade entre os dois grupos: com e sem deficiência.

O nível de instrução verificou “[...] a proporção de pessoas de 15 anos ou mais de idade que atingiram determinados anos de estudo” (CARTILHA, 2012, p. 17). Essa verificação quantificou que o grupo de pessoas com deficiência que possuíam o ensino fundamental completo correspondia a 14,2%, ao passo que 17,7% tinham alcançado o ensino médio completo e apenas 6,7% dessa população conquistaram o ensino superior.

De acordo com a Cartilha do Censo 2010, editada pelo Governo Federal, a região nordeste se destaca quanto ao baixo nível de instrução que apresentou 67,7% de pessoas com deficiência que não possuem o ensino fundamental completo, bem como o nível superior que atingiu 4,0% e o ensino médio que equivale a 15,7% dessa proporção. Diante disso, o nordeste se revela como a região que possui os menores índices no nível de instrução.

O instrumento censitário levou em consideração o nível de ocupação da população acima de dez anos de idade, o qual catalogou que “[...] o maior contingente de pessoas ocupadas na semana de referência foi representado pelo grupo na faixa etária de 40 a 59 anos, cuja população era de 10.708.757 trabalhadores” (CARTILHA, 2012, p. 20).

O estudo ainda revelou que no grupo de pessoas que apresentam algum tipo de deficiência, o sexo masculino se destaca na ocupação do mercado de trabalho. Além disso, as pessoas com necessidades especiais na área ocular têm um impacto positivo na vida laboral, se sobressaindo em comparação com as outras espécies de deficiência.

A escola, como espaço de alfabetização do sujeito surdo observado pelo censo, o qual foi consolidado pelo Ministério da Educação (MEC), divulga que, no ano de 2006, aproximadamente “[...] 70 mil alunos com surdez ou deficiência auditiva estavam matriculados no ensino básico, enquanto em 1996, pouco mais de 30 mil estudantes integravam a educação básica” (BRASIL, 2009, p 14).

O levantamento descrito no instrumento censitário (CARTILHA, 2012, p. 20) também constatou que estão intimamente interligados os seguimentos trabalho e educação. Quanto mais tempo o indivíduo se dedica às atividades escolares, maior será o tempo em atividades laborais e consistirá uma melhor percepção financeira salarial. Essa assertiva inclui pessoas com ou sem deficiência. É fato que os surdos não possuíam oportunidades iguais no mercado de trabalho, e isso influenciou negativamente no desenvolvimento econômico das pessoas inaudíveis.

Aliado a essas transformações na vida social do surdo, através de mecanismos que proporcionem igualdade de oportunidades, ressalta a importância de políticas públicas que se destinem a proporcionar um desenvolvimento educacional, e consequentemente social, pleno, justo e de qualidade.

A ausência de atendimento divergente ao exposto em mandamento jurídico condiciona o sujeito surdo ao isolamento social, privando-o da liberdade de comunicação, de modo a inviabilizar o desenvolvimento social e econômico da pessoa surda. A eficácia jurídica adquiriu uma atuação mais eficaz de políticas sociais destinadas a minimizar as desigualdades por meio da diminuição dos entraves e das barreiras que estabilizam a apropriação da cultura e identidade surda exercida pela língua de sinais.

Além disso, o arcabouço legislativo brasileiro traz garantias de ordem constitucional para que a pessoa com deficiência possa ser inserida na atividade laboral. Para tanto, o ordenamento jurídico pátrio disciplinou cotas para o acolhimento pelas empresas de pessoas com necessidades especiais. A Cartilha em exame explica que ao comparar a participação de setores da sociedade com deficiência “[...] a participação deles no mercado de trabalho, em 2010, ainda era baixo quando comparado à das pessoas sem deficiência” (CARTILHA, 2012, p.19).

Nesse sentido, Sen (2009), na obra “Desenvolvimento como Liberdade”, ilustra que as liberdades econômicas e políticas reforçam-se uma à outra. Sobre a privação dos indivíduos ao mercado de trabalho, o autor relata que

A rejeição da liberdade do mercado de trabalho é uma das maneiras de manter a sujeição e o cativo da mão-de-obra, e a batalha contra a privação de liberdade existente no trabalho adscrito é importante em muitos países do Terceiro Mundo hoje em dia por algumas das mesmas razões pelas quais a Guerra Civil americana foi significativa. A liberdade de entrar em mercado pode ser, ela própria, uma contribuição importante para o desenvolvimento, independentemente do que o mecanismo de mercado possa fazer ou não para promover o crescimento econômico ou a industrialização. [...] A liberdade de participação do intercâmbio econômico tem um papel básico na vida social. (SEN, 2009, p. 21)

O teórico (2009, p. 23) ainda faz um registro sobre as barreiras impostas contra a liberdade econômica as quais podem provocar a “[...] privação de liberdade social ou política, da mesma forma, gerar a privação de liberdade econômica”. Com isso, as facilidades econômicas vêm esculpidas como uma das cinco espécies de liberdades fundamentais para a vida humana. Nesse cenário, é possível citar, por exemplo, que as liberdades de participar do mercado de trabalho em iguais condições frente às pessoas ouvintes modificam o desenvolvimento social e econômico em relação ao surdo.

Sen, no livro “Desigualdade reexaminada” (2017, p. 60), faz uma breve ilustração acerca da distribuição de renda, bem-estar e liberdade, explicando que a extensão da privação em comparação com uma pessoa que apresenta algum tipo de necessidade especial com outro indivíduo que não constitui deficiência alguma não pode ser objeto de julgamento adequado, uma vez que o sujeito com deficiência poderá estar em desvantagem bastante expressiva – seja pela sua condição física, financeira ou psicológica.

Desse modo, as atividades correlatas da inclusão social necessitam de atuações mais incisivas por parte dos agentes fiscalizadores como órgãos dos Ministérios Públicos e Defensores Públicos, no intuito de cobrar ações destinadas a minimizar as barreiras existentes. Assim, os entraves precisam ser reduzidos, seja por meio de construções de rampas, colocação do sistema Braille em determinados lugares e a capacitação de profissionais através de cursos destinados ao ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras.

3.6 Implicações legislativas para os surdos na conjuntura social atual

A importância de processos contínuos para a efetivação de mecanismos de acessibilidade para os surdos é fundamental no exercício da cidadania plena, especialmente as que promovem a estimulação de criação de políticas públicas destinadas à comunidade surda.

Para tanto, as leis, decretos e regulamentos vêm pautando suas políticas públicas para atender às necessidades primordiais do sujeito surdo e intensificando o apoio a expansão da Libras para aqueles que escolherem a comunicação por intermédio da língua de sinais.

Diante disso, no cenário da inclusão social, os surdos têm conquistado a inclusão no ordenamento legislativo brasileiro através, de leis que garantem a efetivação do uso da Libras por aqueles que decidem usá-la. Dessa maneira, a discussão em tela apresentará as mudanças de cunho legislativo frente às questões da acessibilidade por meio da língua de sinais antes e depois da promulgação da Carta Política.

De acordo com Strobel (2008, p. 89), as leis destinadas ao convívio social dos surdos têm sido inseridas no ordenamento legislativo brasileiro desde 1857, quando a “[...] Lei nº 839, de 26 de setembro de 1857, denominou-o ‘Imperial Instituto de Surdos-Mudos’”. Em seguida, alguns anos depois, em 1908 “[...] o artigo 19 do Decreto nº 6.892 de 19-03-1908, mandava considerar-se o dia 26 de setembro como a data de fundação do Instituto, o que foi ratificado pelos posteriores regulamentos, todos eles aprovados por decretos”.

Do momento do impedimento do uso da língua de sinais até a promulgação da Constituição Federal de 1988 no Brasil, percebe-se que há um vácuo legislativo quanto às leis que tratam dos interesses da comunidade surda. Os surdos não eram reconhecidos como sujeitos de direitos, tampouco haviam normas que atendessem às suas reais necessidades. Além disso, também existiam leis que proibiam os surdos de receberem heranças, de votar, não lhes era permitido receber comunhão, confessar seus pecados aos sacerdotes na Igreja Católica e eram proibidos, por decreto, de casar-se.

Em 1951, segundo Strobel *Op. Cit.*, “[...] um surdo, Vicente de Paulo Penido Burnier foi ordenado como padre no dia 22 de setembro, passou 3 anos esperando uma liberação do Papa da Lei Direito Canônico que na época proibia surdo de se tornar

padre”. No entanto, apenas em 1957 o INES⁴⁵ é instituído. Neste sentido, pode-se inferir que a comunidade surda teve um período de retrocesso e estagnação na convivência social a partir da proibição do uso da língua de sinais nas escolas por parte do Congresso de Milão, e por tais razões existiram poucas garantias e direitos que pudessem viabilizar a vida do surdo em sociedade.

As autoridades não reconheciam, nas pessoas surdas, um sujeito intelectualmente capaz para os atos da vida civil, por isso, os anseios instigados pela comunidade surda não se tornavam objetos de leis. Além do que muitos educadores não comungavam das propostas que os surdos reivindicavam, já que esses docentes estavam imbuídos dos ensinamentos educacionais por meio da oralização, desprezando os anseios da comunidade surda quanto ao uso da língua de sinais.

Sendo assim, foi somente após a Constituição Federal da República do Brasil que o surdo foi reconhecido como sujeito de direito, adquirindo proteção legislativa, a dignidade da pessoa com deficiência, em decorrência do princípio isonômico garantido no *caput* do artigo 5º da Carta Suprema de 1988.

Assim, nas Constituições anteriores à vigente, não foram reconhecidos direitos capazes de surtir significativas mudanças aos surdos. Antes da Constituição cidadã, os sujeitos surdos permaneciam sem direitos que permitissem uma vida social com mais qualidade, tendo que se sujeitar às vontades de ouvintes em razão de ausência de lei. Desse modo, foi a partir da promulgação da Carta Magna que o Brasil inaugurou um momento de conquistas históricas para a comunidade surda.

A inauguração do Estado Democrático de Direito exige do cidadão e do Estado a obediência irrestrita às leis. Nesse contexto, as constituições anteriores tratavam com prioridade as questões de interesses administrativos estatais, principalmente no que concerne ao exercício da sua atividade e gestão. As questões relacionadas à cidade e aos direitos sociais não possuíam a importância que têm hoje, diante da promulgação da Constituição Federal da República do Brasil.

Com efeito, é a Constituição Cidadã de 1988 que garante ao cidadão a capacidade de exercer seus direitos e, para isso, proporciona ferramentas viáveis para o seu pleno exercício, *vg.* as garantias constitucionais no Magno Texto expressas.

⁴⁵ Lei nº 3.198 de 6 de julho de 1957: Denomina Instituto Nacional de Educação de Surdos o atual Instituto Nacional de Surdos-Mudos. O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art.1º O Instituto Nacional de Surdos, do Ministério da Educação e Cultura, passa a denominar-se Instituto de Surdos. [...] JUSCELINO KUBITSCHKEK.

Ademais, a Carta política em comento impõe ao Estado provedor a garantia de serviços básicos para a população com vistas à promoção do bem-estar de todos, de modo a incluir as pessoas com deficiência.

Com base nisso, após a promulgação da Constituição Federal vigente, visualiza a conquista de direitos por parte de pessoas com deficiência, inclusive as pessoas com audição reduzida que foram beneficiadas com várias leis que os reconhecem como sujeitos de direitos e capazes para o exercício da cidadania. À vista disso, a proteção às pessoas com deficiência merece ser interpretada como direito fundamental, muito embora esteja inserida no capítulo que trata sobre a família, consoante afirma a doutrina de Lenza (2014).

Em face disso, ficou a cargo de leis infraconstitucionais a regulamentação através de normas de ações a serem desenvolvidas pelo Estado e pela sociedade para diminuir as diferenças existentes entre as pessoas com deficiência.

Em 1989, por meio da lei 7.853, foi instituída a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos às pessoas com deficiência, disciplinando a atuação do Ministério Público com a definição de crimes. Nesse sentido, verifica-se que há uma criminalização de condutas, e cabe destacar que essa é a primeira lei após a Constituição Federal de 1988 que reconhece, na pessoa deficiente, um sujeito de direitos em virtude das suas necessidades especiais.

A lei inaugura a promoção da igualdade entre pessoas independentemente de sua condição, permitindo ações para minimizar as diferenças e oportunizar a inclusão na vida social. Na lei em debate, o Poder público, através de seus órgãos públicos e privados, deverá assegurar, às pessoas com deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, *vg.* saúde, educação, trabalho, lazer, previdência, saúde entre tantos outros direitos sociais e fundamentais assegurados a todos os cidadãos.

O decreto 3.298 de 20 de dezembro de 1999 veio a regulamentar a lei acima estudada (7.853/1989) a qual trata da Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. É nesse instituto que o conceito de deficiência pode ser compreendido como toda a perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade dentro do padrão considerado normal para o ser humano (art. 3º, I).

Acrescenta que a deficiência permanente é aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente o qual não permite recuperação, ou tem probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos (art. 3º, II).

Consoante ao descrito na lei em comento, ficou considerado como deficiente auditivo, segundo a lei 7.853/1989, a pessoa que demonstrar a perda bilateral, parcial ou total de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, desde que aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000 HZ, 2.000HZ e 3.000HZ (ART. 4º, II). Quanto a isso, o decreto destaca as políticas públicas nacionais para a realização da integração das pessoas com deficiência no contexto socioeconômico e cultural, as quais foram elencadas nos princípios do desenvolvimento de ação conjunta do Estado e da sociedade civil.

Outrossim, anota que a Política Nacional para a Integração de Pessoa Portadora de Deficiência⁴⁶, em conjunto com o Programa Nacional de Direitos Humanos, deverá promover a eficiência de atendimento especializado e inclusivo bem como agenciar a capacitação de indivíduos para o atendimento de pessoas com deficiência.

A lei 10.048/2000 surge no mundo legislativo para tratar apenas da priorização nos atendimentos de serviços públicos, assegurando tratamento diferenciado e atendimento imediato consonante a necessidade de cada pessoa com deficiência.

As normas gerais e critérios básicos para a promoção e acessibilidade são esboçados na lei 10.098/02. Conferem às pessoas com necessidades especiais o tratamento diferenciado, sobretudo nos sistemas e meios de comunicação segundo os quais as barreiras na comunicação, qualquer entrave ou obstáculo sejam anulados. Eles devem dificultar ou impossibilitar a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa.

Oportuno salientar que, na data da publicação da referida lei, a língua de sinais ainda não tinha sido considerada como uma língua brasileira e meio de comunicação entre surdos e ouvintes, muito embora a língua de sinais já estivesse sendo utilizada na comunidade surda e na educação para pessoas com audição reduzida. A Libras só foi considerada como forma de expressão e reconhecida como língua, anos mais tarde.

Em 24 de abril de 2002, por meio da lei 10.436/2002, é reconhecida a Libras como meio legal de comunicação e expressão além de outros recursos a ela associados. Conceitua a Libras como Língua Brasileira de Sinais a forma de comunicação e expressão em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura

⁴⁶ O termo “portador de deficiência” está em desuso, uma vez que para os surdos não considera a deficiência como uma doença para ser portada nesse contexto os surdos consideram a deficiência apenas como uma condição humana e não como uma mazela.

gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (art. 1º, parágrafo único).

Harmonicamente, o artigo segundo estabelece que os poderes públicos, em geral, bem como as empresas concessionárias de serviços públicos devem garantir e apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

Primordial se torna destacar, nesse espaço, os avanços sociais trazidos pela introdução dessa lei no ordenamento legal vigente. Uma vez que significou grandes conquistas para a comunidade surda além de favorecer avanços sociais e educacionais enormes, principalmente para o aprendizado escolar de surdos que puderam abandonar a abordagem oral e se dedicar ao aprendizado por intermédio da abordagem bilíngue. Entretanto, as pessoas que são diretamente influenciadas por essas modificações se sentem livres para escolher entre várias espécies de abordagens a que melhor se identificam.

O Decreto 5.296 do dia 02 de dezembro de 2004, em seu artigo 6º e inciso III, considera a Libras como mecanismo de comunicação obrigatório e oportuniza a comunidade surda buscar, nos serviços públicos, o atendimento pleiteado por meio da língua de sinais. Para tanto, o governo impõe medidas a serem adotadas pelos órgãos com o intuito de garantir atendimento igualitário entre os cidadãos de modo inclusivo.

Entre os tratamentos diferenciados, a lei pontua os serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva prestados por intérprete ou pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, e como deve ser o trato com aquelas que não se comunicam em Libras, além das pessoas surdocegas, prestado por guias-intérpretes ou pessoas capacitadas neste tipo de atendimento (art. 6º, III,).

Imperioso relatar que é dever do poder público o apoio em congressos, seminários, oficinas e demais eventos científico-culturais que ofereçam, mediante solicitação, apoio humano às pessoas com deficiência auditiva e visual, tais como tradutores e intérpretes de LIBRAS, leitores guias-intérpretes, ou tecnologias de informação e comunicação, tais como a transcrição eletrônica simultânea.

O decreto 5.626/2005 regulamenta a lei 10.436/2002, e traz disposições sobre o uso da Língua Brasileira de Sinais. Esse decreto é um marco para a identidade bilíngue que busca, na língua de sinais, uma modalidade de comunicação na comunidade surda. Ele disciplina a adequação de ambiente público para o atendimento diferenciado quando assim necessitarem as pessoas surdas.

É sabido que nem todos os surdos falam a língua de sinais, uma vez que, para aprender a falar em Libras, é primordial que a pessoa surda tenha acesso à língua de sinais, seja por meio de escolas ou por meio da comunidade surda. Em razão disso, não serão todos os surdos que precisarão de atendimento em língua de sinais, mas a grande maioria necessita já que está inserida num contexto social favorável para a prática da língua de sinais.

Para a finalidade do decreto em apreciação, a pessoa surda é aquela que apresenta perda auditiva e, por isso, interpreta e relaciona-se por meio de experiências visuais, exprimindo sua cultura especialmente pelo uso da língua de sinais.

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras. Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz. (BRASIL, 2005, p.1)

Com tal evolução legislativa, é imperioso destacar que os órgãos da administração pública devem garantir às pessoas surdas um tratamento diferenciado, por meio do uso e da difusão da Língua Brasileira de Sinais e da tradução e interpretação de Libras para a Língua Portuguesa, realizados por servidores e empregados capacitados para essa função, bem como o acesso às tecnologias de informação (art. 26).

No mesmo artigo, a lei prevê que as instituições citadas acima devem dispor de, pelo menos, 5% de servidores, funcionários e empregados capacitados para o uso e interpretação da Libras (§1º). Definidos esses parâmetros protetivos mínimos por norma vigente, impõe ao Poder Executivo que as barreiras encontradas na comunicação do surdo, se não eliminadas, possam pelo menos serem minimizadas as disparidades nas relações sociais dos indivíduos surdos.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, assinada em Nova Iorque no dia 30 de março de 2007, foi ratificada no Brasil com equivalência à emenda constitucional, no dia 09 de julho de 2008, recebendo o termo de decreto legislativo nº 186/2008.

Lenza esclarece que “[...] a regra do art. 5º §3º, trazido pela EC n. 45/2004, ter os seus direitos e garantias fundamentais ampliados por tratados e convenções internacionais de direitos humanos, os quais, observadas as formalidades” possuíram as mesmas legitimidades de emendas à constituição (LENZA, 2014, p.97). Por

consequente o autor informa que o documento da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu protocolo facultativo foi “[...] promulgados pelo Decreto n. 6.949, de 25.08.2009, tendo sido, assim incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro com o status de norma constitucional” (p. 101).

A referida convenção (BRASIL, 2008) é mais abrangente do que as leis anteriores e, por isso, possui mais relevância. Em razão disso, no artigo segundo apresenta algumas definições relevantes acerca da comunicação a qual abrange as línguas, a visualização dos textos, o braille, a comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos de multimídia acessível escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizada e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, inclusive a tecnologia da informação e comunicação acessíveis. Ademais, explica que língua abrange as faladas e de sinais, e outras formas de comunicação não-faladas.

Com a proteção jurídica mencionada na convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, o Estado será obrigado a ofertar intérpretes profissionais de língua de sinais para facilitar o acesso aos edifícios e outras instalações abertas ao público ou de uso não particular. O texto da Convenção também garante o acesso à justiça, à liberdade e à segurança da pessoa, vida independente e inclusão na comunidade, mobilidade pessoal, liberdade de expressão e de opinião, bem como acesso à informação, habilitação e reabilitação, trabalho e emprego, padrão de vida e proteção social adequado, entre outros.

Influenciado pela convenção acima estudada, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio da recomendação de nº 27 editada no dia 16 de dezembro de 2009, adverte os Tribunais de Justiça para retirar barreiras físicas, arquitetônicas, de comunicação e atitudinais com intuito de proporcionar um amplo e irrestrito acesso de pessoas com deficiência às suas dependências.

Sendo assim, impõe que os órgãos do judiciário brasileiro agenciem habilitação de servidores em cursos oficiais de Libras, com valores para o custeamento da própria administração, desde que os cursos sejam formados por professores oriundos de instituições oficialmente reconhecidas no ensino da língua para ministrar as aulas, a fim de assegurar que as secretarias e cartórios das varas e tribunais disponibilizem pessoal capacitado a atender surdos, prestando-lhes informações em Língua Brasileira de Sinais.

Todavia, o Conselho Nacional de Justiça age em retrocesso quando desobriga que os magistrados também se comuniquem com os surdos por meio da Libras,

impondo que haja a nomeação de tradutor e intérprete, sempre que figurar no processo judicial pessoa com deficiência auditiva, escolhido dentre aqueles devidamente habilitados e aprovados em curso oficial de tradução e interpretação de Libras.

Em virtude disso, acrescenta a recomendação que, sendo a pessoa surda partícipe do processo oralizado e se assim o preferir, o juiz deverá com ela se comunicar por anotações escritas ou por meios eletrônicos, o que inclui legenda em tempo real, e adoção de medidas que viabilizem a leitura labial. Em suma, a recomendação não alcança a magistratura, ferindo a norma constitucional à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência assinada em Nova Iorque no dia 30 de março de 2007, que tem força de norma constitucional. Dessa forma, o CNJ desprezou parte das orientações impostas pelo decreto legislativo 186/2008, que possui força de norma constitucional, e adotou apenas as medidas de interesse do órgão, de modo que acabou tolhendo os direitos relativos aos surdos.

O Plano Nacional da Educação – PNE, aprovado pela lei 13.005 de 25 de junho de 2014, propõe como uma de suas diretrizes, a superação das desigualdades educacionais com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação (art. 2º, III).

O Estatuto da Pessoa com Deficiência ou Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, lei 13.146/2015, é elaborado com o objetivo de proporcionar o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais em igualdade de condições, vislumbrando o exercício da cidadania por meio da inclusão. Pautado na nova análise, garante a igualdade material, a autonomia e a independência quanto à realização dos atos civis. Para o estatuto em tela, a comunicação é a forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais.

No que concerne à capacitação de indivíduos para o atendimento de pessoas com audição reduzida, o artigo 73 do mencionado estatuto impõe ao poder público proporcionar a capacitação de pessoas para interpretar ou traduzir a língua de sinais, podendo obter parceria com organizações da sociedade civil.

O estatuto enfatiza que o acesso da pessoa com deficiência deve ser garantido pelo poder público em igualdade de oportunidades semelhante às demais pessoas, muito embora tenha que realizar adaptações de tecnologia assistiva. Ainda esclarece que os direitos da pessoa com deficiência serão garantidos por ocasião da aplicação de sanções penais.

A proteção jurídica em análise transcende os muros de ordem educacional e alcança setores de áreas como o judiciário o qual tem por obrigação a atuação para repelir ações contrárias às ordenanças do estatuto. A lei 13.146/15 resguarda o embate jurídico para viabilizar e estimular que os sujeitos surdos possam ter acesso à informação na língua que achar ser mais apropriada para o entendimento e transija em ações contrárias e discriminantes, tutelando o direito isonômico de todos.

No dia 28 de dezembro do ano de 2016 foram decretadas as formas de reserva de vagas para as pessoas com deficiência, mediante a lei 13.409/2016. A norma legislativa aprimora e preordena a disponibilização de vagas nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino para pessoas com limitações, inclusive para os surdos. Ressalta o valor da extensão das oportunidades destinadas para pessoas com deficiência obedecer ao mesmo regramento legislativo que impõe reservas de vagas para pessoas pretas, pardas ou indígenas, limitando-as ao mínimo ou igual à proporção emanada em lei.

A resolução 230 do CNJ, editada no dia 22 de junho do ano de 2016, veio a lume para orientar a adequação das atividades dos órgãos do Poder Judiciário e de seus serviços auxiliares. Delineou as determinações em consonância às deliberações editadas pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (estatuto). Além disso, o mesmo instrumento convalida as recomendações editadas pelo Conselho Nacional de Justiça nº 27.

Em comparação com a recomendação feita pelo CNJ em 2009, acerca dos tratamentos diferenciados a serem ofertados para pessoas com deficiência, o citado documento (CNJ 230/2016) vislumbra poucas mudanças que, de fato, beneficiem a comunicação de surdos diante de procedimento processual. Outrossim, cabe relatar que alguns conceitos incorporados na resolução foram extraídos de normas pretéritas, em nada acrescentado ao mundo jurídico apenas revalidando o que já tinha sido insculpido em resolução anterior (nº 27).

Ao tratar acerca do desempenho de pessoas surdas diante do trâmite processual, a resolução no artigo 4º, §1º, ilustra que, de modo a garantir a atuação da pessoa com deficiência em todo o processo judicial, o poder público deve capacitar os membros, servidores e terceirizados que atuam no Poder Judiciário quanto aos direitos da pessoa com deficiência. Em seguida, pronuncia que cada órgão desse poder deverá dispor de

pelo menos cinco por cento de servidores, funcionários e terceirizados capacitados para o uso e interpretação da Libras.

Incide que os parágrafos acima destacados abrangem todos que trabalham no Judiciário, inclusive os terceirizados. Entretanto, posteriormente, a resolução do CNJ 230/2016 se contradiz, uma vez que excluem os magistrados da obrigação do atendimento ao surdo por meio da Libras.

Em suma, segundo o instrumento aqui em apreciação, o magistrado não tem a obrigação de respeitar a deficiência da pessoa com surdez constringendo-a na medida em que lhe nega a condição de surdo além de ignorar a cultura por ele adotada em favor de uma classe profissional que não se sensibiliza pela deficiência existente quanto à comunicação de pessoas vulneráveis.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência também provocou mudanças significativas no Código Civil de 2002, principalmente no que concerne ao entendimento de pessoas absolutamente incapazes. Após a nova legislação, foi alterado o conceito de incapacidade sendo assim considerados para o exercício dos atos da vida civil os menores de 18 anos excluindo os deficientes da lista de pessoas inaptas.

Atualmente, está tramitando no Congresso Nacional um Projeto de Lei 2040/11 que pretende incluir na educação básica a disciplina de Libras no currículo escolar. O autor do projeto de lei foi o então senador Cristovam Buarque sendo apresentado no dia 17 de agosto do ano de 2011.

A lei prevê o acréscimo do “[...] art. 26-B à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional)”. Além disso, propõe “[...] condições de oferta de ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras), em todas as etapas e modalidades da educação básica”. A lei ainda está em tramitação, muito embora tenha passado pela Comissão de Constituição e Justiça, e sido considerada inconstitucional.

Para entender a complexidade da destinação dessas leis para a comunidade surda é de basilar importância ter uma compreensão da quantidade de pessoas abrangidas por essas leis. Para tanto, o estudo se apoiará nos levantamentos demográficos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que apresentará um perfil da população com deficiência e, sobretudo, a concentração das pessoas surdas no Brasil. Todavia, para embasamento nesse estudo, utilizará os dados apresentados na região campinense. O IBGE é o órgão responsável por realizar o censo demográfico, o qual

reúne dados estatísticos acerca da população de um determinado território; executado a cada dez anos, o censo demográfico é destinado para fins exclusivamente estatísticos.

A pesquisa em tela utilizará os dados relativos ao ano de 2010, uma vez que trazem as informações mais atuais do ponto de vista estatístico oficial. Nessa sistemática, os dados serão colhidos diretamente na plataforma tecnológica da fundação pública, tendo em vista a sua disponibilidade de acesso pela rede mundial de computadores.

4 PERCURSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A implementação das políticas públicas para a comunidade surda na cidade de Campina Grande/PB com os aspectos da isonomia, acessibilidade e inclusão social será objeto de estudo no presente tópico. É relevante considerar a significância regional que o citado município representa para todos os seguimentos da sociedade, o que além de possuir atrativos turísticos, a cidade também é destaque nas áreas da saúde, educação e comércio o que a faz ser considerada como a mais importante da região metropolitana de Campina Grande.

A minoria cultural e linguística dos surdos quando não respeitada, reflete em entraves de ordem social frente à comunicação exercida nos órgãos públicos. Diante de tal prática, limita-se o direito à informação garantida no ordenamento legislativo brasileiro e essas condutas advindas de setores da sociedade promovem a estigmatização da pessoa surda, expondo-a à violação de sua dignidade.

Anterior às conquistas normativas adquiridas pelos membros de uma minoria linguística e cultural, os surdos eram estigmatizados como pessoas sem direitos. Nesse contexto, a militância política pelo reconhecimento da língua visual-motora destinada à comunicação de surdos, inaugura no Brasil uma reformulação legislativa que se propõe aos usuários da língua de sinais o atendimento isonômico nas entidades públicas.

A partir das conquistas dos preceitos legais advindo do ativismo surdo em busca do reconhecimento ao estatuto linguístico da Libras e a implementação de políticas públicas destinadas à comunicação de língua de sinais em setores públicos, proporciona-se mecanismos para superar o estigma social imposto às pessoas inaudíveis.

Por tais razões, surge a necessidade de conhecer os desafios enfrentados pela população surda no cenário de Campina Grande/PB, principalmente quanto ao isolamento social que enfrentam diariamente com os efeitos da discriminação linguística e cultural em ambientes públicos.

4.1 Coleta e análise de dados populacionais

A inclusão do surdo nas atividades da sociedade estabelece uma nova conjuntura social para as pessoas surdas. Mediante o alcance da força do Estado em todas as esferas

de poder (Judiciário, Legislativo e Executivo), com a inauguração de um Estado Democrático de Direito, impõe-se aos poderes não só estabelecer normas de proteção ao surdo, mas também se apresentarem como agentes cumpridores dessas leis.

Avaliando as transformações na vida social após a instituição de leis que protegem o exercício da cidadania dos surdos através de mecanismos que proporcionem igualdade de oportunidades, ressalta-se a importância de políticas públicas que possam promover o relacionamento nos órgãos estatais.

Campina Grande está localizada no estado da Paraíba, região situada no nordeste brasileiro, e concentra aproximadamente mais de 400 mil habitantes. Acontece que a cidade campinense reúne o maior centro comercial do interior paraibano.

Possui *shoppings*, clubes de recreações, lojas comerciais, indústrias, centros comerciais atacadistas e varejistas, supermercados de vários portes. Além disso, demanda em vários setores da região praças de alimentações. Em razão desse polo comercial, o município de Campina Grande comporta mais de uma dúzia de centros destinados para o ensino superior, e se torna cidade relevante no ensino universitário da região, entre elas destacam três universidades públicas: Universidade Estadual da Paraíba–UEPB, Universidade Federal de Campina Grande –UFCG e Universidade Federal da Paraíba–UFPB⁴⁷, além do Instituto Federal da Paraíba- IFPB.

A cidade proporciona ensino fundamental e médio na modalidade bilíngue, por meio da escola Estadual de Áudio Comunicação – EDAC alocada à rua professora Eutécia Vital Ribeiro, SN, Catolé, Campina Grande/PB. O local proporciona, além de ensino e aprendizagem educacional, um ambiente favorável para a interação e integração da comunidade surda, espaço em que os estudantes se reúnem para estudar e para compartilhar histórias e momentos de vida com pessoas que dividem os mesmos obstáculos e dificuldades na luta pela inclusão social.

Se, por outro lado, a cidade é destaque em educação, na área da saúde também conquista um espaço de bastante relevo regional, uma vez em que reúne vários hospitais

⁴⁷ A UFPB não possui campus em Campina Grande, contudo, disponibiliza um polo para os alunos que realizam o ensino superior na Universidade Federal da Paraíba na modalidade ensino a distância mais conhecida como UFPB Virtual. O site: <<http://www.uead.ufpb.br/index.php/polos/>>. Informa que o “Polo Municipal de Apoio Presencial consiste numa estrutura para a execução descentralizada de algumas das funções didático-pedagógicas e administrativas do curso, no âmbito do Sistema de Universidade Aberta do Brasil. Será o local onde o estudante terá acesso local a biblioteca, laboratório de informática (por exemplo, para acessar os módulos de curso disponíveis na Internet), ter atendimento de tutores, assistir aulas, realizar práticas de laboratórios, dentre outros. Em síntese, o polo é o “braço operacional” da instituição de ensino superior na cidade do estudante ou mais próxima dele”. O polo fica situado a rua Santa Clara no Centro Campinense.

públicos e particulares, inclusive de referência em tratamentos e diagnósticos de várias enfermidades. Diante disso, se perfaz no atendimento médico, clínico, internação e ambulatorial com hospitais particulares, municipais, estaduais e federais.

O município de Campina Grande está concentrado no caminho de passagem que interliga o sertão paraibano à capital do Estado, que está fixada na área litorânea, ficando há aproximadamente 120 km de distância dessa localidade. Sendo assim, acolhe surdos das regiões vizinhas e até mesmo de outros estados, que buscam no município um local de educação, lazer, atendimento médico e entretenimento.

Quanto aos espaços destinados para os lazes ao público surdo, é possível explicar que no município de Campina Grande são os *shoppings* que agrupam o maior número deles. Os cinemas, na região campinense, ainda não tiveram adaptações necessárias com a disponibilidade de telas com intérpretes de Libras. Alguns filmes estrangeiros possuem a legenda⁴⁸, mas a tela reservada para o intérprete ainda é ignorada.

Advém que a cidade de Campina Grande é considerada como o segundo polo mais estruturado industrial, econômica e educacionalmente da Paraíba, possuindo uma grande concentração de riqueza e de oportunidade para trabalhar, estudar e praticar o lazer, o que proporciona atração dos moradores das cidades vizinhas, inclusive de pessoas surdas.

A par disso, muitas pessoas que moram nos municípios próximos à Campina Grande recorrem à cidade para realização de comércio e para os atos da vida social, seja indivíduo com ou sem deficiência. Os sujeitos que constituem algum tipo de deficiência buscam nesse município oportunidades para o estudo e trabalho, principalmente nos centros de assistências as pessoas com deficiência que se concentram em Campina, e permitem uma maior integração entre as pessoas que se declaram com alguma das necessidades especiais.

Hodiernamente, em Campina Grande existem escolas destinadas para o ensino de pessoas com deficiência: Instituto dos Cegos, que atende ao público que apresenta déficit visual; a EDAC, que funciona como uma escola bilíngue e educa os surdos por

⁴⁸ A legenda tem sido requisitada como forma de acessibilidade e integração para a comunidade surda. Acontece que nem todos os surdos sabem ler a gramática portuguesa necessitando de um intérprete para a comunicação. Os surdos aprendem primeiro a língua de sinais para depois aprender a gramática. Neste sentido, os surdos aprendem a escrita por decodificação, ao passo que os ouvintes aprendem pela audição o que torna a leitura para os ouvintes um processo mais fácil do que para os surdos. Por tais razões, o ideal seria a presença da tela destinada aos intérpretes no canto da imagem em vez de legendas que são disponibilizadas abaixo da imagem e de forma muito rápida o que ainda dificulta a compreensão dos textos ali escritos.

meio da língua de sinais; a APAE, que é o espaço destinado para atender as pessoas que constituem algum tipo de deficiência intelectual; a AACD, que significa Associação de Apoio à Criança e ao Adolescente, em que faz diversas atividades voltadas para o restabelecimento e atendimento médico-terapêutico em ortopedia; entre tantos outros. Em suma, destacam-se nesse trabalho apenas as de maior referência no atendimento às pessoas que constituem dificuldade na visão, aos surdos, aos que apresentam limitações mentais e motora, respectivamente.

Faz-se oportuno ressaltar que, em Campina Grande/PB, por existir um número bastante expressivo de pessoas com algum tipo de deficiência – o que corresponde a aproximadamente um quarto da população campinense –, exige-se uma maior atenção dos poderes públicos para a implantação de medidas viáveis que possibilitem um atendimento de qualidade mediante políticas públicas.

Diante da quantidade de surdos e das necessidades da comunidade surda, as pessoas visuais necessitam de pessoas capacitadas em Libras nos órgãos públicos para o atendimento e comunicação, além da prestação de informações mediante o uso da língua de sinais.

Os surdos configuram uma população bastante significativa, de modo que se espera, que o poder público, disponha de instrumentos de capacitação para seus agentes, com a finalidade de prestar um atendimento eficiente e de qualidade nos setores públicos e nos espaços destinados ao lazer para os surdos consoante as determinações legais.

O IBGE é o órgão responsável por realizar o censo demográfico, o qual se caracteriza na reunião de levantamentos de dados acerca da população, relativa a um determinado território. Realizado a cada dez anos, o censo demográfico é destinado para fins exclusivamente estatísticos.

A pesquisa em tela utilizará os dados relativos ao ano de 2010, uma vez que se apresentam como mais atuais. Nessa sistemática, os dados serão colhidos diretamente na plataforma tecnológica da fundação pública tendo em vista a sua disponibilidade de acesso pela rede mundial de computadores.

Os dados demográficos relativos ao ano de 2010 apontam que o Brasil possuía 190.732.694 pessoas morando no país⁴⁹. Ocorre que, entre essas pessoas, 14,5% do total constituem algum tipo de deficiência, o que corresponde a 24,5 milhões de pessoas.

⁴⁹ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 22 jun. 2018.

Segundo o IBGE, a população estimada da Paraíba é de 4.025.558, todavia o censo de 2010 havia constatado o número de 3.766.528 de pessoas⁵⁰. No âmbito municipal, a cidade de Campina Grande assinala uma estimativa de 410.332 de pessoas registradas como residentes na cidade, em 2020.

Ocorre que dois anos após a publicação do censo demográfico brasileiro, em 2012, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República juntamente com a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência e a Coordenação-Geral do Sistema de Informações Sobre a Pessoa com Deficiência, lançaram uma cartilha do censo 2010 referente à Pessoa com Deficiência.

A cartilha comprova que “[...] 45.606.048 de brasileiros, 23,9% da população, têm algum tipo de deficiência – visual, auditiva, motora e mental ou intelectual”. Dessa amostra, 5,10% da população apresenta deficiência auditiva. Apesar disso, as pessoas que constituem limitação no aparelho auditivo em grau de severidade repercutem em 1,12% (p.06).

Fatiando o Brasil em regiões, verifica-se que a região nordeste possui a maior taxa de pessoas que apresentam algum tipo de deficiência, significando 26,3% da população; logo após aparece a região norte com 23,40%, seguida do sudeste com 23,03%; o centro-oeste com 22,51% e, por fim, o sul, possuindo 22,50% da população com deficiência no Brasil.

Na Paraíba, o grupo da população que constitui algum tipo de deficiência equivale a 27,76%, que corresponde a 1.045.631 de pessoas, superada apenas pelo estado do Rio Grande do Norte que apresenta 27,86%.

De acordo com o IBGE⁵¹, a população campinense do último censo (2010) registrou 385.213 pessoas morando na cidade. Ocorre que o mesmo instrumento investigativo anotou que, daquelas pessoas, 297.245⁵² declararam-se não apresentar nenhum tipo de deficiência. Sendo assim, 87.968 pessoas se declaram com alguma categoria de deficiência: auditiva; visual; motora; mental/intelectual. Das 87.968 pessoas que declararam constituir algum tipo de deficiência, 20.936⁵³ afirmaram apresentar algum tipo de deficiência auditiva (IBGE, 2010). Cabe mencionar que entre

⁵⁰ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/panorama>. Acesso em: 22 jun. 2018.

⁵¹ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/campina-grande/panorama>. Acesso em: 24 jun. 2018.

⁵² Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/campina-grande/pesquisa/23/23612?detalhes=true>. Acesso em: 12 jun. 2018.

⁵³ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/campina-grande/pesquisa/23/23612?detalhes=true>.

essas pessoas que constituem algum tipo de deficiência, estão incluídas pessoas idosas que tiveram perdas auditivas em razão da idade e indivíduos com perdas auditivas leves, moderadas, severas e profundas.

Segundo o relatório censitário, em Campina Grande/PB, foi registrado que 592⁵⁴ (quinhentos e noventa e duas) pessoas não conseguem ouvir de nenhum modo; 3.917 (três mil, novecentas e dezessete) indivíduos constituem grande dificuldade para ouvir ou recorrem a aparelhos auditivos e 16.427 (dezesesseis mil, quatrocentos e vinte e sete) sujeitos constituem algum tipo de dificuldade para ouvir, porém, leve ou moderada.

É oportuno destacar que no Brasil a estimativa é de 344,2 mil pessoas que constituem a surdez, ou seja, são indivíduos que foram diagnosticadas com deficiência auditiva profunda (IBGE, 2010), sendo que muitas delas não possuem escolarização e algumas não são bilíngues.

Perlin (2003, p. 113) registrou na sua tese de doutorado que de acordo com a Federação Mundial dos Surdos – FMS, é catalogado “uma população de 70 milhões de surdos no mundo”. A título de curiosidade, em 1940 foram registrados 36.674 surdos no Brasil (WITCHS, 2018, p. 73), e incide-se que o número de brasileiros registrados pelo IBGE em 1940 era de 41.236.315 pessoas⁵⁵.

Se compararmos a quantidade de pessoas de 1940 aos dados cadastrados referentes a 2010, evidenciamos que a população surda aumentou em comparação a média geral. Assim, cresceu quase 10 vezes mais: 1940= 36.674- surdos, enquanto que 41.236.315 – representava a população geral. Em 2010: 344,2 mil surdos, e 190.732.694 de habitantes brasileiros com e sem deficiência. Isso indica que o aumento dos surdos na comparação de 1940 a 2010 acendeu quase 10 vezes mais, ao passo que a população geral cresceu numa média aproximada de 5 vezes mais.

Nesse aspecto, o Congresso Federal mediante a normatização de condutas, levou em consideração a quantidade de surdos que necessitavam de atendimentos públicos diariamente, e incorporou nos assentamentos jurídicos disposições para as 7,6% de pessoas com surdez profunda saírem das condições de vulnerabilidade e ingressarem na inclusão social difundida por lei.

⁵⁴ A reportagem realizada pelo site local Paraíbaonline.com explica que “de acordo com os dados do último censo do IBGE, a Paraíba possui 181.762 pessoas com algum grau de deficiência auditiva, sendo que 6.470 possuem perda completa da audição. Em Campina Grande, existem cerca de 500 pessoas surdas, segundo levantamento da Associação de Surdos”. Disponível em: <https://paraibaonline.com.br/2019/04/secretarios-municipais-de-cg-recebem-representantes-da-associao-de-surdos/>. Acessado em 25 de novembro de 2019.

⁵⁵ Dados registrados no endereço eletrônico: < <https://brasil500anos.ibge.gov.br/estatisticas-do-povoamento/evolucao-da-populacao-brasileira.html>>.

Em suma, a sobredita temática reside em estudar a amostra de Campina Grande, situada no estado paraibano, que concentra 87.968 de pessoas que apresentaram uma das quatro deficiências apresentadas, das quais 20.936 se identificam com algum tipo de deficiência auditiva. Desse agrupamento de pessoas 4.509 foram diagnosticadas com deficiência auditiva profunda ou severa.

Por tais razões, é primordial a análise de campo para verificar se quase 21 mil pessoas estão tendo o atendimento devido nos órgãos públicos da cidade campinense, conforme assegura a Lei Mandamental e as legislações correlatas.

4.2 Método adotado para a pesquisa

Para a elaboração deste trabalho, foi necessária a aplicação de métodos e procedimentos essenciais à pesquisa. Para tanto, utilizou-se a análise da literatura abordando, principalmente, as questões concernentes às leis destinadas a minimizar as relações de comunicação dos surdos, bem como de teóricos que tratam sobre a aplicação do regramento legislativo mediante a implantação de políticas públicas baseadas nos instrumentos concedidos pela teoria do desenvolvimento.

A pesquisa pode ser classificada como descritiva, já que faz uma breve análise acerca dos fatos históricos, e expõe conceitos relativos aos objetos pesquisados que são de fundamental importância para entender o assunto proposto. Ademais, descreve e classifica as questões que norteiam a distinção das características fundamentais do objeto aqui perscrutado.

Diante disso, os dados analisados são de ordem primária e secundária: a primária será utilizada em razão da coleta de informações diretamente com as pessoas surdas, como amostragem populacional que, nessa análise, será afeta à avaliação de comportamentos de entes públicos diante dos sujeitos surdos. Ao mesmo tempo, será de caráter secundário, haja vista a utilização de informações estatísticas realizadas pelo IBGE, bem como as informações retiradas da literatura da legislação em vigor.

Na atividade de campo, pretende-se adquirir informações para saber se os órgãos públicos estão prestando atendimento conforme determina a exigência legislativa, dados conseguidos através de entrevistas com os usuários dos serviços públicos: os surdos.

Diante das nuances acima discriminadas, as demandas relacionadas ocorrerão no sentido de comparar os comportamentos adotados pelos órgãos e instituições com a

regulamentação imposta pelo ordenamento legislativo vigente. Nesse sentido, assevera-se destacar que o direito à igualdade de oportunidade com os demais indivíduos é assegurado para todas as pessoas deficientes, não podendo elas sofrer qualquer tipo de discriminação⁵⁶ em razão da sua condição física, mental e sensorial⁵⁷.

Com o intuito de nortear o leitor sobre a abrangência do tema, foi realizada uma pesquisa de cunho bibliográfico para narrar a história da língua de sinais no Brasil e no mundo. Para isso, foi necessário utilizar os procedimentos literários como fontes em livros, artigos, trabalhos acadêmicos entre outros. Para ilustrar o universo de pessoas com perdas auditivas, foram utilizados levantamentos realizados pelo IBGE cujas sondagens apontam as regiões com maior incidência de pessoas com deficiência, a qual o trabalho se prevalece dos dados obtidos em relação aos surdos.

Para esclarecer a relação entre o regramento jurídico que aponta a obrigatoriedade de pessoas habilitadas em línguas de sinais para se comunicar com os surdos na sua primeira língua (que é Libras) em órgãos públicos, foi necessário apresentar a evolução no arcabouço normativo, que garante ao sujeito surdo de estabelecer comunicação em língua de sinais brasileira nas entidades da administração pública.

Buscando informações sobre a adequação do ordenamento legislativo vigente nos órgãos públicos, foi realizada uma entrevista livre por meio da técnica de grupo focal para extrair os dados sobre o acesso às informações desses órgãos mediante ao que foi estabelecido na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Esse acordo foi ratificado pelo Brasil após o Decreto legislativo nº: 186, que logo em seguida foi sancionado como o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

O método científico adotado resulta de experiências e observações o qual está fundamentado na perspectiva qualitativa na análise de uma premissa, em que parte de um estudo individual para alcançar a generalidade, uma vez que é desaconselhada a generalização no início da pesquisa: a comunidade surda e o uso possível de seus direitos. Assim, a pesquisa parte da análise das opiniões e depoimentos de integrantes da comunidade surda acerca do acesso a informações nos espaços públicos por meio da Língua Brasileira de Sinais utilizando o método indutivo.

⁵⁶ Nos moldes da lei: 13.146/2015 considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento, ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais das pessoas com deficiência, incluindo a recusa de adaptação razoável e de fornecimento de tecnologias assistidas.

⁵⁷ Conforme dispõe o artigo 4º do Estatuto da Pessoa com Deficiência da Lei n. 13.146/2015.

A abordagem é quantitativa, já que utilizará o levantamento do censo de 2010, como dados secundários, para justificar a importância ao alinhamento de condutas dos órgãos públicos com as diretrizes emanadas de norma legislativa vigente. A abordagem qualitativa ocorrerá no sentido de dimensionar e qualificar as informações prestadas pelo censo.

Sob o ponto de vista da natureza, pode-se classificar como sendo uma pesquisa básica estratégica tendo em vista aprofundar o conhecimento, respondendo questionamentos fundamentais para o entendimento do objeto pesquisado e difundir-las na esfera científica e na comunidade geral.

Quanto ao objeto da pesquisa em tela, pode ser classificado como descritiva, haja vista que descreve as características de um determinado grupo e estabelece relação entre as variáveis apresentadas. Além do mais, a pesquisa se propõe a observar, avaliar, registrar e interpretar um determinado problema sem que haja a interferência do pesquisador. Para a coleta de dados, foram utilizados elementos documentais cedidos pelo IBGE, análise bibliográfica, entrevistas livres em grupo focal, entre outros métodos.

O trabalho foi desenvolvido sob o amparo das bibliografias relacionadas com o tema, através de artigos, leis, livros, literatura estrangeira e pátria, dados de órgãos estatais e entrevista para alcançar a conclusão das análises. Diante disso, iniciou a pesquisa pela evolução histórica da língua de sinais no Brasil e no mundo até alcançar os dias atuais, a inclusão de surdos na sociedade e os movimentos sociais que fortaleceram a cultura surda.

Em plena harmonia, as exposições acima relatadas e com a finalidade de comprovar as informações já descritas, a pesquisa foi realizada com a coleta de dados como dito acima. Essa metodologia de investigação foi sugerida pela banca de qualificação com o objetivo de ouvir membros da comunidade surda acerca do pertencimento das pessoas com audição reduzida no desenvolvimento regional campinense.

Nesse sentido, a banca de qualificação constatou a importância de saber a opinião de alguns integrantes da comunidade surda acerca da acessibilidade, em vez de ouvir os órgãos públicos, uma vez que o objetivo do trabalho é fazer uma análise sobre o pertencimento dos surdos no desenvolvimento na região de Campina Grande/PB. A banca também recomendou que a coleta de informações fosse realizada através de entrevista livre com a participação dos surdos e membros da comunidade surda.

Para tanto, foi realizado o grupo focal com o intuito de saber o que acham os integrantes da comunidade surda sobre a acessibilidade por meio da língua de sinais na cidade de Campina Grande. Em princípio, o objetivo da dissertação era visitar alguns órgãos públicos para questionar seus gestores se em tais órgãos haveria a disponibilidade de servidores com habilidade em Libras ou intérpretes, para atender aos surdos consoante o que preconiza o Decreto legislativo 5.626 de 2005. Todavia, a banca de qualificação orientou para que ao invés de buscar informações nos órgãos públicos, a pesquisa proporcionasse espaço para os surdos expressarem as impressões sentidas na acessibilidade lingüística.

Na atividade de campo, as informações foram colhidas no sentido de saber se os órgãos públicos estavam prestando atendimento de acordo com a exigência legislativa estabelecida para os surdos. De tal modo, a coleta desses dados foi realizada por meio do método de grupo focal, ocasião em que os surdos expressaram suas opiniões em relação à ausência de inclusão social nos serviços de atendimento ao público.

A par disso, o orientador sugeriu que essa entrevista fosse realizada utilizando o método de grupo focal, o qual consiste numa técnica cujo objetivo é o de colher dados da pesquisa por meio de interações grupais. Para Gondim, esse método possui um caráter intermediário que se localiza em meio à entrevista e à observação participante. Além do mais, a autora acrescenta que essa técnica se constitui como uma “teoria construída indutivamente, a partir do interjogo contínuo entre coleta e interpretação dos dados” (2003, p. 152).

Nessa sistemática, é necessário que no grupo focal esteja presente uma pessoa para moderar o diálogo o qual, segundo Gondim, adota um caráter de facilitador do procedimento de discussão; com isso, o destaque se dá por meio de “[...] processos psicossociais que emergem, ou seja, no jogo de interinfluências da formação de opiniões sobre um determinado tema” (GONDIM, 2003, p. 151).

Gondim (2003) analisa que a técnica de grupo focal pode orientar uma confirmação de hipótese e avaliação da teoria destinadas para a aplicação prática. Além disso, a autora divide a técnica em três modalidades: exploratórios, clínicos e vivenciais. A primeira é a que foi adotada na presente pesquisa, tendo em vista que se destina à fabricação de conteúdos, ademais, a modalidade em comento “[...] tem como alvo a produção de novas ideias, a identificação das necessidades e expectativas” (GONDIM, 2003, p. 152).

Gondim apresenta que Morgan adota três modalidades diferentes para caracterizar os grupos focais: Grupos auto-referentes, como técnica complementar e como uma proposta multi-métodos qualitativos. Para o trabalho em tela, o primeiro grupo é o que será adotado haja vista que a população-alvo é a principal fonte de dados. Diante disso, ainda acrescenta que o método utilizado pelo grupo focal se perfaz no modo indutivo

Ao se presumir que as sessões dos grupos focais foram gravadas em vídeo e em se tratando do nível de análise grupai deve-se codificar as menções que aparecem em cada um, e isso pode ser realizado com base em categorias previamente elaboradas ou de modo indutivo a partir de todas as respostas produzidas no grupo. As menções e categorias são organizadas em núcleos temáticos que dão suporte a linhas de argumentação, que revelam de que modo os participantes dos grupos focais se posicionam diante do tema, foco da discussão (GONDIM, 2003, p. 155).

A autora ainda acrescenta que a pesquisa com grupos focais se perfaz seguindo algumas observações importantes a fim de preservar a privacidade dos participantes. Diante disso, a composição dos grupos é homogênea e/ou heterogênea e ainda adverte que o número de participantes pode ser fundamental para os dados colhidos na pesquisa. O recurso adotado (método do grupo focal) também é um importante instrumento para a extração de dados, e conforme os dizeres de Gondim, o local da realização da entrevista em grupo focal é um aliado fundamental, bem como a análise dos resultados e a postura adotada pelo moderador.

Para Borges e Santos (2005, p. 76), o “[...] moderador do grupo deve facilitar a interação grupal, enquanto um observador é encarregado de captar as informações não verbais”. É o moderador o responsável por recepcionar os participantes, criando um ambiente agradável com o escopo de deixá-los à vontade para se expressarem.

Os autores agregam ao debate que as estratégias na coleta dos dados em pesquisas apoiadas no uso de grupos focais são utilizadas para focalizar e formular questões mais precisas na pesquisa, além de “[...] complementar informações sobre conhecimentos peculiares a um grupo em relação a crenças, atitudes e percepções (...) desenvolver hipóteses de pesquisa para estudos complementares” (BORGES; SANTOS, 2005, p. 77). Assim, os levantamentos traçados no grupo focal podem ser utilizados no âmbito da pesquisa qualitativa ou quantitativa.

Neste aspecto, os autores salientam que nas pesquisas, avaliações de programas ou em projetos, o emprego do grupo focal possui uma dependência quanto aos objetivos almejados. Inferem que a aplicação do recurso metodológico em análise disponibiliza

ferramentas fundamentais para aproximar o pesquisador da população-alvo da pesquisa, além de “[...] contribuir para dar voz e vez a grupos que tradicionalmente não são ouvidos (quando não silenciados), ou quando são, sua escuta é feita sob a ótica do outro que não compartilha de suas questões e questionamentos” (BORGES; SANTOS, 2005, p. 79). Borges e Santos (2005) também advertem sobre o custo baixo ao empregar a técnica do grupo focal.

Esse mecanismo de coleta de informações é também considerado como um mecanismo voltado à compreensão dos problemas a partir dos pontos de vista dos grupos populacionais, conforme prelecionam Lervolino e Pelicioni. Esses autores complementam que o método em estudo permite um bom entendimento e redirecionamento dos programas incorporados nos anseios da população alvo.

Os autores alertam que o grupo em análise se propõe “[...] como forma de aproximação, integração e envolvimento com os participantes” (LERVOLINO; PELICIONI, 2001, p. 116). Neste entendimento, acrescentam que o método do grupo focal desenvolve um processo que se destina a compreender as experiências do grupo participante a partir do seu próprio ponto de vista.

Tratando das características essenciais do grupo focal, Lervolino e Pelicioni alertam que o método pode ser considerado como uma espécie de entrevista de grupo. Os autores (2001) consideram de natureza qualitativa os dados colhidos com o método de grupo focal, uma vez que há “[...] necessidade de analisar os dados também de forma qualitativa, ou seja, não há tratamento estatístico envolvido, mas um conjunto de procedimento que visam organizar os dados de modo que eles revelem” (LERVOLINO; PELICIONI, 2001, p. 118).

Diante da análise dos dados, os autores propõem duas maneiras básicas: sumário etnográfico e a condição dos dados via análise de conteúdo. Enquanto o primeiro se detém nas citações textuais dos participantes do grupo, o segundo se encarrega de apresentar uma descrição numérica das categorias diante das discussões. Contudo, os autores enfatizam que as duas análises não são excludentes, podendo utilizar ambas no mesmo relatório.

Além de utilizar o método de grupo focal como meio para colher os dados, a presente pesquisa também utilizou outros recursos a exemplo de análise de literatura, abordando principalmente as questões concernentes às leis destinadas a minimizar as relações de comunicação entre surdos e ouvintes.

Por conseguinte, a investigação descritiva foi adotada uma vez que objetiva retratar o assunto aqui abordado apresentando as características e, em seguida, analisar as variáveis definidas. Neste sentido, foram adotadas, no grupo focal, as ideias de expor, classificar e interpretar os fatos e os fenômenos advindos da pesquisa, descrevendo os dados colhidos tanto no âmbito da pesquisa bibliográfica como no da pesquisa de campo.

A abordagem pode ser caracterizada como sendo quali/quantitativa, uma vez que empregará o levantamento do censo de 2010 para explicar a importância do alinhamento de condutas dos órgãos públicos, com as diretrizes emanadas de norma legislativa vigente. A abordagem qualitativa ocorreu no sentido de dimensionar e qualificar as informações colhidas pelos dados disponibilizados pelo censo.

Nessa perspectiva, a amostragem populacional a ser pesquisada será a comunidade surda da região de Campina Grande, a qual concentra um número bastante expressivo de pessoas com deficiência auditiva (leve, moderada, severa e profunda). Os dados serão de ordem primária e secundária: a primeira se dá por meio da utilização dos dados obtidos através da entrevista realizada pelo grupo focal, enquanto a segunda utilizou dados disponibilizados pelo IBGE, que apresenta um levantamento sobre as deficiências de cada região do Brasil.

A análise foi realizada à luz da pesquisa de campo, com o objetivo de descobrir se as leis que exigem uma formalidade diferenciada no tratamento empregado aos surdos estão sendo exercidas. Em razão disso, foi necessário entrevistar pessoas surdas e ouvintes da comunidade surda, a fim de colher as informações necessárias para fundamentar a pesquisa.

4.3 Análises dos resultados coletados no grupo focal

O grupo focal aconteceu numa quarta-feira à tarde, no dia 22/05/2019, com início previsto para as 13h00min, entretanto só foi iniciado às 13h30min em razão do fortuito com a sala destinada para o evento. Ocorre que no dia em que a atividade estava programada, incidiram alguns imprevistos, os quais dificultaram a elaboração das ações planejadas para aquele encontro. O fortuito principal foi a paralisação das atividades na Universidade Estadual da Paraíba-UEPB, o que acarretou desistência de alguns surdos participarem da reunião, uma vez que temiam encontrar a Instituição de Ensino Superior com as portas fechadas.

O outro contratempo também muito expressivo ocorreu com o cancelamento da sala que estava marcada para a realização do encontro: 19 horas antes da efetivação da atividade, a concessão da sala foi cancelada sem que desse tempo para avisar a todos os convidados a transferência do espaço. Com a desmarcação da sala, por meio de ligação telefônica por parte da coordenação do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, foi necessário recorrer a outra sala no mesmo prédio em que foi arranjada a estrutura que estava programada para aquela ocasião.

Diante disso, a atividade foi realizada numa sala da aula improvisada, sem ar condicionado, sem equipamentos necessários para a apresentação de projetor data *show* e sem o conforto previsto para receber os convidados. A previsão era para que onze surdos pudessem participar do evento. Contudo, apenas dois compareceram ao local, de igual modo dois participantes da comunidade surda também se fizeram presentes sendo um intérprete de Libras e a mãe de uma pessoa surda, além da participação da pesquisadora e da mediadora e outra pessoa responsável pela gravação. O planejamento era a presença de onze surdos, de dois intérpretes de Libras e quatro pessoas ouvintes que são militantes da causa surda.

Os critérios para participação do grupo estavam pautados no conhecimento da importância da língua de sinais para os surdos, sobretudo o seu uso nos setores públicos. A proposta de adquirir o método de pesquisa qualitativa por meio do grupo focal era reunir além de surdos, os ouvintes que são membros da comunidade surda e intérpretes de Libras. Assim, os convites foram realizados por meio de aplicativo de mensagens, que conforme os participantes iam sendo convidados consequentemente confirmavam a presença ou justificavam a ausência no encontro. Logo em seguida os convites, foram confirmados por onze surdos, quatro ouvintes participantes da comunidade surda e dois intérpretes.

Com isso, o objetivo do grupo focal se concentrou em oportunizar a comunidade surda a contar as dificuldades encontradas cotidianamente nos órgãos públicos no município de Campina Grande/PB, pela falta de acessibilidade lingüística. A proposta inicial era dar voz e vez aos surdos em decorrência dos obstáculos vividos, ao passo que a descrição dessa análise de discussão fosse realizada de acordo com os pontos de vista representados na atividade focal.

Na abertura da atividade, quando se faziam presente os participantes, foi apresentado o estudo que estava sendo realizado e ofereceu espaço para que fosse relatada pelos participantes a realidade vivenciada nos ambientes públicos pelos surdos.

A proposta e as considerações dos participantes fluíram sem nenhum tipo de formalidade a ser seguida, por isso a conversa aconteceu com as características semelhantes a uma roda de conversa entre amigos. As manifestações dos participantes foram acontecendo de maneira aleatória, em que a oportunidade foi fornecida para a exposição das posições sem que exigisse vários questionamentos. Dessa forma, constituiu na apresentação do tema “Acessibilidade para Pessoas Surdas no Desenvolvimento de Campina Grande/PB” e, em seguida, foi aberto o espaço para a colocação dos participantes sobre o tema.

As impressões expressas pelos participantes serão descritas de acordo com o tempo das falas, seguindo de acordo com o exato acontecimento da entrevista. Por isso será possível ver assuntos sendo repetidos e alguns outros colocados em momentos diversos, fato que acontecerá para preservar a liberdade de fala dos integrantes do grupo focal.

Igualmente aconteceu no grupo focal, os temas foram surgindo de acordo com o desenvolvimento das falas dos participantes, por isso não serão agrupados por tema, mas descritos segundo o tempo das exposições.

Após as apresentações de praxe e para estimular a fala foi questionado no início se as pessoas surdas da região de Campina Grande/PB se sentem integrantes do desenvolvimento regional, social e econômico que repercute no município; se a região campinense disponibiliza meios capazes de tornar o surdo participante, por meio de políticas inclusivas para o surdo, na sociedade. Foi questionado se os surdos sentem-se participantes do crescimento da região de Campina Grande ou se sentem como apenas figurantes, mediante a ausência de políticas sociais que permitam acessibilidade de informações em setores públicos.

A entrevista foi filmada e gravada em todo o seu período de realização, contudo, para preservar a imagem e a privacidade dos entrevistados, estas imagens não serão disponibilizadas, mas, as falas estarão descritas e os participantes serão caracterizados pela seguinte classificação: entrevistada G, entrevistado P, entrevistada S, e, por último, porém não menos importante, o entrevistado H que figurou como intérprete no grupo focal. A entrevistada G é surda, casada, professora e atualmente está concluindo um mestrado; o segundo entrevistado, P, também é surdo, casado, possui uma filha e está atualmente cursando uma graduação; a terceira entrevistada é mãe de surda, ouvinte, casada, do lar e ativista dos direitos da comunidade surda; o último entrevistado é ouvinte, também atuante na militância surda, e é intérprete de Libras.

Inicialmente, foram apresentados o tema e o objeto da pesquisa para que todos compreendessem que as informações relatadas naquele espaço seriam utilizadas como objeto empírico para nortear a pesquisa, dessa forma, os dados coletados integraram os subsídios necessários para complementar a pesquisa.

O entrevistado H começou narrando a sua experiência em viagem recente pela Europa, ocasião em que esteve em contato com pessoas surdas desse continente e pôde constatar que em comparação com a Europa, a região de Campina Grande/PB está mais inclusiva no que se refere à inclusão de surdos no mercado de trabalho. Além disso, os surdos do município estão inseridos em espaços educacionais, uma vez que não encontrou nenhum surdo que tivesse algum tipo de atividade laboral na Europa. Os dados da fala de H respondem a questão apresentada, já que H fala de inclusão educacional e mercado de trabalho. Ainda, H constatou que, em termos educacionais, os surdos de Portugal estão começando a ingressar nas escolas e faculdades e que, em comparação, a Universidade Estadual da Paraíba - UEPB possui políticas inclusivas que promovem a acessibilidade dos surdos na educação. Dessa forma, considerou as ações adotadas pela UEPB mais eficazes do que as que conheceu em viagem a alguns países europeus.

O entrevistado P narrou que, certa vez, quando precisou de atendimento médico hospitalar, dirigiu-se a um hospital público na região de Campina Grande/PB e se deparou com problemas de acessibilidade, uma vez que teve dificuldade em se comunicar por meio da Libras. Lembra que, na ocasião, o médico que o atendeu era de especialidade de geriatria sem que tivesse conhecimento em língua de sinais, o que obrigou ao entrevistado P, que é surdo, ter que se comunicar pela escrita uma vez que era incompreendido quando usada da sua primeira língua, que é a comunicação em sinais. Todavia, mesmo utilizando a escrita para se comunicar, teve dificuldade de ser compreendido e de compreender, situação que acarretou insegurança no atendimento médico para o entrevistado P.

O participante P narra a situação ocorrida no hospital, contando que começou a ficar com vergonha e, como descreve:

Comecei a escrever, eu consigo escrever bem, mas mesmo assim não consegui ficar seguro. Era um médico, assim, geriatra e senti que o médico estava nervoso que explicava, mas, nada ficava claro para mim. Então, é melhor um intérprete sempre. Eu prefiro chamar um intérprete e, às vezes pago para um intérprete particular mas fico pensando: se eu tiver que pagar

um intérprete particular toda vez, para mim, para minha esposa e para a minha filha?”

O entrevistado P, narrando às dificuldades encontradas nos ambientes públicos pela inacessibilidade linguística imposta aos surdos, explica que tem conhecimento que existem leis que obrigam os órgãos públicos a fornecer intérpretes de Libras para a comunicação de pessoas surdas. Contudo, em certas ocasiões, P prefere pagar algum intérprete para acompanhá-lo prevendo um desconforto linguístico, do que passar por constrangimentos. O entrevistado ainda relata que em muitas ocasiões ele não possui recursos financeiros para pagar a um intérprete para acompanhá-lo, mas faz esforço para recompensar financeiramente já que não vislumbra outra alternativa.

Diante da enorme dificuldade de compreender e ser compreendido e, na tentativa frustrada de se comunicar por meio de mímicas que os ouvintes impõem pela ausência de habilidades em Libras, e além do visível constrangimento pelo que o entrevistado P frequentemente é submetido, prefere ter que pagar para um intérprete acompanhá-lo em alguns lugares que sabe que não haverá atendimento acessível. Muito embora seja consciente que o custo financeiro é muito alto para utilizar intérprete sempre que precisar se comunicar com um ouvinte, o entrevistado P também sabe que existem leis que garantem a ele atendimento em língua de sinais nas entidades públicas.

A entrevistada G relata que já teve vontade de processar a administração pública pela falta de pessoas capacitadas para atender aos surdos por meio da Libras. Contudo, ela se depara com outra problemática: quem vai interpretar os questionamentos dela no judiciário, se esse órgão também não possui pessoas habilitadas para se comunicar em língua de sinais com os surdos? Ela enfatiza que existem leis específicas que garantem a presença de intérpretes nos órgãos dos judiciários, acontece que nem mesmo o próprio Poder Judiciário garante o exercício dos direitos dos surdos a ter acesso às informações por meio da Libras.

Sobre o tema de acessibilidade de informações no Poder Judiciário, a entrevistada G destaca que a presença de intérpretes de Libras nesses órgãos só acontece em algumas capitais da federação, com raras exceções. Ela ainda acrescenta que, no Estado da Paraíba, a fim de minimizar a ausência de intérpretes nos organismos públicos, o governo estadual criou a Central de Interpretação de Libras⁵⁸ na cidade de

⁵⁸ A Central de Intérprete em Libras foi criada no ano de 2013 pelo ministério dos Direitos Humanos em que disponibilizou mobílias e recursos para algumas cidades do Brasil, desse modo, foi criada em

Campina Grande/PB. No entanto, narra que há dificuldade de conseguir um intérprete para acompanhar, já que necessita de pré-agendamento com no mínimo 48 horas de antecedência. Ademais, explica que pela quantidade alta de surdos e a baixa quantidade de intérpretes, os surdos sempre ficam na expectativa de conseguir uma vaga na lista de espera. Acrescentando aos dizeres da entrevistada G, o entrevistado P relembra que atualmente a Central de Interpretação de Libras se encontra fechada pela falta desses profissionais.

Tanto a entrevistada G quanto o entrevistado P afirmam que já procuraram diversas vezes a Central de Interpretação de Libras – CIL, mas às ocasiões em que chegaram a precisar do acompanhamento não encontraram intérpretes disponíveis, mesmo com agendamento marcado.

No momento da entrevista, foi questionado ao grupo sobre o acesso à informação e à comunicação dos surdos mediante o uso e difusão em Libras no Poder Judiciário. Em outras palavras: se há acessibilidade das pessoas surdas nos órgãos do judiciário na região campinense. O entrevistado P explica que em tais entidades não existem intérpretes disponíveis e nem pessoas habilitadas para se comunicar por meio da Língua Brasileira de Sinais. P destaca que a negligência do Poder Judiciário é patente, pois não disponibiliza atendimento em Libras para os surdos mesmo que requisitem, fato que afronta o mandamento legal, haja vista que desrespeita os direitos conquistados pelos surdos além do descumprimento do que a lei determina. O entrevistado P complementa ilustrando que quando se trata de um caso mais complexo, é necessário acionar o judiciário e, nestes casos, o surdo acaba contratando os serviços laborais de um intérprete.

Por conseguinte, o entrevistado P conta um pouco da sua história e frisa que quando morava na cidade de Recife, no estado de Pernambuco, trabalhou para a justiça eleitoral, na área de acessibilidade, explicando a importância da lei, legendas e regulamentos eleitorais para os surdos. Relata que os surdos que adquiriam as informações passadas por ele (em Libras) se sentiam prestigiados e inclusos no sistema eleitoral já que achavam que aquele gesto de explicar as leis em Libras proporciona uma relevância bastante significativa para esclarecer e tirar dúvidas sobre o regramento eleitoral.

Campina Grande por meio da parceria em que o Estado da Paraíba disponibilizou o espaço para o atendimento.

O entrevistado P acrescenta que conhece surdos que processaram alguns setores públicos e privados pela falta de pessoas capacitadas em Libras para intermediar o diálogo em língua de sinais. Exemplifica que conhecem pessoas que já processaram cinemas pela falta de legendas e de janelas de intérpretes em Libras. Ele ainda relembra que após o Estado de Pernambuco sancionar a lei que obriga a implantação de mecanismos de acessibilidade para surdos nos cinemas, impulsionou iniciativas para tornar tal norma um regramento legislativo federal.

Ao serem indagados sobre a acessibilidade de pessoas surdas no uso e difusão de Libras pertence ao atendimento policial no município de Campina Grande/PB, o entrevistado P explica que no passado já teve necessidade de registrar um Boletim de Ocorrência, mas diante da falta de pessoas habilitadas em Libras na delegacia, precisou contratar um intérprete para acompanhá-lo até a unidade de segurança pública para auxiliar na confecção do boletim.

Sobre a acessibilidade de pessoas surdas nos transportes regionais da cidade de Campina Grande, os motoristas e cobradores estão habilitados para atendimento inclusivo com os surdos. A entrevistada G expõe que atualmente não utiliza transporte público tendo em vista que faz uso de veículo particular, contudo, quando precisou utilizar em tempo pretérito, lembra que alguns motoristas tentavam se comunicar por meio de gestos e mímicas, ao passo que outros motoristas agiam com grosseria e os tratavam com preconceitos.

Sobre a inclusão de pessoas inaudíveis nas atividades de lazer na cidade de Campina Grande/PB, a entrevistada G alerta que, em alguns espaços há pessoas habilitadas em Libras e conseguem manter um diálogo acessível e inclusivo com os surdos. Todavia, a maioria dos lugares que frequenta não existe inclusão por meio de acessibilidade linguística. Os diálogos, em sua maioria, quando não estão presentes intérpretes, a conversação se dá através de mímicas, gestos e/ou escritas. Nos dizeres da entrevistada G, é difícil encontrar estabelecimentos comerciais que possuam pessoas habilitadas para atender aos surdos em Língua Brasileira de Sinais.

O entrevistado P relata que precisou pagar a fatura do cartão numa determinada loja e precisava tirar uma dúvida com um dos atendentes e, ocorreu que as pessoas com quem ele mantinha diálogo não compreendiam ao que ele dizia. O entrevistado relatou que utilizou de sinais básicos em Libras mas, mesmo assim não teve sucesso no diálogo, pois os atendentes ficaram apreensivos, nervosos e com medo por estarem naquela situação (dialogar com um surdo). Para diminuir a aflição dos atendentes, precisou

escrever os seus questionamentos, contudo não saiu satisfeito, pois não conseguiu ser compreendido e compreender as pessoas que estavam nutrindo um diálogo com ele, de modo que saiu da loja sem a informação desejada.

A entrevistada G expôs, por meio de um exemplo, uma situação constrangedora que aconteceu com ela quando precisou dos serviços de um correspondente bancário. Ao se dirigir para a cabine – que tinha a placa preferencial – ficou aguardando ser atendida. Ela relata que o vidro era muito escuro e não conseguia visualizar a outra pessoa que estava do outro lado do vidro, no balcão de atendimento. A entrevistada G conta que tinha uma passagem pequena embaixo do vidro para colocar a maquineta e um microfone com uma caixa na altura da boca. Acontece que ao esperar muito pelo atendimento percebeu que a operadora do caixa procurava dialogar com a entrevistada, mas pela falta de audição G não conseguia ouvir. Após um longo período de tempo, a atendente iniciou um diálogo por meio da escrita, situação muito constrangedora tendo em vista a quantidade de pessoas que presenciaram toda a situação.

Diante da narração do vexame a qual foi submetida à entrevistada, G desabafa sobre a necessidade dos membros da sociedade aprender a dialogar com os surdos por meio da língua de sinais. G defende que seja mais rigorosa a fiscalização para que haja, em todo estabelecimento comercial, pessoas habilitadas em Libras para conversar com os surdos. Aduz ainda sobre a relevância de todos os cidadãos conhecerem e praticarem a Libras, tendo em vista a dificuldade de encontrar intérpretes em todos os espaços públicos e privados e assim evitar a dependência de um profissional em língua de sinais para, conseqüentemente, fazer com que o surdo se sinta mais incluído na sociedade.

Sobre o pertencimento das pessoas inaudíveis no desenvolvimento da região de Campina Grande, a entrevistada G aponta que, como surda, ela se sente parte quando está convivendo dentro do seu espaço, ou seja, dentro da sua comunidade fora desse espaço, a entrevistada alerta que se sente excluída do desenvolvimento regional campinense. Explica que quando está em grupos de surdos no seu local de trabalho, a convivência com outras pessoas surdas ela se sente inserida porque está em companhia de pessoas com comportamentos e pensamentos semelhantes ao dela. Ao sair do seu espaço e longe da comunidade surda, ela se sente excluída da sociedade ignorada e desprezada pelos membros ouvintes que não conhecem a língua de sinais.

O entrevistado P diz sentir muita falta de acessibilidade nos órgãos públicos, uma vez que carece de inclusão social dos surdos na região de Campina Grande. Expõe que ao estar fora da comunidade surda, o acesso à informação se torna precário, haja

vista que faltam intérpretes até mesmo nos espaços de convivência social dos surdos. P alerta que, para o indivíduo surdo é muito angustiante viver isolado por causa da negligência de setores públicos em não capacitar agentes com a finalidade de atender aos usuários especiais em língua de sinais. Diante disso, o entrevistado P diz que não sente a inclusão social de surdos em Campina Grande/PB, pois percebe que há uma barreira capaz de impedir o convívio do surdo na sociedade campinense, seja por falta de pessoas habilitadas em língua de sinais, seja pela ausência de intérpretes de Libras nos espaços públicos.

Noutro espectro, a entrevistada G menciona que não tem “liberdade linguística” para frequentar alguns lugares muito embora sinta o desejo e a necessidade de fazê-lo, de modo que muitas vezes deixa de frequentá-los por não poder se expressar e, por isso, mesmo sentir-se incompreendida. Essa negligência com o uso da Libras promove o isolamento social do surdo, fato este que, muitas vezes, os deixa desconfortáveis quando têm a necessidade de estar em algum lugar onde não são acolhidos. Além disso, G acresce que é muito constrangedor, para o surdo, ter que se comunicar por meio da escrita, tendo em vista que existe lei que garante ao surdo um atendimento em língua de sinais. A entrevistada ainda acrescenta que é bastante desconfortável ter que expressar suas emoções por meio da escrita, ressaltando que nem todas as pessoas surdas têm o conhecimento necessário em Língua Portuguesa, o que muitas vezes leva à configuração de outro entrave relacionado à comunicação através do uso da escrita.

A entrevistada G também adverte que na associação de surdos ela se sente incluída, haja vista estar num ambiente destinado ao encontro e ao exercício de atividades com os surdos, muito embora frise que, também na associação, possui dificuldades por não haver sempre presente um intérprete em Libras.

O entrevistado P expressa que sente muita falta de intérprete ou de pessoas habilitadas em compreender o diálogo por intermédio da Libras nos locais em que mais necessita ser acolhido e compreendido, como é o caso da UPA, de hospitais, no judiciário, nas delegacias, nas secretarias de ensino e de saúde, nos lugares que proporcionam lazeres. Os órgãos públicos que deveriam ser os primeiros a implantar as políticas públicas emanadas por lei são essas instituições que, ao invés de preservar os direitos garantidos por legislação vigente, afrontam o direito conquistado após anos de lutas pela comunidade surda, relata o entrevistado.

Diante dessa situação de abandono social por parte dos órgãos estatais, o entrevistado P solicita que as autoridades possam consolidar o ensino de língua

brasileira de sinais nas escolas como sendo uma política pública, com o intuito de tornar a língua de sinais comum entre os membros de toda a sociedade. P esclarece que os surdos possuem muito interesse de fazer cursos para se profissionalizar para o mercado de trabalho, entretanto a maioria dos cursos ofertados não está disponível para os surdos, já que não possuem intérpretes de Libras, o que dificulta o exercício da cidadania em alguns institutos.

O entrevistado P enfatiza o diálogo informando que na região do Recife/PE os surdos estão melhor atendidos do que na cidade campinense, uma vez que as atividades estatais disponibilizam intérpretes para cursos quando o surdo se interessa em fazer sem que haja qualquer custo financeiro. Ele ainda acrescenta que a grande dificuldade dos surdos de se aperfeiçoar profissionalmente está na ausência de pessoas habilitadas no uso e difusão da língua de sinais para interpretar o conteúdo das aulas para Libras. P destaca que esse é um problema marcante na cidade de Campina Grande/PE, fato não encontrado nos outros grandes centros que conheceu.

O evento identificado como o “Maior São João do Mundo” é um marco de bastante relevância na cidade campinense, o que atrai turistas de vários países e impulsiona a economia. Todavia, os surdos também são atraídos para participar do evento pela proporção que a festa ganha em toda a região. Diante da notoriedade do festejo, a prefeitura de Campina Grande criou um espaço acessível para as pessoas com deficiência poderem participar da festa. No grupo focal, ao serem questionados acerca dessa acessibilidade, a entrevistada G contou que não frequenta o espaço, mas recorda que no período em que frequentou, tinha apenas um intérprete para todo o evento e para todos os dias, o que era inviável para atender a toda demanda de surdos que se concentravam naquele espaço.

Ao relatar sobre os locais mais inclusivos em Libras na região campinense, a entrevistada G destaca as igrejas como lugar com mais acessibilidade em língua de sinais. Demonstra que nos encontros religiosos sempre há vários intérpretes que se revezam e atendem aos interesses dos surdos na interpretação.

O entrevistado H destaca que as igrejas sempre tiveram um papel de destaque quanto à educação de surdos pelo método da língua de sinais. H ainda relembra que foi nos monastérios onde ocorreu inicialmente a educação em línguas de sinais para surdos, de modo que foram ensinados em outras disciplinas pelos líderes religiosos católicos, o que lhes proporcionou um considerável desenvolvimento social.

A entrevistada S, na condição de mãe de uma pessoa surda, relata como ela interpreta a acessibilidade dos surdos no desenvolvimento regional campinense e, como ela enxerga o aspecto inclusivo dos surdos na evolução social e econômica do surdo na região campinense:

Falta muito ainda para fazer! Né? É uma luta que vem de tempo! Sente-se que está começando a criar uma visibilidade, sim, agora. Sabe? Está começando, agora a pouco. Está começando a despertar a sociedade (...). Está se falando mais agora na mídia depois, agora, que a mulher de Bolsonaro mostrou, assim, que a causa que ela já vinha..., que ela já trabalhava nisso..., e ela aproveitou o momento, né? Para tornar mais público e mais notório, vamos dizer assim, né? Público e notório! É tanto que ela usou a Libras até na posse, né? Assim, a gente sabe que èhh (...). Essa influência, né? ela desperta interesse também ao redor, né? porque ai já foi notado que alguém que chegou no estágio que ela chegou, primeira-dama, né? De qualquer maneira mulher do presidente isso mexeu, né? Com as estruturas assim, que [trecho inaudível] falaram que todas essas leis que está lá foi criada, mas falta ainda legalizar e normalizar. Tem muita coisa ali que precisa normalizar. Por que fica [trecho inaudível] lá e precisa de algumas normas para entender como acontece de verdade a inclusão para não ficar e achar que aquilo ali só seria a presença, mas observar (...) é (...) sabendo o que está fazendo. (...) O estudar a cultura e identidade e fazendo uma (...) de fato, porque que isso não acontece de fato. No caso dela (*a filha de S*) ela é muito assim, tem muito perfil para militar e lutar, né? Por que isso é muito bom devido a isso que ela (*a filha de S*) desde criança ela (*a filha de S*) foi e entendeu, se entendeu como surda que tem uma cultura e ela (*a filha de S*) sabe que tem que aprender o português e que ela (*a filha de S*) não é obrigada a ser influente em português o que ela (*a filha de S*) puder também aprender ela vai, mas (...) Os ouvintes têm uma cultura de achar que o surdo ele tem que saber português obrigatoriamente como um ouvinte, pode acontecer dele desenvolver o português porque isso é importante na questão da escrita, mas que é [trecho inaudível] de aprender o português ela (*a filha de S*) precisa sim primeiro prender a língua a primeira língua da cultura dela, é mais importante e que toda criança surda ela tem assim o direito de aprender na sua primeira língua principalmente nas séries iniciais junto, com o português. Ai cada um com a sua habilidade e seu interesse vai adquirindo também o português. Mas ela (*a filha de S*) só acha que só vai se desenvolver se, a língua se ela sendo, se ficar de igual para igual com o português (...). Não é que a língua (...). Que oh (...). A Libras vai ficar inferior não! Ela (*a filha de S*) diz vai ter que ser respeitada como uma língua igual ao português ai ela acha que andando juntos com essa visão, quando começar, quando a educação começar a vim com essa visão mesmo, para ver inserida a Libras a partir das primeiras séries mesmo com o português e vai depender ... é por que a Libras ela é independente também, mas ela (*a filha de S*) precisa do português para a segunda língua (...). Porque pelo fato de viver dentro do mundo de ouvintes então precisa sim de uma referência. Mas assim (...). E a gente nota que (...) é tanto que agora ela (*a filha de S*) ta fazendo agora o quinto período de letras libras, né? Ehh (...) ela (...) tem um sonho mesmo né? De ensinar (...). Porque ela (*a filha de S*) disse que realmente vai ensinar (...) ela como professora surda e (...) ela tanto vai poder ensinar a ouvintes mas principalmente ela vai saber e sentir o prazer de ensinar a uma criança surda na língua da Libras (...) né? Ela (*a filha de S*) teve essa oportunidade na EDAC, mas a gente sabe que a EDAC tem essa questão (...) na Libras ela se desenvolveu muito e também com os surdos (...) é tanto que ela (*a filha de S*) sentiu, né? que depois teve que sair da EDAC para justamente buscar essa outra parte que seria a busca pela segunda língua e buscar dentro da cultura de ouvintes, se não, ela (*a filha de S*) poderia ter ficado lá ...ela achava que se ficasse ali ela iria ficar numa redoma. Só ali junto com os surdos e ali não

podia se desenvolver e também mostrar como a Libras não tem que estar a parte, não. Ela (a Libras) tem que estar na sociedade também e haver essa interação. Se não, isso não é inclusão. Ela (*a filha de S*) acha importante ter a escola bilíngue, né? A questão da escola bilíngue. Ela (*a filha de S*) é do lado que a escola bilíngue deve prevalecer e eu como mãe, né? Sempre senti as dificuldades. Ela (*a filha de S*) não sentiu tanto por que como eu vim junto com ela aprendendo querendo e me interessando por ela, né? É tanto que eu deixei até de realizar alguns projetos, vamos dizer pessoais, por que eu sabia que se eu deixasse poderia que atrapalhasse um pouquinho essa minha caminhada junto com ela. Até um ponto que eu sei que agora ela (*a filha de S*) pode ir. Eu cheguei a toda segurança que ela (*a filha de S*) agora está preparada para conviver no mundo, no mundo mesmo, é (...) sem ter muito preconceito (...) por que ela (*a filha de S*) é bem firme no que ela quer. Que ela (*a filha de S*) tem noção assim de como ela é (...). O papel dela aqui dentro da sociedade. Ela (*a filha de S*) também não se sente inferior então ela está preparada para enfrentar as dificuldades e ela acredita que no futuro vai ser possível sim. É começar a diminuir essas dificuldades, mas entende também que falta ação governamental para isso. É (...). Às vezes, assim, tem muitos projetos que a gente sabe que existe, mas não tem muito apoio. Falta muito apoio. *[trecho inaudível]* A gente acha que por falta desse entendimento de que a Libras sim deverá ser incluída no projeto curricular da educação que é isso que ela (*a filha de S*) quer que seja inserida a partir das primeiras séries e ao mesmo tempo se tornar uma disciplina para que os ouvintes também aprendam, pelo menos o básico, depois se quiser seguir para aprofundar mais seria de cada um. Mas, as primeiras séries deverão *[trecho inaudível]*(...). E essa questão a gente ver todos os dias, a gente se depara com essa realidade de falta de acessibilidade. Por isso eu até digo, tá aí acessibilidade, acessibilidade, mas não tem. Porque é como eu sempre acompanhei então ela (*a filha de S*) não teve essa *[trecho inaudível]* e teve essa dificuldade, mas a partir de agora ela (...) se eu for ótimo, mas também se eu não for ela (*a filha de S*) diz deixe que eu vou e chegar lá eu vou exigir, né? Por que, assim, Ela (*a filha de S*) acha que eu tenho não obrigação de ir, eu vou como mãe, mas não profissionalmente é tem que haver a acessibilidade para ela (*a filha de S*). Que eu vou, mas ela (*a filha de S*) acha errado. Por que eu vou, por que eu posso até ir, eu posso saber, mas é para mim, não é obrigado eu ir não (...). Ai quando é médico a gente tem que ir porque a gente não vai deixar, não vai esperar acontecer para poder, logo médico é coisa mais séria, né? Mas, a gente chega, pronto eu mandei um vídeo para Manu de algo que nunca aconteceu comigo, mas uma amiga minha e amiga dela a mãe mês passado foi a UPA e não tem, né? Não tem o intérprete, né? E queria impedir da mãe entrar junto com ela por que ela realmente é de maior mas o médico não queria que ela entrasse aí e ela ficou muito indignada e na hora mandou o vídeo para mim(...)*[trecho inaudível]*. Ai no intervalo que ela fez tudo isso eles aceitaram que ela entrasse com a menina (...) *[trecho inaudível]*. Essa questão da acessibilidade não existe. Essa acessibilidade não existe de fato, mesmo para se sentir seguro, confortável de chegar e ser bem recebido, né? De forma assim natural e digna (...) por que, assim, a partir do momento que isso acontece é a dignidade que está em jogo né? Por que eles já vão constrangidos e vão com medo, tensos, é tem a questão deles estarem lá algo que na hora de chamar até para chamar né? Tem aquela questão que fazem a triagem e depois fica chamando então se ele chamar ele só e não tem um intérprete para (...) como é que eles vão ouvir também? Pode passar por despercebido uma informação importante. E então assim (...) é obrigatório e necessário, é uma obrigação necessária, não tem como fugir disso. Ai tem que realmente fazer isso acontecer é essa situação que vem de muito tempo, depois dessa abertura de acessibilidade, mas, assim, precisa sim que as pessoas entendam. É tipo assim, parece que ainda não entenderam ainda, não entenderam o que é acessibilidade. E no caso do surdo é falta de comunicação, simplesmente a comunicação que é em Libras que é a primeira língua né? *[trecho inaudível]* Outra coisa que eu acho

interessante quando eu chego muitas pessoas até perguntam: ela (*a filha de S*) não sabe ler não e nem escrever? Sabe, mas assim, tudo o que você for fazer (...) eles também tem uma língua que é Libras (...) a éhh. “Eu acho tão bonito Libras e eu sou doida para aprender”, só faz dizer que é bonita ... “ah eu fico olhando eles assim, chega que eu fico (...) paro para pensar (...) É tão bonito ser” ...ai eu digo: realmente é linda a Libras! [*trecho inaudível*] (...). E achar também que todos oralizam, também, tem essa questão, eles acham as duas coisas, né? Espera do surdo isso. Eles esperam isso, né? E vai deixando a Libras como é que não vale nada, que não é comunicação. Essas duas coisas: que sabe ler e que oraliza. Ai é um problema. É mesmo, e eu acho válido e fico muito feliz quando eu vejo que tem pessoas que se interessam pelo tema. (...) [*trecho inaudível*]. Na AACD, por exemplo, que é um centro referenciado e não tem, ai o surdo ‘J C’ me pediu para ir com ele, aquela história, ai quando eu cheguei lá tinham mais surdos e ficaram felizes quando me viram por que eles sabiam que eu pelo menos, né? Ai ficaram felizes, ai eu fiquei mais um pouco por que ficaram ainda dois sem ser atendidos ai eles falaram: tu vai ficar? Ai eu respondi; eu fico. (...) por que achou um ai para marcar e queria era (...) Por que acham que eles querem marcar para audiometria, primeiro por que é surdo, deixa que ele queria para um médico ortopedista que ele estava sentindo uma dor na coluna ai ele foi a procura, tava sentindo muita dor na coluna ai elas falaram:” ai mulher, é audiometria que ele quer?” Ai eu disse: não é não! Ele quer um médico (...) tem médico especialista? Tem médico, mas só que tem que marcar para, todo jeito tinha que marcar para a ‘fono’ ai a ‘fono’ vai solicitar (...) éhh (...) não, vai pedir ao médico para solicitar, eu não entendi por que de todo jeito tem que marcar para ela (a fonoaudióloga), ai depois ai ela(a fonoaudióloga) encaminha ele para o especialista, para um outro especialista, bem demorado né? Mas, ai foi assim eu percebi que iria ser ou aquela questão de escrever ou ia ficar (...) por que eles insistem mesmo até a pessoa entender, mas ia demorar né? Por que eles ficam constrangidos, né? [*trecho inaudível*] Eles querem até impor, “é isso o que você quer” (*em relação as pessoas que não sabem Libras*), ai o surdo diz não, não. Ai até entender (...). Eu percebi que o problema é bem sério mesmo. Ai eu disse: aqui que é um centro especializado era essencial ter um intérprete ali, nera?(informação verbal).

Atualmente, a comunidade surda possui muitos projetos favoráveis aos surdos, explica a entrevistada S, entretanto, ao mesmo tempo lhes falta apoio, talvez pela falta de entendimento dos setores públicos acerca da necessidade de inserção da língua de sinais na rotina das entidades públicas e empresas privadas. Além disso, insere a sua fala que uma das alternativas para minimizar a falta de acessibilidade seria incluir a disciplina de Libras nas séries fundamentais das escolas públicas e privadas, e depois aprofundar por meio das outras séries ou cursos extracurriculares, igualmente como acontece com as disciplinas de inglês e espanhol que são ofertadas nas séries iniciais nas escolas de ensino fundamental.

A entrevistada S, embora conclua que os surdos, ao se dirigirem a algumas repartições públicas fazem isso com um grande temor, constrangidos e com bastante medo, destaca que os surdos ao chegarem nesses espaços para buscar atendimento não conseguem ser compreendidos, razão por que sentem profunda insegurança para ir a alguns lugares que não possuem intérpretes sem a companhia de um ouvinte.

Além disso, quando o surdo está no atendimento médico, pelo fato de o agente público desconhecer a língua de sinais ou mesmo sem que esteja presente um intérprete de Libras, pode deixar de dar a atenção necessária a uma informação importante.

Por fim, o entrevistado P alerta para a quantidade de leis que existem no universo legislativo, que garantem direitos fundamentais aos surdos de se expressarem na sua primeira língua, e são bastante salutares. Entretanto, se deparam com a falta de políticas públicas eficazes para minimizar as barreiras impostas pela ausência de políticas sociais destinadas para a inclusão de surdos no contexto dos espaços públicos e profissionais dos entes privados. Nas localidades de espaço para lazer, faltam legendas e informações em Libras, como é o caso dos cinemas e programas de televisão, muito embora alguns veículos disponibilizem legendas que são, muitas vezes, indecifráveis pela falta de contexto, além de apresentar erros crassos nas escritas.

As falas acima retratam, pela ótica da comunidade surda, os enfrentamentos que os membros desse corpo social se submetem cotidianamente. Diante das afirmações suscitadas acima, é possível fazer uma análise sobre a qualidade de vida a que a pessoa surda está submetida.

Desse modo, as reflexões sobre a vivência social do surdo aliada à qualidade de vida, refletida por Sen (2010), definem que o sujeito desfruta e proporciona do alargamento de liberdade como expansão das capacidades. Com isso, o autor mostra que o desenvolvimento se sobrepõe a partir de uma posição que permite aperfeiçoamento na qualidade de vida.

4.4 Reflexões proporcionadas pelos dados coletados

O vocábulo desenvolvimento possui vários arranjos e está interligado a vários setores da sociedade, sendo utilizado para demonstrar que um determinado fenômeno está em ascensão. Para tanto, é primordial depreender a quem o desenvolvimento quer alcançar e para qual finalidade. No contexto desse estudo, infere-se que o desenvolvimento aqui perseguido é o de âmbito regional, sobretudo a avaliação de desenvolvimento do município de Campina Grande frente à inclusão social de pessoas visuais por meio da acessibilidade linguística para os surdos.

Diante de tudo o que já foi descrito antes, será que podemos falar em desenvolvimento regional sem que todos os indivíduos que ali pertencem estejam incluídos nas atividades desenvolvimentistas? Em presença de tal argumento, é

imprescindível verificar que participantes da comunidade surda que estiveram presentes no grupo focal, afirmaram que na maioria dos órgãos públicos de Campina Grande/PB não existe a presença de intérpretes e nem pessoas capacitadas para se comunicar em língua de sinais com os surdos que procuram atendimento. Em razão disso, pode-se considerar equivocado deduzir que o desenvolvimento regional é uma realidade, sendo que setores da sociedade não estão inseridos nesse desenvolvimento.

Como preleciona Sen (2009, p. 16), “[...] o desenvolvimento pode ser visto como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam”, contrastando com os estudos levantados por economistas que atrelavam ao crescimento exponencial do PIB. Entre os vários tipos de liberdades que Amartya Sen registrou na obra “Desenvolvimento como Liberdade”, destaca-se para essa pesquisa a capacidade que o indivíduo possui para participar de decisões e de se expressar livremente.

Para o teórico, existem diversas formas de privação da liberdade e entre elas se destacam a falta de acesso a bens públicos essenciais como a falta de educação, saúde, segurança, ausência de políticas públicas e de informação. Em harmonia a isso, o autor defende que sejam removidos os principais fatores de privação de liberdade e complementa que “[...] no que se refere a outras privações de liberdade, a um número enorme de pessoas diversos países do mundo são sistematicamente negados a liberdade política e os direitos civis básicos” (SEN, 2009, p. 30).

Nessa simetria, a expansão de oportunidades sociais é requisito básico para que a estrutura do mercado evolua no desenvolvimento de um país. Em virtude disso, Sen destaca que a criação de oportunidades através de políticas públicas pelo Estado, é bastante significativa para a promoção dos direitos sociais de participação da vida pública. Com essa postura, julga que “[...] os direitos políticos e civis, especialmente os relacionados à garantia de discussão, debate, crítica e dissensão abertos, são centrais para os processos de geração de escolhas bem fundamentadas e refletidas” (SEN, 2009, p. 202).

O autor do mesmo modo avalia que a liberdade política é proporcionar liberdade de expressão e participação às pessoas, e a garantia de que elas serão atendidas (SEN, 2009, p. 58). Com isso, a capacidade da população pode ser aumentada pelas políticas públicas e, em contrapartida os indivíduos possuem uma função primordial no direcionamento dessas políticas.

Qual o interesse de alcançar um desenvolvimento sem que todos os sujeitos estejam inseridos? Diante do questionamento aqui ventilado, podemos decompor os

vários tipos de desenvolvimento que o município conquistou durante décadas. Se comparada a região de Campina Grande em termos tecnológicos, comercial, econômicos e industriais, há um século, por exemplo, algumas pessoas poderão confirmar que houve um desenvolvimento. Essa realidade poderá se apresentar divergente quanto à comunicação e acesso a informações em órgãos públicos nas relações com pessoas surdas. Diante disso, ao explicar “desenvolvimento para quem e para quem?”, torna-se imprescindível segmentar os interesses e os agentes a quem o desenvolvimento quer alcançar.

No grupo focal, foi externado pelos participantes que a cidade de Campina Grande possui um número bastante expressivo de pessoas inaudíveis e, por isso, há conscientização da necessidade do uso da Libras por parte da população, contudo a esfera pública pouco tem feito para minimizar as barreiras linguísticas impostas. Dessa forma, ficou evidenciada nas manifestações dos participantes, a ausência da administração pública em promover capacitação de servidores públicos, bem como há carência na disponibilização de intérpretes nesses locais.

Através das informações obtidas na entrevista livre, ficou confirmado pelos participantes que os mesmos não se sentem incluídos no desenvolvimento regional de Campina Grande, uma vez não possuem acesso às informações e, conseqüentemente, serem tolhidos os direitos de fala, já que se tornam impedidos de expressar-se livremente e de participar de debates e decisões públicas.

Nesse sentido, é oportuno observar que quase vinte e um mil indivíduos que possuem dificuldades auditivas em Campina Grande e dentre elas quase cinco mil pessoas que são consideradas inaudíveis, recebem atendimento e informações em desacordo com as legislativas vigentes. Em outras palavras, mesmo a norma jurídica garantindo que os surdos terão resguardados o direito de receber tais serviços em Libras, tais regramentos são negligenciados pelo Poder Executivo.

Diante do exposto, infere-se que os surdos que estão integrados na comunidade surda e possuem a identidade surda como cultura se tornam sujeitos mais independentes e sociáveis, uma vez que unidos conquistam maior espaço e respeitabilidade na sociedade hegemonicamente de ouvintes. Dessa forma, refletir acerca da valorização da cultura surda admite o entrosamento dos surdos no convívio social, e estima a luta por maior reconhecimento e respeito dos surdos no seio da sociedade.

Por muito tempo da história os surdos, foram estigmatizados como pessoas sem direitos, muitas não podiam viver em sociedade e ficavam se escondendo e trancafiados

dentro de casa. Com os avanços nas pesquisas, visualizaram que a perda auditiva na audição não era motivo determinante para o sujeito surdo viver à margem da sociedade, e com o passar do tempo o surdo foi inserido na vida social cotidiana. Em função disso o surdo começou a frequentar espaços públicos e escolas locais em que pode conviver com outras pessoas nas mesmas condições e assim compartilhar atendimentos iguais.

A partir do convívio com o surdo compartilhando espaços em comum originam núcleos de convivência que mais tarde se chamariam de comunidade surda, as quais iriam compartilhar de características próprias advindas da falta de audição, o que ganhariam *status* de identidades, igualmente acontece com todo grupo social quando os hábitos vão sendo divididos e os costumes se tornarão em cultura.

Diante do exposto histórico, podemos refletir que o surdo adquiriu identidade, cultura e comunidade própria igualmente a qualquer outro povo em outra civilização, em tempos pretéritos. Os estudiosos que negam a cultura, comunidade e identidade surdas as criticam afirmando que elas só existem em decorrência da modalidade vivida pelos ouvintes, e que os surdos vivem com os mesmos costumes dos ouvintes, sendo estes adaptados aos que seriam considerados como uma espécie de compensação para os surdos.

Sobrevém que as culturas brasileiras, americanas e mexicanas também se espelharam em costumes europeus para se firmarem como culturas. Porém, é incabível dizer que uma só existe em virtude da outra. Podemos inferir que a cultura dos surdos é influenciada pela cultura ouvinte, inevitavelmente, já que dividem os mesmos espaços. Outrora, afirmar que uma depende da outra para existir e que há relação de hierarquia entre elas, além de equivocado, é desconsiderar a história de todas as outras culturas firmadas desde o surgimento do mundo.

No embate legislativo, os surdos conquistaram o direito de se comunicar por intermédio da Língua Brasileira de Sinais – Libras, a qual foi garantida pela lei 10.436/02. Essa lei garante que o uso e difusão da Libras alcance os serviços de atendimento ao público devendo disponibilizar, no mínimo, cinco por cento dos funcionários para se comunicarem com os surdos usando a língua de sinais.

Ocorre que o avanço legislativo necessita da atuação de todos os poderes para que, de fato, a lei possa ser cumprida. No caso em debate, os atores estatais que deveriam funcionar como fiscalizadores da lei se recusam a reivindicar posturas mais eficazes dos órgãos, no que tange ao atendimento de pessoas visuais.

Sobressaem as recomendações advindas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que, injustificadamente, excluem a obrigatoriedade de os magistrados dialogarem com os surdos por meio da língua de sinais, mas obrigando os surdos a manterem contato por meio da escrita. Todavia, o CNJ obriga os funcionários que façam um curso de Libras para proporcionar um atendimento equânime para as pessoas surdas.

A dicotomia normativa se manifesta antes mesmo de sair do gabinete de alguns gestores, que fazem da acessibilidade um instrumento de inclusão, um mecanismo de isenção de condutas para com os magistrados, contradizendo os princípios de tratamento isonômico a todos que procuram a justiça.

Neste cenário, pode-se deduzir que a lei não é para todos – ou melhor, não é para ser cumprida por todos –, fato que promove um sistema de segregação dentro do processo de inclusão. Com base nisso, insta refletir qual o papel do Poder Executivo na capacitação dos servidores das instituições públicas, onde leis, decretos, resoluções e recomendações primam por legitimar a comunicação com os surdos por meio da Libras. No entanto, falta a uma parcela dos casos, a determinação dos órgãos responsáveis para disponibilizar o curso de Libras para seus colaboradores, isto é o exemplo que vem do Poder Judiciário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso do presente estudo possibilitou uma análise de como os órgãos públicos no município de Campina Grande/PB atuam diante de um atendimento inclusivo para com os surdos. Para tanto, foram utilizados relatórios disponibilizados pelo IBGE, com referência de 2010, segundo os quais a quantidade de pessoas com alguma necessidade especial supera um quarto da população campinense, enquanto na Paraíba a quantidade de pessoas alcança quase um quinto.

Em conformidade ao levantamento do IBGE, Campina Grande/PB comporta mais de vinte mil habitantes com algum tipo de insuficiência auditiva, entre eles estão os surdos e os deficientes auditivos. Em face disso, a pesquisa se propôs a explicitar se o comportamento de setores públicos, nesse município, está voltado ao atendimento inclusivo para com as pessoas que requerem a comunicação por meio da Língua Brasileira de Sinais - Libras.

A proposta inicial está fundamentada em levar informações aos surdos, ouvintes e especialmente autoridades locais, a respeito dos obstáculos encontrados pelos surdos quando necessitam de informações ou de atendimento em setores públicos. O grupo alvo da pesquisa são os ouvintes que desconhecem os aspectos da comunidade e cultura surda, uma vez que as pessoas inaudíveis já convivem com a falta de atendimento adequado constantemente. Por isso, pretendeu-se apresentar, nesse espaço, um pouco das dificuldades superadas pelos surdos e, nessa perspectiva, proporcionar uma empatia entre os ouvintes e essa realidade nos ambientes públicos.

Diante de tal atendimento, muitos surdos requerem a comunicação na primeira língua, que é a Libras, porém muitos servidores, a fim de nutrir um diálogo produtivo, utilizam da escrita para essa comunicação. Acontece que a legislação brasileira vigente garante atendimento isonômico aos surdos, ou seja, que a comunicação seja realizada por meio da língua de sinais. É oportuno destacar que o ordenamento legislativo brasileiro garante a todos os cidadãos que buscarem, ser conferido o direito à informação, e quando se tratar de uma pessoa surda, as informações repassadas deverão ser ofertadas na modalidade em que o surdo se sentir mais confortável.

Ocorre que nem todos os servidores, gestores e público no geral têm o conhecimento sobre a cultura surda e os entraves linguísticos que os inaudíveis são submetidos cotidianamente, quando pretendem utilizar serviços públicos de cunho

essencial. Na maioria das vezes isto acontece, pela falta de conhecimento adequado sobre a cultura e identidade surda. Por esse motivo muitos ouvintes recorrem, equivocadamente, à escrita para se comunicar com os surdos.

A aquisição em gramática para os surdos é diferente do aprendizado dos ouvintes. Enquanto estes aprendem a ler pelo ouvir a junção de letras e sílabas, os surdos adquirem esse mesmo ensinamento pela formação visual das palavras. Evitei abordar este assunto com maior profundidade, tendo em vista que foge do objetivo do trabalho. Trago esta informação apenas para que o leitor compreenda que a escrita e a leitura de texto não são uma circunstância inerente da pessoa humana: independente de ser surdo ou ouvinte, é necessário um aprendizado preliminar para ler ou escrever.

Em virtude disso, acrescentei a seguinte informação para anunciar aos leitores que os surdos não se sentem acolhidos linguisticamente quando têm que renunciar à fala em línguas de sinais para se expressar por meio da escrita, quando existem garantias legais para que o surdo tenha tratamento isonômico e adequado nos órgãos do poder público.

Como ouvinte, eu não conhecia as particularidades da cultura e da identidade surda, muito embora possuísse admiração pela língua de sinais, e nesse universo de novos conhecimentos percebi que outras pessoas semelhantes a mim também a admiram e desconhecem os aspectos linguísticos e culturais das pessoas visuais, os surdos. Para alcançar a esses indivíduos, permiti traçar, brevemente, conceitos que julgo serem pertinentes para a compreensão das particulares da comunidade surda.

Foi a partir desse vácuo de pesquisas na área de acessibilidade de pessoas surdas por meio da inserção da língua de sinais em órgãos públicos campinenses, que destaquei aspectos para que o leitor entendesse o objeto da pesquisa com maior profundidade. Em razão disso, julguei como necessário apresentar um pouco da história do surdo e elencar os avanços da legislação, bem como ratificar a população surda: números estatísticos sobre a formação populacional e os arranjos realizados por setores da sociedade para minimizar as tensões vividas por seus integrantes surdos.

Neste sentido, fiz breves comentários para situar o leitor quanto aos termos cultura, identidade e comunidade surda; propus-me a explicar como se originou o termo bilinguismo e apresentei brevemente as abordagens utilizadas para a educação e a comunicação dos surdos: oralização, bilinguismo e comunicação total.

A despeito disso, foi tentado enfatizar o estudo desses temas com o objeto dessa pesquisa, uma vez que é possível inferir que na própria expressão “desenvolvimento”,

subentende-se que já se trata de um ato inclusivo, ou seja, sem a inclusão social é inviável falar sobre desenvolvimento.

Para embasamento teórico, Amartyan Sen contribuiu de maneira significativa para a compreensão do desenvolvimento. O autor demonstrou que para adquirir o desenvolvimento no âmbito social, é necessário a garantia de liberdade política, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. Nesse contexto, Sen advertiu que a contribuição do desenvolvimento tem de ser julgada não apenas pelo aumento de rendas privadas, mas também pela expansão de serviços sociais que o crescimento econômico pode possibilitar.

Assim sendo, para Sen o desenvolvimento não está ligado exclusivamente a fatores econômicos, outras questões como acessibilidade, educação, saúde pública e demais direitos sociais são importantes na caracterização do grau de desenvolvimento de uma nação.

Com efeito, elegi como importante para o leitor, o conhecimento acerca de algumas definições da comunidade surda para a compreensão do tema. Desse modo, igualmente busquei explicar, sucintamente, o desenvolvimento direcionado para a bifurcação de três elementos básicos para a sua compreensão: Estado; políticas públicas e movimentos sociais. Evitei, contudo, estender-me sobre esses assuntos, uma vez que, no próprio programa de pós-graduação, já havia vários estudos que abordavam, com profundidade, tais temas.

A relevância no tema “acessibilidade para pessoas surdas no desenvolvimento de Campina Grande-PB” reflete como um assunto muito repercutido pelos integrantes da comunidade surda. Um conteúdo presente cotidianamente na realidade do surdo, porém pouco difundido por setores da sociedade, principalmente pelos gestores de organismos públicos. Esse desprezo público por parte de agentes públicos muitas vezes é pautado na falta de conhecimento legislativo sobre o caso e pela ausência de empatia com o outro.

Diante dos apontamentos aqui delineados, espera-se que a valorização da cultura surda seja efetivada não só entre os inaudíveis, mas por todos os setores da sociedade, visto que os surdos, no decorrer do processo histórico, foram bastante prejudicados, principalmente nos aspectos culturais e linguísticos. Assim, a inclusão transita no reconhecimento legal em comunicação em Libras, e o envolvimento de uma postura mais acolhedora dos ambientes públicos na cidade de Campina Grande/PB.

Por esses motivos, o estudo se apresentou como relevante para o meio acadêmico e para a sociedade, já que apresentou obstáculos a serem removidos pelos

gestores públicos da cidade de Campina Grande/PB, com o propósito primordial de fornecer aos usuários surdos um tratamento igualitário na rede pública de atendimento.

Para proporcionar um atendimento público isonômico para todos com vista a promover um desenvolvimento no âmbito social, é necessário reconhecer quem são as pessoas que estão sendo ignoradas e quais os recursos necessários a serem implementados a fim de diminuir as barreiras existentes.

Mediante isso, as informações coletadas foram essenciais para realização do levantamento das pessoas a serem beneficiadas por programas de acessibilidades. Os dados do IBGE não deixaram dúvidas quanto à necessidade dos órgãos públicos se adequarem para proporcionar um atendimento mais acessível e inclusivo, uma vez que a quantidade de pessoas que necessitam de um tratamento diferenciado e isonômico é bastante expressiva. No total de indivíduos com alguma perda auditiva, foram contabilizadas pelo órgão censitário, 20.936 (vinte mil, novecentos e trinta e seis) pessoas, sendo que entre elas 592 (quinhentas e noventa e dois) pessoas não ouvem absolutamente nada e precisam de atendimento diferenciado, isonômico e inclusivo.

Após o levantamento da quantidade de pessoas atingidas pela falta de atendimento inclusivo, de qualidade e isonômico, se fez imperioso traçar os mecanismos já realizados, no intuito de verificar se os entraves foram minorados. Do mesmo modo, foi basilar considerar as políticas públicas já existentes.

A reunião de informações foi bastante relevante quanto aos dados fornecidos pelos institutos de pesquisa censitários e os legislativos. Essas informações adquiridas pela pesquisa de cunho bibliográfico, e confrontados na pesquisa de campo, permitiram chegar ao resultado esperado: que muitos órgãos públicos em Campina Grande/PB deixam de promover a acessibilidade de surdos por meio da Libras, em seus ambientes.

Ao realizar o grupo focal como mecanismo de colher dados através de entrevista livre, os participantes relataram que frequentam espaços públicos, e a falta de intérpretes e de pessoas habilitadas em Libras nesses ambientes é uma realidade constante. Todos os participantes do grupo focal foram categóricos em afirmar que não há o auxílio de intérpretes nesses locais, e na maioria das vezes quando não levam uma pessoa para intermediar o diálogo, os surdos passam por constrangimentos. Um dos participantes do grupo focal contou que já pensou em processar a administração pública do município, mas deixou de fazer porque não vislumbrou essa possibilidade, já que nem mesmo no judiciário ele encontrou atendimento adequado.

A entrevista com perguntas abertas conseguiu mostrar a situação dos surdos em relação ao acesso às informações por meio da Língua Brasileira de Sinais. Para mais, também foi evidenciado que os usuários do sistema público em questão possuem muito conhecimento sobre os seus direitos, o que ajuda a justificar o fato de se reunirem constantemente para reivindicar seus direitos junto às autoridades competentes.

Dessa forma, os objetivos que foram propostos no início dessa atividade foram esclarecidos, quanto à premissa do desenvolvimento e sua aplicação ao alargamento das capacidades sociais da pessoa surda. Foi explicado, de maneira repetitiva, a realidade social dos surdos frente ao atendimento público.

Quanto à entrevista por meio de grupo focal, a quantidade de participantes não foi o esperado. Estava previsto uma reunião com mais de 15 participantes, mas em razão da paralisação realizada no dia em que foi marcado o grupo focal, alguns integrantes acabaram faltando. Mesmo com o grupo reduzido, a reunião foi bastante proveitosa, já que os participantes tiveram tempo suficiente para relatar suas experiências e exprimir suas opiniões. Não foi possível desmarcar a reunião, uma vez que a comunicação do cancelamento da sala e da paralisação aconteceu de um dia para o outro e o lanche e as lembrancinhas já haviam sido encomendados.

O espaço em que foi realizada a reunião ocorreu de modo improvisado, e também ficou a desejar em termos de conforto. Era uma sala sem ar condicionado, o que provocou muito calor em todos. Além disso, o aparelho de data show apresentou problemas e as imagens que seriam disponibilizadas para as reflexões deixaram de ser exibidas. Estava acontecendo uma obra no prédio próximo ao local da entrevista, o que provocou incômodo sonoro, interferindo na captação do áudio gravado.

Consoante a tudo o que já foi descrito anteriormente, a avaliação das políticas públicas descritas acima foge do objetivo principal dessa pesquisa, que é avaliar o uso de língua de sinais nos órgãos públicos do município de Campina Grande. A avaliação minuciosa de cada uma dessas políticas acarretaria tempo e espaço não disponível nessa pesquisa. Já que diante das ações descritas anteriormente, apresentam que na área educacional as reivindicações de pessoas surdas estão sendo atendidas, sobretudo de forma inclusiva.

Refletindo entre as políticas públicas implementadas e que foram descritas nesse trabalho, verifica-se que a de maior relevância para a comunicação e informação dos surdos por meio da Libras em entidades públicas, foi a Central de Interpretação de Libras- CIL.

Essa central surgiu com a finalidade de minimizar a incompetência linguística que os órgãos públicos apresentam no atendimento para com as pessoas surdas. Como já explicado, os surdos necessitam, em muitos casos, do apoio de um intérprete para se comunicar com ouvintes, contudo muitas entidades não privadas ainda não corrigiram essa barreira linguística, por isso que o CIL consegue minimizar esse entrave.

Ocorre que, conforme relatos da comunidade surda, existe uma carência de intérpretes no órgão para o enfrentamento das ações, e diante disso muitos surdos ficam sem o atendimento devido. Consoante aos dizeres legislativos, essa barreira linguística deveria ser corrigida no âmbito interno de cada órgão, porém na ausência dessa ferramenta, as ações desenvolvidas pelo CIL se apresentam como um instrumento bastante relevante para a comunicação de surdos e para o acesso de informações em entidades públicas.

Outro dado bastante relevante a ser destacado e que não pode passar despercebido, é o fato de que existem leis que garantem reservas de vagas em seleções públicas para pessoas com deficiências. Contudo, em algumas seleções de pós-graduações essa porcentagem não tem sido respeitada. É o que acontece, por exemplo, com o Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba.

Nas linhas de pesquisa da citada pós-graduação, fala-se em desenvolvimento, políticas públicas e cultura, mas os exercícios dos seus discursos não saem do papel. Para a reserva legal mínima de cinco por cento, o ideal seria dividir essa porcentagem mínima por categorias de deficiências, tendo em vista que cada tipo possui uma especificidade. Assim, todas as limitações seriam respeitadas de acordo com as suas necessidades, e tornariam o programa mais inclusivo.

Neste cenário, percebi que o programa de pós-graduação em Desenvolvimento Regional – UEPB, de acordo com as informações disponíveis no site <http://pos-graduacao.uepb.edu.br/ppgdr/dissertacoes-turma-2013/disseratacoes-e-teses/> (data de acesso: 09/06/2019), não apresenta pesquisa que trate sobre a relevância da língua de sinais para a comunidade surda. Nessa perspectiva, nas dissertações das turmas: 2009 (13 dissertações publicadas), 2010 (15 dissertações publicadas), 2011 (17 dissertações publicadas), 2012 (21 dissertações publicadas), 2013 (16 dissertações publicadas), 2014 (12 dissertações publicadas) e 2015 (01 dissertação publicada), não foram encontradas pesquisas publicadas nessa área.

Nesse sentido, como é possível falar em um programa de pós-graduação em Desenvolvimento Regional, se em toda a história nunca houve um projeto que incluísse pessoas surdas, através de mecanismos de acessibilidade. Na turma de 2017, por exemplo, dos 21 alunos matriculados, nenhum dos estudantes eram surdos ou apresentaram algum tipo de deficiência.

Avaliando esses números estatísticos e a quantidade de pessoas que ingressaram no programa (uma margem de 150 a 200 pessoas, partindo do pressuposto de que a cada ano entram, no mínimo, 15 alunos no mestrado, em 10 anos de programa teremos no mínimo 150 alunos matriculados), podemos observar que o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional falha em relação aos aspectos inclusivos em favor de pessoas com deficiência, sobretudo quanto a indivíduos surdos.

Deste ensinamento, primam que há necessidade de diminuir a desigualdade dentro de um grupo aparentemente igual. Para isso, as autoridades responsáveis ainda não compreenderam que Campina Grande/PB possui grande potencial para oferecer cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* na área de língua de sinais, especialmente com a finalidade de atender aos alunos que estão se formando em Letras Libras e em cursos superiores semelhantes.

Ainda é oportuno destacar que a reafirmação da cultura surda poderia ser iniciada na educação básica, nas escolas, em que a disciplina de Língua Brasileira de Sinais seria inserida no curricular educacional. Nesse sentido, garantiria que as crianças ouvintes passassem a ter o contato com a cultura surda e a língua em sinais, da mesma forma que as disciplinas de inglês e de espanhol são introduzidas em séries iniciais da educação básica. Vale salientar que no Congresso Nacional está em tramitação um projeto de lei 2040/11, que trata a respeito da incorporação da disciplina de Libras na educação básica.

A oferta de cursos em Língua Brasileira de Sinais, aliada às recompensas financeiras para os agentes públicos que realizassem cursos de Libras, seria uma solução viável para minimizar a lacuna linguística dos órgãos públicos em Campina Grande/PB. Bem como solicitar o curso básico de comunicação em Libras para o ingresso nos concursos públicos, tornando-se uma exigência do edital, o curso em Libras para ocupação em cargo público.

Como sugestões para uma futura evolução da pesquisa, é possível fazer vários estudos sobre a qualidade da pessoa surda quanto ao gênero e à condição econômica, tendo em vista que um surdo advindo de famílias financeiramente abastadas tende a

possuir um tratamento diferenciado na educação, em comparação com os surdos que são considerados de família de renda baixa. Várias são as nuances capazes de serem objetos de estudo, mas, apesar disso, deixo de trabalhá-las nesse momento por falta de espaço, evitando que a pesquisa além de muito extenso fique enfadonho.

A baixa qualificação profissional exigida para o surdo em relação aos cargos que são destinados para os surdos são temas de ordem bastante relevante para a sua vida profissional. Sei da importância de falar sobre o tema do surdo profissional e sobre o acesso ao trabalho, melhores condições de vida, profissões mais qualificadas, baixos salários, entre outros temas bastante relevantes. Todavia, deixo de tratar desses temas pelo mesmo motivo acima apresentado. Além disso, foi sido necessário restringir o estudo para apresentar a comunidade surda e os entraves impostos, pela falta do uso da língua de sinais em órgãos públicos da cidade campinense.

No presente estudo, dediquei-me a expor para o leitor as dificuldades enfrentadas pelos surdos quanto à inserção do uso da língua de sinais no convívio com ouvintes. Para isso, limitei-me a abordar aspectos históricos, legislação (para contar os avanços conquistados) e falas das pessoas que compõem a comunidade surda.

Nada obstante, é oportuno destacar que muito ainda falta ser feito para tornar o surdo incluído na sociedade campinense e participante do desenvolvimento regional. Assim sendo, os surdos continuam sendo tratados como estrangeiros em seu próprio país, embora hajam dispositivos legais e decretos que lhes garantem o acesso à informação e à comunicação em lugares públicos.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. **Os jovens e sua vulnerabilidade social**. 1º ed. São Paulo: AAPCS – Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária, 2001.

ALMEIDA, Wolney Gomes. Org. **Educação de surdos: formação, estratégias e prática docente** [online]. Ilhéus, BA: Editus, 2015, 197 p. ISBN 978-85-7455-445-7. Available from SciELO Book. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/m6fcj/pdf/almeida-9788574554457.pdf>>. Acesso em dez. 2019.

ALPENDRE, Elizabeth Vidolin. **Concepções Sobre Surdez E Linguagem e a Aprendizagem De Leitura**. Secretaria De Estado da Educação do Paraná Superintendência da Educação Diretoria de Políticas e Programas Educacionais Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE. Hilton José Silva de Azevedo (Prof. Dr. Orientador). Curitiba, 2008. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/417-4.pdf>>. Acesso em 27 de Nov. 2019.

ARRIENS, Marco Antônio. **1º Congresso Internacional dos surdos- 1889, Paris**. Blog Sobre Acessibilidade, 2011. Acessível em: <<https://sobreaaccessibilidade.wordpress.com/2011/03/07/1%C2%BA-congresso-internacional-dos-surdos-%E2%80%93-1889-paris/>>. Acesso em abril de 2019.

BESERRA, Ingrid Karla da Nóbrega. MELO, Laura de Arruda. SOUZA, Luiz Henrique Braúna Lopes de. **A perspectiva histórica do movimento surdo e sua constituição como forma de movimento social**. V Colóquio de História. 2011.

BISOL, Claudia. A. VALENTINI, Carla Beatris. **Cultura Surda. Objeto de Aprendizagem Incluir** – UCS/FAPERGS, 2011. Disponível em <http://www.grupoelri.com.br/Incluir/downloads/OA_SURDEZ_Cultura_Surda_Texto.pdf>. Acesso em abril de 2019.

BORGES, Camila Delatorre; SANTOS, Manoel Antônio dos. **Aplicações da técnica do grupo focal: fundamentos metodológicos, potencialidades e limites**. Rev. SPAGESP, Ribeirão Preto, v. 6, n. 1, p. 74-80, jun. 2005. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702005000100010&lng=pt&nrm=iso>. acesso em abril de 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Vade mecum. São Paulo: Ridel, 2014.

BRASIL. Decreto Legislativo Nº 3.298/1999. Brasília, 20 dez. 1999. **Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: 11 fev. 2019.

BRASIL. Decreto Legislativo Nº 5.296/2004. de 2 de dezembro de 2004. Brasília: 02 dez. 2004. **Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000 [...]**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm. Acesso em: 1º fev. 2019.

BRASIL. Decreto Legislativo Nº 5.626/2005. Brasília, 22 dez. **Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 03 fev. 2019.

BRASIL. Decreto Legislativo Nº 186/2008. **Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituição/Congresso/DLG/DLG-186-2008.htm. Acesso em: 10 fev. 2019.

BRASIL. Decreto Legislativo Nº 6.932/2009. Brasília: 11 ago. **Dispõe sobre a simplificação do atendimento público prestado ao cidadão [...]**. 2009. Disponível em: <http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislação/818612/decreto-6932-09> Acesso em: 02 fev. 2019.

BRASIL. Lei n. 3.198/1957. Brasília, 06 jul. 1957. **Denomina Instituto Nacional de Educação de Surdos o atual Instituto Nacional de Surdos-Mudos.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3198.htm>. Acesso em: 08 fev. 2019.

BRASIL. Lei n. 7.853/1989. Brasília, 24 out. 1989. **Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17853.htm>. Acesso em: 08 fev. 2019.

BRASIL. Lei n. 9.394/1996. Brasília, 20 dez. 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 25 nov. 2019.

BRASIL. Lei n. 10.048/2000. Brasília, 08 nov. 2000. **Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110048.htm>. Acesso em: 08 fev. 2019.

BRASIL. Lei n. 10.098/2000. Brasília, 19 dez. 2000. **Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.** Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L10098.htm>>. Acesso em: 08 fev. 2019.

BRASIL. Lei n. 10.406/2002. Brasília, 10 jan. 2002. **Institui o Código Civil.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm>. Acesso em: 08 fev. 2019.

BRASIL. Lei n. 10.436/2002. Brasília, 24 abr. 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm>. Acesso em: 08 fev. 2019.

BRASIL. Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014, **aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acessado em 25 de Nov.de 2019.

BRASIL. Lei n. 13.146/2015. Brasília, 06 jul. 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 08 fev. 2019.

BRASIL. Lei n. 13.409/2016. Brasília, 28 dez. 2016. **Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm>. Acesso em: 08 fev. 2019.

BRASIL. **Ministério da Educação e Cultura.** 2004. Disponível em: http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/funcional/lista_cursos.asp. Acesso em: 02 fev. 2019.

BRASÍLIA. Câmara dos deputados. Projeto de Lei PL 2040/2011. **Acrescenta art. 26-B à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para estabelecer condições de oferta de ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras), em todas as etapas e modalidades da educação básica.** Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=515874>>. Acesso em: 07 nov. 2019.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Nação, Estado e Estado-Nação.** O processo histórico do desenvolvimento econômico: ideias básicas. EESP/FGV, 157, dezembro 2006. Versão 17 fev. 2019.

BRITO, Fábio Bezerra de. **O movimento social surdo e a campanha pela oficialização da língua brasileira de sinais.** 2013. 275 f. Tese (Doutorado) – faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Surdez, linguagem e cultura.** Cad. CEDES, Campinas, v. 19, n. 46, p. 41-56, Sept. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32621998000300005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 29 Nov. 2019.

CAPELLA, Ana Claudia N. **Perspectivas Teóricas Sobre o Processo de Formulação de Políticas Públicas.** BIB, São Paulo, n. 61, 1º semestre, 2006.

CARTILHA do censo 2010. **Pessoa com Deficiência/** Luiza Maria Borges Oliveira/ Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR)/ Secretaria

Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD)/ Coordenação-Geral do Sistema de Informações sobre a Pessoa com Deficiência; Brasília: SDH-PR/SNPD, 2012.

CASTRO JÚNIOR, Glaucio. **Cultura surda e identidade: estratégias de empoderamento na constituição do sujeito surdo**. In: ALMEIDA, WG., org. Educação de surdos: formação, estratégias e prática docente [online]. Ilhéus, BA: Editus, 2015, pp. 11-26. ISBN 978-85-7455-445-7. Available from SciELO. Book <<http://books.scielo.org>>. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/m6fcj/pdf/almeida-9788574554457.pdf>>. Acesso: em 25 de Nov. 2019.

CASTRO, Mary Garcia. ABRAMOVAY, Miriam. **Juventudes no Brasil: Vulnerabilidades negativas e positivas**, 2004. Trabalho apresentado no I Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP, realizado em Caxambu – MG – Brasil, de 18 – 20 de Setembro de 2004. Disponível em: <http://www.alapop.org/alap/images/PDF/ALAP2004_295.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2019.

CAVALCANTI, Wanilda Maria Alves. **Fundamentos da Educação de Surdos**. In: Evangelina Maria Brito de Faria; Marianne Carvalho Bezerra Acavalcante. (Org.). Língua Portuguesa e Libras: teorias e práticas. 1ªed. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2010, v. 1, p. 85-112.

CHIELLA, Vânia Elizabeth; LOPES, Maura Corcini; GUEDES, B.; TOSO, C.; FRONZA, C. SPONCHIADO, D.; MARJANA, G. **Libras e cultura surda em foco: reflexão sobre identidades culturais**. In: Lopes, Maura Corcini. (Org.). Cultura Surda e Libras. 1ª Ed. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2012, v. 1, p. 101-107.

CENTRAL DE INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS. **Central de Interpretação de Libras de Campina Grande**. Disponível em: <<https://cilcgparaiba.wixsite.com/libras>>. Acessado em 20 de novembro de 2019.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução nº: 27**, 16 de dezembro de 2009. Disponível em: <<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/atos-normativos?documento=873>>. Acesso em 21 de Nov. de 2019.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução nº: 230**, 22 de junho de 2016. Disponível em: <<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2301>>. Acesso em 21 de Nov. de 2019.

COUTINHO, Denise Maria Duarte. **O intérprete da LIBRAS -um Olhar sobre a Prática Profissional Rever o Passado, Olhar o Presente para Pensar no Futuro**. Seminário Desafios para o Próximo milênio (2000, Rio de Janeiro, RJ). . Seminário Desafios para o Próximo milênio, 19 a 22 de setembro de 2000/ (organização) INES, Divisão de Estudos e Pesquisas - Rio de Janeiro.

DIAS, Jefferson Aparecido; DEVIDES, José Eduardo Costa. A crise econômica do Brasil e o desenvolvimento sob a ótica de Amartya Sen. Direito e Desenvolvimento. **Revista do Programa de pós-graduação em direito, mestrado em direito e**

desenvolvimento sustentável. ISSN: 2236- 0859. Recebido: 15/12/2017, Aprovado: 26/04/2018. Direito e Desenvolvimento, João Pessoa, v. 9, n. 1, p. 212-222, jan./jul. 2018.

DUARTE, Soraya Bianca Reis et al. **Aspectos históricos e socioculturais da população surda. História, Ciências, Saúde**– Manguinhos, Rio de Janeiro, v.20, n.4, out.-dez. 2013, p.1713-1734. v .20, n.24, out.--juenz. .2 2013, p.6.15731-36-7137 34 História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro.

DUPAS, Gilberto. **O mito do progresso;** ou progresso como ideologia. São Paulo: Editora: UNESP, 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, 1910-1989. **Miniaurélio Século XXI Escolar:** O minidicionário da língua portuguesa; coordenação de edição, Margarida dos Anjos, Marina Baird Ferreira; lexicografia, Margarida dos Anjos *et al.* 4. Ed.rev. ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. Tradução: Julio Assis Simões. **Cadernos de campo**, São Paulo, n° 14/15, p. 213-139, 2006.

FREY, Klaus. (2000). **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil, Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, n. 21, p. 211-260, jun. 2000. Acesso em: 25 nov. 2019.

FURTADO, Celso. **Elementos de uma teoria do subdesenvolvimento.** Cinquenta anos de pensamento na Cepal / C517 organização, Ricardo Bielschowsky; tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GALVÃO, Andrea. **Os Movimentos Sociais da América Latina em questão.** Revista Debates. Porto Alegre, v.2, n.2, p.8-24, jul-dez. 2008.

GIANINI, Eleny. **Professores surdos de Libras: a centralidade de ambientes bilíngues em sua formação.** 2012. 204 f. Tese (doutorado em educação) Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/14413/1/ElenyG_TESE.pdf>. Acesso em 30 de outubro de 2019.

GOFFMAN, Erving. (1975). **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes (Trad.). Quarta edição. Rio de Janeiro: LTC.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais: Paradigmas clássicos e Contemporâneos.** São Paulo: Edição Loyola, 1997.

GONDIM, Sônia Maria Guedes. **Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos.** Paideia (Ribeirão Preto), Ribeirão Preto, v. 12, n. 24, p. 149-162, 2003.

GUERRA, Lemuel Dourado. SILVA, Jairo Bezerra. **Cultura e desenvolvimento: uma visão crítica dos temas ao debate.** In: Brasileiro, MDS, MEDINA, JCC.

HAUTRIVE, Giovana Medianeira Fracari. **Língua brasileira de sinais** [recurso eletrônico]: Libras. – Santa Maria/RS. UFSM, NTE, 2019. 1 e-book. Disponível em: <https://www.ufsm.br/orgaos-suplementares/nte/wp-content/uploads/sites/358/2019/06/MD_LIBRAS_diagrama%C3%A7%C3%A3o-final_isbn.pdf>. Acesso: em 24 de Nov. de 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA E GEOGRAFIA [IBGE]. **Censo demográfico 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2011. (Estudos e Pesquisas: informação demográfica e socioeconômica, n. 28). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: mar. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTATÍSTICA E GEOGRAFIA [IBGE]. **Brasil 500 anos de povoamento.** Rio de Janeiro: IBGE, 2000. p. 21. (Estudos e Pesquisas: informação demográfica e socioeconômica, n. 28). Disponível em: <<https://brasil500anos.ibge.gov.br/estatisticas-do-povoamento/evolucao-da-populacao-brasileira.html>>. Acesso em: mar. 2013.

KRAEMER, Graciele Marjana. **Identidade e Cultura Surda.** In: Maura Corcini Lopes. (org.). *Cultura Surda & Libras.* 1 ed. São Leopoldo: Unisinos, 2012, v., p. 79-86.

LARAIA, Roque de Barros, 1932- **Cultura: um conceito antropológico** / Roque 14.ed. de Barros Laraia. — 14.ed. — Rio de Janeiro: Jorge "Zahar Ed., 2001.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional esquematizado.** 18 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

LERVOLINO, Solange Abrocasi; PELICIONI, Maria Cecília Focesi. **A utilização do grupo focal como metodologia qualitativa na promoção da saúde.** Rev. esc. enfer m. USP, São Paulo, v. 35, n. 2, June 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v35n2/v35n2a03>> Acesso em abril de 2019.

LODI, Ana Cláudia Balieiro. **Ensino da língua portuguesa como segunda língua para surdos: impacto na Educação Básica.** Língua brasileira de sinais – Libras. Uma introdução. UAB-UFSCar- Universidade Federal de São Carlos. 2011

LOPES TERCEIRO, Francisco Martins. **Deafhood: Contribuição de Paddy Ladd à Educação Bilíngue para surdos.** Curitiba, 2018. Orientadora: Profª Drª Sueli Fernandes. Dissertação (mestrado em Educação) – setor de Educação da Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <<https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/trabalhoConclusaoWS?idpessoal=42585&idprograma=40001016001P0&anobase=2018&idtc=1369>>. Acessado em 25 de novembro de 2019.

MASSON, Nathalia. **Manual de Direito Constitucional.** 4ª edição, revis., atual., e ampl. Bahia: Editora JusPODVIM. 2016.

MELLO, Vanessa Scheid Santanna de; SCHUCK, Maricela. **Comunidade surda: um espaço de fortalecimento da cultura surda**. CAPÍTULO 10. In: Lopes, Maura Corcini. (Org.). *Cultura Surda e Libras*. 1ª Ed. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2012, v. 1, p. 101-107.

MELUCCI, Alberto. **Um objetivo para os movimentos sociais?**. Lua Nova, São Paulo, n. 17, p. 49-66, June 1989. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451989000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso: em 27 Nov. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451989000200004>.

MOTA, Célia. **Prisioneiros do Silêncio: Livro Reportagem sobre a Comunicação Relegada**. Célia Mota Universidade de Cuiabá – UNIC. 2011. Disponível em: <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/fonseca-celia-prisioneiros-do-silencio.pdf>>. Acessado em 23 de novembro de 2019.

MOURA, Maria Cecília de. **Atendimento Educacional Especializado: Estudante Surdo** – Reflexões sobre a Identidade, Cultura e Comunidade. Surdez e Educação Inclusiva / Claudia Regina Mosca Giroto; Sandra Eli Sartoreto de Oliveira Martins; Ana Paula Berberian (Org.). – São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2012.

MULLER, Pierre; SUREL, Yves. **A análise das políticas Públicas**. Pelotas: EDUCAT, 2004.

MUNEIRO, Maria de Lourdes. **Práticas sociais interativas de alunos com surdez no contexto da sala de aula de pós-graduação: contribuições da sociometria** / Maria de Lourdes Muneiro. – Campinas, SP: [s.n.], 2016. Orientador: Cesar Aparecido Nunes. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

PARAÍBA. **Lei Complementar nº92, de 11 de dezembro de 2009**. Institui a Região Metropolitana de Campina Grande e dá outras providências. João Pessoa. Disponível em: http://emplasa.sp.gov.br/Cms_Data/Sites/EmplasaDev/Files/fnem/arquivos/Legisla%C3%A7%C3%A3o%20Regi%C3%B5es%20Metropolitanas/Paraiba/RM_Campina_Grande.pdf. Acesso em: 16 nov. 2019.

PARAÍBAONLINE.COM . Secretários municipais de CG recebem representantes da Associação de Surdos. **Da Redação com Codecom/CG. Paraibaonline.com.br**. Publicado em 10 de abril de 2019 às 8:48. Disponível em: <https://paraibaonline.com.br/2019/04/secretarios-municipais-de-cg-recebem-representantes-da-associacao-de-surdos/>. Acesso: em 25 de Nov. de 2019.

PEREIRA, Maria Cristina da Cunha. **Formação de Profissionais na Área da Surdez na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**. Seminário Desafios para o Próximo milênio (2000, Rio de Janeiro, RJ). . Seminário Desafios para o Próximo milênio, 19 a 22 de setembro de 2000/ (organização) INES, Divisão de Estudos e Pesquisas - Rio de Janeiro.

PERLIN, Gladis. “**Identities Surdas**”. In: SKLIAR, C. (org.) A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

PERLIN, Gladis T.T. **O Ser e o estar surdo: alteridade, diferença e identidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. Tese (doutorado)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós- Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2003. Skliar, Carlos Bernardo. II. Título.

PINHEIRO, Rodrigues Carlos. **Contribuições do programa etnomatemático para o desenvolvimento da educação financeira de alunos surdos que se comunicam em libras** [manuscrito]. 2017. 284f.:Il color; grafs; tabs. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Exatas e Biológicas, Departamento de Matemática. Programa de Pós-graduação em Educação Matemática.

POKER, Rosimar Bortolini. **Abordagens de ensino na educação da pessoa com surdez**. Libras a distância. UNESP. Módulo II: teórico. Marília/SP, 2011. Disponível em < https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/Libras/mec_texto2.pdf > Acesso em: abril de 2018.

QUADROS, Ronice Muller; PERLIN, Gladis (Org.). **Estudos Surdos II**. 1ed. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2007. V.1. 267p.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. En libro: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro 2006. pp.227-278. Disponível em:< http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf>. Acesso em: 28 de Nov. de 2019.

RAMOS, Antônio Gomes da Silva. **Breve Estudo Sobre Surdos-Mudos**. Dissertação inaugural apresentada á **Escola Médica-Cirúrgica do Porto**. PORTO. IMP. C. VASCONCELLOS R. DA PICARIA, 35. 1906.

RAMOS, Clélia Regina. **Libras: a Língua de Sinais dos Surdos Brasileiros**. RJ: Arara Azul-2004. Disponível em < <http://www.editora-arara-azul.com.br/pdf/artigo2.pdf>>. Acesso em: abril de 2018.

REILY, Lucia. **O papel da igreja nos primórdios da educação dos surdos**. Revista Brasileira de Educação, v. 12, p. 308-326, 2007.

RIBEIRO, Leandro Guimarães. **O núcleo de educação especial da Uepb- Nedesp [manuscrito]: práticas inclusivas nos territórios da educação especial**. Campina Grande /PB, 2017. 54p. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em história). Universidade Estadual da Paraíba. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/14368/1/PDF%20-%20Leandro%20Guimar%20c3%a3es%20Ribeiro.pdf>>>. Acesso: em 20 de Nov.de 2019.

ROCHA, Manoel Ilson Cordeiro. **Estado e Governo: Diferença Conceitual e Implicações Práticas na Pós-Modernidade**. Revista Brasileira Multidisciplinar, [S.l.], v. 11, n. 2, p. 140-145, jan. 2008. ISSN 2527-2675. Disponível em: <

<http://revistarebram.com/index.php/revistauniara/article/view/183/151>>. Acesso em: 27 nov. 2019.

RODRIGUES, Marta Maria Assunção. **Políticas Públicas**. São Paulo: Pubifolha, 2010.

RUA, Maria das Graças. ROMANINI, Roberta. **Para prender políticas públicas**. Volume 1: conceitos e teoria. 2013. Curso on line de políticas públicas. IGEPP- Instituto de Gestão Economia e Políticas Públicas.

SÁ, Nídia Regina Limeira de. **Cultura, poder e educação de surdos**. São Paulo: Paulinas, 2006.

SABINO, Alexssandro Brabosa. **História e memória da Educação da EDAC [manuscrito]: práticas de cultura escolar no contexto da educação de Campina Grande (1990-2015)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação. 2017, 42p.

SACKS, Oliver. **Vendos Vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SANTANA, Ana Paula. BERGAMO, Alexandre. **Cultura e Identidade Surdas: encruzilhada de lutas sociais e teóricas**. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 26, n. 91, p. 565-582, Maio/Ago. 2005. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em abril de 2019.

SCHMITT, Deonísio; LUCHI, Marcos. **LIBRAS: conhecer a cultura surda**. Trabalho apresentado no 31º SEURS- Seminário de Extensão Universitária da Região Sul, realizado em Florianópolis, SC, no período de 04 a 07 de agosto de 2013- Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/116977>>. Acesso em abril de 2019.

SECCHI; Leonardo. **Políticas Públicas: Conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SEN, Amartya; KLIKSBURG, Bernardo. **As pessoas em primeiro Lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado**. Tradução: Bernardo Ajzenberg e Carlos Eduardo Lins da Silva. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta; Revisão técnica Ricardo Doniselli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, 8ª reimpressão.

SEN, Amartya. **Identidade e Violência: a ilusão do destino**. Tradução: José Antonio Arantes; Revisão técnica Renato Coelho. 1ª Ed. São Paulo: Iluminuras: Itá Cultural, 2015.

SEN, Amartya. **A ideia de justiça**. Tradução: Denise Bottmann e Ricardo Doniselli Mendes; Revisão Jane Pessoa e Carmen s. da costa. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

SEN, Amartya. **Desigualdade reexaminada**. Tradução: Ricardo Doniselli Mendes. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2017.

SILVA, Maria Lúcia Carvalho da et al. **Movimentos sociais e redes: reflexões a partir do pensamento de Ilse Scherer-Warren**. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 109, p. 112-125, Mar. 2012. : Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000100007&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 08 Dec. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282012000100007>.

SILVA, Thábio de Almeida. **A disciplina de Libras na formação de professores** [manuscrito] / Thábio de Almeida Silva. -- 2017. 185 f.; il. Orientador: Prof. Dr. Rodrigo França Carvalho. Dissertação (Mestrado) – IFG – Câmpus Jataí, Programa de Pós-Graduação em Educação para Ciências e Matemática, 2017.

SILVA, Valdilson José Santos da; FAGUNDES, Edimara Alves. **Cultura surda e seu embate com a cultura ouvinte**. Grupo de trabalho- diversidade e inclusão. XII Congresso Nacional de Educação-EDUCERE. Curitiba: PUCPR, 2015. ISSN 2176-1396.

STROBEL, Karin Lilian. **História da Educação de Surdos**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.

STROBEL, Karin Lilian. **História dos Surdos**.: representantes “mascaradas” das identidades surdas. In: QUADROS, Ronice Muller e PERLIN, Gladis. (Org.). Estudos Surdos II. 1ed. Rio de Janeiro: Editora Arara Azul, 2007, v. 2, p. 1-266.

STROBEL, Karin Lilian. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

THOMA, Adriana da Silva. **Representações sobre os surdos, comunidades, cultura e movimento surdo**. Capítulo 8. In: Lopes, Maura Corcini. (Org.). Cultura Surda e Libras. 1ª Ed. São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2012, v. 1, p. 101-107.

TREBILCOCK, Kevin E. Davis e Michael J. **A relação entre direito e desenvolvimento: otimistas versus céticos**. TRADUÇÃO Pedro Maia Soares REVISÃO TÉCNICA. José Rodrigo Rodriguez. Revista Direito GV, São Paulo. 5(1) | P. 217-268 | JAN-JUN 2009.

TOSI, Giuseppe; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Educação em direitos humanos nos sistemas internacional e nacional**. In: Elio Chaves Flores, Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, Vilma de Lourdes Barbosa e Melo. (org.). Educação em direitos humanos e educação para direitos humanos. 1ª ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014, v. 01, p. 33-60.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE. CONSELHO UNIVERSITÁRIO CÂMARA SUPERIOR DE ENSINO. **RESOLUÇÃO Nº 07/2016**. Aprova a criação do Curso de Letras Libras, na modalidade licenciatura, turno diurno, na Unidade Acadêmica Letras do Centro de Humanidades do Campus de Campina Grande, desta Universidade, e dá outras providências. Campina Grande/PB. 08 de

agosto de 2016. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/~costa/resolucoes/res_14072016.pdf>. Acesso em 20 de Nov. de 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE. CONSELHO UNIVERSITÁRIO CÂMARA SUPERIOR DE ENSINO. **RESOLUÇÃO Nº 08/2016**. Aprova a estrutura curricular do Curso de Letras Libras, modalidade licenciatura, do Centro de Humanidades, da Universidade Federal de Campina Grande, *Campus* de Campina Grande, e dá outras providências. Campina Grande/PB. 16 de agosto de 2016. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/~costa/resolucoes/res_16082016.pdf>. Acesso em: 20 de Nov. de 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA. CONSELHO SIPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO. **RESOLUÇÃO Nº 42/2009**. Cria o Curso de Graduação em Letras/LIBRAS, na modalidade Licenciatura a distância, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Campus I, da UFPB. João Pessoa/PB. 22 de julho de 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA. CONSELHO SIPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO. **RESOLUÇÃO Nº 43/2009**. Aprova o Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Letras/LIBRAS, na modalidade Licenciatura a distância, do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Campus I, desta Universidade. João Pessoa/PB. 22 de julho de 2009. Disponível em: <<https://documents.tips/documents/servico-publico-federal-universidade-federal-da-2014-10-29-da-ufpb-.html>>. Acessado em 20 de nov. de 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Núcleo de Educação a distância da Universidade Federal da Paraíba**. UFPB virtual. 2012. Disponível em: <<http://www.uead.ufpb.br/index.php/polos/>>. Acesso em 21 de Nov. de 2019.

VALVERDE, Fernando de Miranda. **Ações para a Legalização da LIBRAS**. Seminário Desafios para o Próximo milênio (2000, Rio de Janeiro, RJ). Seminário Desafios para o Próximo milênio, 19 a 22 de setembro de 2000/ (organização) INES, Divisão de Estudos e Pesquisas - Rio de Janeiro.

ZANATTA, Rafael Augusto Ferreira. **Direito e desenvolvimento no século XXI: rumo ao terceiro momento?** Anais do I circuito de debates acadêmicos, IPEA. Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo: CODE, 2011.

WEBER, Max. **Política como vocação**. *In*: Economia e Sociedade. Brasília, Editora UNB, 2004.

WITCHS, Pedro Henrique. **Governo linguístico em educação de surdos: práticas de produção do *Surdi mundi* no século XX**. 2018. 208 f. Tese (doutorado)- Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós Graduação em Educação, São Leopoldo, 2018.

